

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**

GABRIEL MENEGUELLI SOELLA

**DOCUMENTO, (DES)INFORMAÇÃO E PODER: MEMÓRIA DA DITADURA
MILITAR BRASILEIRA PELA OBRA “1964 O BRASIL ENTRE ARMAS E LIVROS”**

**VITÓRIA (ES),
2021**

Gabriel Meneguelli Soella

**DOCUMENTO, (DES)INFORMAÇÃO E PODER: MEMÓRIA DA DITADURA
MILITAR BRASILEIRA PELA OBRA “1964 O BRASIL ENTRE ARMAS E LIVROS”**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal do Espírito Santo como requisito para obtenção do título de mestre em Ciência da Informação.

Orientador: Prof. Dr. Pedro Ernesto Fagundes

Coorientadora: Prof.^a Dr.^a Maira Cristina Grigoletto

Linha de pesquisa 2: Memória, Representação e Informação.

**VITÓRIA (ES),
2021**

Ficha catalográfica disponibilizada pelo Sistema Integrado de
Bibliotecas - SIBI/UFES e elaborada pelo autor

S681d Soella, Gabriel Meneguelli, 1991-
Documento, (des)informação e poder : memória da ditadura
militar brasileira pela obra “1964 o Brasil entre armas e livros”
/ Gabriel Meneguelli Soella. - 2021.
147 f. : il.

Orientador: Pedro Ernesto Fagundes.
Coorientadora: Maira Cristina Grigoletto.
Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) -
Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências
Jurídicas e Econômicas.

1. Documentos. 2. Memória. 3. Brasil - História - 1964-1985.
4. Autoritarismo. 5. Disseminação seletiva da informação. 6.
Informação pública. I. Fagundes, Pedro Ernesto. II. Grigoletto,
Maira Cristina. III. Universidade Federal do Espírito Santo.
Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas. IV. Título.

CDU: 001

GABRIEL MENEGUELLI SOELLA

**DOCUMENTO, (DES)INFORMAÇÃO E PODER: MEMÓRIA DA DITADURA
MILITAR BRASILEIRA PELA OBRA “1964 O BRASIL ENTRE ARMAS E LIVROS”**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal do Espírito Santo como requisito para obtenção do título de mestre em Ciência da Informação.

Linha de pesquisa 2: Memória, Representação e Informação.

Aprovada em 31 de março de 2021.


COMISSÃO EXAMINADORA

[assinatura digital]

Prof. Dr. Pedro Ernesto Fagundes
Universidade Federal do Espírito Santo
Orientador

[assinatura digital]

Prof.^a Dr.^a Maira Cristina Grigoletto
Universidade Federal do Espírito Santo
Coorientadora



Prof. Dr. David Baião Nemer
University of Virginia
Membro externo

[assinatura digital]

Prof.^a Dr.^a Daniela Lucas da Silva Lemos
Universidade Federal do Espírito Santo
Membra interna

[assinatura digital]

Prof.^a Dr.^a Lucileide Andrade de Lima do Nascimento
Universidade Federal do Espírito Santo
Membra interna



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

PROTOCOLO DE ASSINATURA



O documento acima foi assinado digitalmente com senha eletrônica através do Protocolo Web, conforme Portaria UFES nº 1.269 de 30/08/2018, por
PEDRO ERNESTO FAGUNDES - SIAPE 2511415
Departamento de História - DH/CCHN
Em 30/04/2021 às 13:12

Para verificar as assinaturas e visualizar o documento original acesse o link:
<https://api.lepisma.ufes.br/arquivos-assinados/181454?tipoArquivo=O>



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

PROTOCOLO DE ASSINATURA



O documento acima foi assinado digitalmente com senha eletrônica através do Protocolo Web, conforme Portaria UFES nº 1.269 de 30/08/2018, por
MAIRA CRISTINA GRIGOLETO - MATRÍCULA 2110597
Membro - Colegiado do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação
Em 30/04/2021 às 13:37

Para verificar as assinaturas e visualizar o documento original acesse o link:
<https://api.lepisma.ufes.br/arquivos-assinados/181476?tipoArquivo=O>



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

PROTOCOLO DE ASSINATURA



O documento acima foi assinado digitalmente com senha eletrônica através do Protocolo Web, conforme Portaria UFES nº 1.269 de 30/08/2018, por
DANIELA LUCAS DA SILVA LEMOS - MATRÍCULA 1730084
Membro - Colegiado do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação
Em 30/04/2021 às 15:58

Para verificar as assinaturas e visualizar o documento original acesse o link:
<https://api.lepisma.ufes.br/arquivos-assinados/181634?tipoArquivo=O>



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

PROTOCOLO DE ASSINATURA



O documento acima foi assinado digitalmente com senha eletrônica através do Protocolo Web, conforme Portaria UFES nº 1.269 de 30/08/2018, por
LUCILEIDE ANDRADE DE LIMA DO NASCIMENTO - SIAPE 7419014
Departamento de Biblioteconomia - DB/CCJE
Em 02/05/2021 às 22:54

Para verificar as assinaturas e visualizar o documento original acesse o link:
<https://api.lepisma.ufes.br/arquivos-assinados/182046?tipoArquivo=O>

DEDICATÓRIA

Aos meus familiares,
meu amor, minhas amizade
e outros laços de afetos
dedico em solenes versos,
por seu amparo em minha procura
em desnudar as autocracias
e os tiranos com elas emersos.
Pela memória das vítimas de tortura,
desaparecidos e mortos que em literacia
revela os porões da ditadura
e as salas de estar da democracia.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001, por isso meus agradecimentos se dirigem inicialmente para esta instituição. Grato, menciono o docente orientador Pedro Ernesto Fagundes e a docente coorientadora Maira Cristina Grigoletto pela efetiva contribuição ao desenvolvimento acadêmico deste pesquisador no processo de orientação, pela copresidência das Bancas de Qualificação e de Defesa e pela coautoria em produções acadêmico-científicas. Nessas linhas também me dirijo em gratidão: à docente Daniela Lucas da Silva Lemos, da Universidade Federal do Espírito Santo, titular interna das Bancas de Defesa e de Qualificação; ao docente David Baião Nemer, da *University of Virginia*, titular externo da Banca de Defesa; à docente Lucileide Andrade de Lima do Nascimento, da Universidade Federal do Espírito Santo, suplente interna das Bancas de Defesa e de Qualificação; ao docente Fernando Luiz Vechiato, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, suplente externo das Bancas de Defesa e de Qualificação; e ao docente Dalton Lopes Martins, da Universidade de Brasília, titular externo da Banca de Qualificação.

A obtenção do título de mestre também não seria possível sem o suporte institucional do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal do Espírito Santo, coordenado por Rosa da Penha Ferreira da Costa e Lucileide Andrade de Lima do Nascimento. Outrossim, no percurso de desenvolvimento da dissertação também estiveram presentes as disciplinas ministradas por Maira Cristina Grigoletto, Pedro Ernesto Fagundes, Daniela Lucas da Silva Lemos, Lucileide Andrade de Lima do Nascimento, Gleice Pereira e Meri Nadia Marques Gerlin e o minicurso de “fontes de informação para pesquisadores” ministrado pela docente Marta Leandro da Mata. Por fim e igualmente importante menciono as esmeradas revisões gramaticais realizadas por Winnie Bruna de Souza Pereira no pré-projeto submetido ao processo seletivo do PPGCI/UFES e por Kátia Bragança Suela da Rocha no projeto de qualificação e na dissertação finalizada.

Por todo o benemérito apoio acadêmico recebido das pessoas e das instituições mencionadas, assim como das pessoas que estas linhas não foram suficientes para expressar minha gratidão, cordialmente agradeço e estimo novas parcerias profissionais quando forem oportunas.

Uma palavra, um gesto, uma atitude.

Devanir Soella (1945-2021)

O Ur-Fascismo ainda está a nosso redor, às vezes em trajes civis. Seria muito confortável para nós se alguém surgisse na boca de cena do mundo para dizer: “Quero reabrir Auschwitz, quero que os camisas-negras desfilem outra vez pelas praças italianas!” Ai de mim, a vida não é fácil assim! O Ur-Fascismo pode voltar sob as vestes mais inocentes. Nosso dever é desmascará-lo e apontar o indicador para cada uma de suas novas formas — a cada dia, em cada lugar do mundo.

Umberto Eco (2000, p. 52)

RESUMO

Realiza ampliação conceitual sobre a noção de documento, práticas documentárias e regimes de informação para análise das relações de saber e poder e de memória e esquecimento sobre a ditadura militar brasileira (1964-1985) presentes no documento audiovisual “1964: o Brasil entre armas e livros” da produtora Brasil Paralelo, veiculado no YouTube e sua relação com o autoritarismo político na pós-verdade. Em pesquisa exploratório-descritiva de abordagem qualitativa da Ciência da Informação, em interdisciplinaridade com a História e a Sociologia, apresenta aportes teórico-metodológicos sobre discursos de verdade, documento, memória, desinformação, negacionismo e pós-verdade operacionalizada por pesquisa bibliográfica, documental e análise genealógica e crítica de base pós-estruturalista foucaultiana do discurso. Identifica práticas da rede de desinformação e negacionismos na pós-verdade, demonstrando uma dupla relação da pós-verdade com a “verdade” iluminista, ao passo que é herdeira de ideais autoritários do processo civilizatório colonialista europeu e recusa suas bases racionais em favor de crenças de um passado conservador idealizado. Apresenta aspectos de negacionismos baseados no racismo estrutural, no antissemitismo nazista e no anticomunismo militar evidenciados no negacionismo anti-histórico sobre a ditadura militar brasileira (1964-1985) no ciberespaço, presentes no regime de (des)informação do/no documento audiovisual analisado. Os resultados demonstram a materialidade da (des)informação em favor do autoritarismo, fortalecido no fenômeno da pós-verdade, com memórias negacionistas e práticas de desinformação provenientes de narrativas de militares e civis de extrema-direita circunscritas em documentos criados para disputar as narrativas de memória sobre a ditadura militar brasileira (1964-1985). Reflete sobre a relação entre narrativas ultraliberais e a propagação de memórias autoritárias e contrafactuais de extrema-direita. Evidencia práticas de desinformação utilizadas pela extrema-direita no filme da Brasil Paralelo para afirmação de enunciados negacionistas, de silenciamento dos saberes e de ataque aos debates acadêmico-científicos. Contribui interdisciplinarmente ao enfrentamento do negacionismo autoritário e das práticas de desinformação enunciadas por meio de documentos audiovisuais em plataformas digitais no ciberespaço, fomentando novos estudos.

Palavras-chave: documento; memória; negacionismo; desinformação; ditadura militar brasileira; pós-verdade; Brasil Paralelo.

ABSTRACT

It performs a conceptual ampliation about the notion of document, documentary practices, and regimen of information to analyze from relationship of know and power and of memory and forgetfulness the brazilian military dictatorship (1964-1985) presented on audiovisual document "1964: o Brasil entre armas e livros" from Brasil Paralelo producer, available on YouTube and your relationship with the political authoritarianism on post-truth. In the descriptive and exploratory research of qualitative approach from Information Science, in interdisciplinarity with the History and Sociology, presents theoretical-methodological basis about truth discourses, document, memory, disinformation, negationism, and post-truth, mediated by bibliographic research, documentary research, and critical-genealogical analyses of post-structuralist foucaultean basis of the discourse. It Identify practices from disinformation and negationisms network, on post-truth, demonstrating a double relationship of the post-truth with the illuminist "truth", whereas it is heiress of the authoritarianist ideas from European colonialist civilizing process and recuse your rational basis in favor of idealized conservative past belief. Presents aspects from negationisms based on structural racism, Nazis anti-Semitism, and in the military anticommunism evidenced in the anti-historical negationism about brazilian military dictatorship (1964-1985) in the cyber space, present in the regimen of (dis)information of the/ in the audiovisual document analyzed. The results demonstrate the (dis)information materiality in authoritarianism favor, strengthened in the post-truth phenomenal, with negationists memories and disinformation practices from military and far-right civil narratives circumscribed in documents created to dispute memory narratives about brazilian military dictatorship (1964-1985). It reflects about relationship between ultraliberal narratives and propagation of memories authoritarianists and counterfactual from far-right. This work highlights disinformation practices used by far-right on Brasil Paralelo movie for affirmation of negationists statements, of knowledge silencing, and of attack against the scientific-academic debates. Thus, it offers interdisciplinary contributes for coping of the authoritarianist negationism and of the disinformation practices enunciated by audiovisual documents in digital platforms on cyber space, fostering new studies. Keywords: document; memory; negationism; disinformation; brazilian military dictatorship; post-truth; Brasil Paralelo.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	METODOLOGIA	16
3	DOCUMENTO E REGIME DE INFORMAÇÃO EM FROHMANN: MATERIALIDADES EM DISCURSOS DE VERDADE	25
3.1	Da relação entre indivíduo e máquina às redes de modulação de memórias, silêncios e esquecimentos em plataformas no ciberespaço	41
4	GENEALOGIA DAS PRÁTICAS DE DESINFORMAÇÃO E NEGACIONISMOS	54
5	MEMÓRIA DA DITADURA MILITAR BRASILEIRA EM DISPUTA	73
6	REGIME DE (DES)INFORMAÇÃO E NEGACIONISMO DO DOCUMENTO AUDIOVISUAL 1964: O BRASIL ENTRE ARMAS E LIVROS	95
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	126
	REFERÊNCIAS	133
	APÊNDICE A – FORMULÁRIO DE PREPARAÇÃO DO MATERIAL PARA ANÁLISE	145

1 INTRODUÇÃO

Os enunciados que os saberes acadêmico-científicos produzem evidenciam narrativas afirmadas pela diminuição das distâncias da representação da realidade e pela caracterização dos mesmos enquanto “verdade”. Em um contexto onde o ciberespaço (CASTELLS, 2003) gerou aproximações e ampliou o acesso aos saberes e debates, foram reproduzidas práticas excludentes nas relações de saber e poder que necessitam ser debatidas e superadas. No entanto, o ambiente *World Wide Web* também ampliou no campo de debate narrativas que, em rede, apresentam uma dinâmica que contribuiu para disseminar práticas de silenciamento dos saberes acadêmico-científicos. Um fenômeno que impactou a percepção da realidade e favoreceu narrativas equivocadas.

Esse fenômeno afetou consideravelmente o modo como as pessoas percebem a realidade no Brasil. Conforme identificado pela pesquisa denominada “Perigos da percepção” (CALLIARI, 2017, 2019), o Brasil figurou em segundo lugar em percepção equivocada da realidade em 2017 em uma comparação entre 38 países, e em quinto lugar em 2018 entre 37 países. Essa percepção equivocada da realidade, quando disseminada em documentos nas plataformas digitais e veiculada como fonte de informação, se manifesta como um objeto passível de investigação do qual emergem questionamentos sobre o uso de documentos para afirmação de “realidades” paralelas enunciadas como “verdade”.

Na pesquisa “*Video Viewers, Provokers 2018*” (MARINHO, 2018) foi apontado que 95% dos usuários de *internet* no Brasil utilizavam a plataforma de vídeos *YouTube*. Entre esses usuários, essa plataforma possuía¹ a maior fração como veículo de obtenção de conhecimento (com 18%) e o segundo lugar como veículo de entretenimento (com 15%). Desse modo, os documentos audiovisuais veiculados no *YouTube* se relacionam com o processo de afirmação de narrativas interpretadas como “conhecimento” no ciberespaço. Um processo que possibilita que quaisquer enunciados em vídeos sejam apresentados como verdades, fomentando percepções equivocadas da realidade.

Esses conceitos de “verdade” e “realidade” foram problematizados pelo pesquisador desde o seu bacharelado em Ciências Sociais (2012-2016), cuja

¹Em comparação com emissoras de TV, plataformas de compartilhamento de vídeos, plataformas de streaming e redes sociais. (MARINHO, 2018).

interdisciplinaridade dos saberes se constituiu a base de construção teórico-metodológica desde o início da sua trajetória acadêmico-científica. Sob essas prerrogativas, no trabalho monográfico “A interface Antropologia, Psicanálise e Neurociência na análise do sujeito biopsicossocial” (SOELLA, 2016) foram refletidas, entre outras questões: uma perspectiva crítica da construção da “verdade” pelo racionalismo colonialista europeu; os processos de exclusão que a dicotomização razão *versus* emoção legitimou; e a defesa da interdisciplinaridade para uma aproximação do objeto de pesquisa de modo mais efetivo.

Em 2018, no endereço eletrônico da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) foi anunciado o processo seletivo para a primeira turma de Mestrado Acadêmico em Ciência da Informação do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI), com área de concentração em Informação, Sociedade e Cultura conforme publicado no Edital 01, de 21 de dezembro de 2018. Mediante questionamentos emersos pelo avanço de percepções equivocadas da realidade através da disseminação de informações em documentos audiovisuais na *web*, este pesquisador conheceu a Ciência da Informação e encontrou no campo um caminho compatível com seus questionamentos e anseios acadêmicos.

Entre as duas linhas de pesquisa do PPGCI, a Linha 2: Memória, Representação e Informação foi a escolhida para o desenvolvimento do projeto de pesquisa devido a atuação pregressa do pesquisador: em estágio e projetos de extensão voltados à Memória; em iniciação científica voltada à Sociologia Política; e em grupos de pesquisa voltados à Epistemologia. Com a aprovação no processo seletivo, a construção e adequação do presente estudo foram balizados em referencial teórico-metodológico discutido em disciplinas do PPGCI em interdisciplinaridade com outros saberes, como especificado no capítulo de Metodologia.

A composição da pesquisa ocorreu pela observação da ascensão de narrativas com objetivos deliberados de deturpar a percepção da realidade, falsear informações contemporâneas, negar narrativas de saberes acadêmico-científicos e de acontecimentos históricos em favor de dispositivos (REVEL, 2005) autoritários. Como consequência, essas narrativas usam os recursos do ciberespaço para impor crenças, valores e ideologias que se afastam da realidade e ameaçam as conquistas e lutas pela democracia. As ameaças à democracia no ciberespaço, por meio de plataformas digitais, impuseram uma série de práticas de desinformação (FROEHLICH, 2017, 2020) e negacionismos (KRAUSE-VILMAR, 2000; MILMAN, 2000; VIDAL-NAQUET,

1988) que impactaram processos eleitorais no mundo, inclusive no Brasil em 2018 (BRADSHAW; HOWARD, 2019).

A busca por verdades ou aproximação da realidade se manifestaram menos relevantes diante do poder alcançado e exercido pelo controle da narrativa, em um fenômeno denominado “pós-verdade” (OXFORD LANGUAGES, 2016). Nesse contexto, documentos (FROHMANN, 2004) de caráter antidemocrático foram disseminados por intermédio de plataformas digitais, fundamentais para o fortalecimento do autoritarismo de extrema-direita (BOBBIO, 1995) no Brasil. Em meio ao cenário autoritário e reproduzindo enunciados de extrema-direita como inovadores, no ano de 2016 foi criada a produtora Brasil Paralelo. Em uma conjunção de dispositivos e enunciados sem base acadêmica ou científica, a produtora tornou-se conhecida através da comercialização e divulgação de material apontado por detentores de saberes acadêmico-científicos como propagandas negacionistas. Esses produtos passaram a ser vendidos como cursos e/ou disponibilizados em plataformas digitais para aquisição de novos assinantes para a plataforma de streaming dessa produtora. (ESCOREL, 2019; PICOLI; CHITOLINA; GUIMARÃES, 2020; TURIN, 2020).

Entre as produções da Brasil Paralelo, o filme “1964: o Brasil entre armas e livros” (1964: O BRASIL..., 2019) se destacou pelo alto engajamento e número de visualizações² da obra no canal dessa produtora na plataforma *YouTube*. O conteúdo do filme da Brasil Paralelo se evidenciou como difusor de discursos negacionistas da Ditadura Militar (1964-1985), quando comparado às produções acadêmicas (BAUER, 2019; MENESES, 2019; NAPOLITANO, 2015). Os mesmos discursos foram defendidos por memórias subterrâneas (POLLAK, 1989) de extrema-direita e visibilizados em documentos audiovisuais de grande repercussão no ciberespaço, como os da produtora Brasil Paralelo. Fenômenos que de algum modo se relacionaram com a eleição de Jair Messias Bolsonaro (2018) à Presidência da República e com o favorecimento de dispositivos autoritários de extrema-direita.

As práticas de desinformação e o negacionismo no processo de construção desse filme, assim como o tratamento da informação no processo de recuperação do mesmo na *web*, impactaram as relações de saber e poder (FOUCAULT, 1979, 1999,

²O filme foi veiculado em 02 de abril de 2019 e possuía 8.552.189 visualizações, 73.955 comentários, mais de 620.000 “gostei” e mais de 24.000 “não gostei”, em 26 de março de 2021 às 20:36. (1964: O BRASIL..., 2019).

2003, 2005) e de memória e esquecimento (BARRANECHEA, 2005; HALBWACHS, 1990; LE GOFF, 1990; NORA, 1993; POLLAK, 1989), legitimaram o autoritarismo político e por meio de teorias conspiratórias atacaram sujeitos e instituições que a elas se opuseram. Desse modo, o documento audiovisual “1964: o Brasil entre armas e livros” se tornou objeto de análise e problematização inédita no presente estudo.

Para lidar com essa problemática contemporânea, a presente pesquisa fez uso da ampliação conceitual da noção de documento, de práticas documentárias e de Regimes de Informação de Bernd Frohmann (1995, 2004, 2006) e da interpretação de Maria Nélida González de Gómez (2000, 2004, 2012, 2019) sobre o autor, alinhada a análise genealógica e crítica de base foucaultiana presente no discurso das práticas. Em uma análise da construção dos enunciados do filme “1964: o Brasil entre armas e livros” foram identificados atores, dispositivos, artefatos e práticas (ações) de informação. Assim como foram analisadas as manifestações da materialidade da informação através de práticas de desinformação e de negacionismos. Desse modo, a análise do documento audiovisual evidenciou elementos (que integram a rede de desinformação) organizados pela Brasil Paralelo no filme para legitimar o autoritarismo político pela enunciação de memórias de extrema-direita.

Ao analisar o regime de informação do filme sobre a Ditadura Militar (1964-1985), este estudo pretendeu fornecer subsídio teórico-metodológico de análise das práticas de desinformação utilizadas pela extrema-direita para afirmação de enunciados negacionistas e para ataque aos debates e saberes acadêmico-científicos. Epistemologicamente esta pesquisa buscou contribuir à Ciência da Informação com as reflexões via ampliação do conceito de documento aplicada à análise de questões contemporâneas emergentes. Aos demais saberes das Ciências Humanas e Sociais, a pesquisa pretendeu viabilizar análise interdisciplinar e enfrentamento ao negacionismo autoritário (preconizado por atores híbridos) através de documentos audiovisuais em plataformas digitais no ciberespaço.

Sob esse prisma um questionamento se destacou e se constituiu como problema da presente pesquisa: Como um documento audiovisual pode ser utilizado como dispositivo de legitimação do autoritarismo político nas relações de saber e poder e de memória e esquecimento acerca da ditadura militar brasileira, com enfoque no filme “1964: o Brasil entre armas e livros” (veiculado no canal da Brasil Paralelo no *YouTube*)?

A partir desse problema o objetivo geral consistiu em analisar quais relações de saber e poder e de memória e esquecimento sobre a ditadura militar brasileira estão presentes no filme “1964: o Brasil entre armas e livros” (veiculado no canal da Brasil Paralelo no *YouTube*) enquanto documento audiovisual e como este se relaciona com o autoritarismo político no fenômeno da pós-verdade. Além deste, o presente estudo também guiou seu processo de construção acadêmico-científica pelos objetivos específicos que seguem:

- Apresentar aportes teórico-metodológicos que permeiam discursos da verdade, documento, memória, desinformação, negacionismo e pós-verdade;
- Identificar práticas de desinformação, modulação da informação e negacionismos sobre a ditadura militar brasileira presentes no documento audiovisual “1964: o Brasil entre armas e livros” (veiculado no canal da Brasil Paralelo no *YouTube*) e sua relação com o autoritarismo político;
- Analisar o regime de informação do/no documento audiovisual “1964: o Brasil entre armas e livros” (veiculado no canal da Brasil Paralelo no *YouTube*);
- Ampliar conceitualmente a noção de documento, de práticas documentárias e de regimes de informação a partir da Ciência da Informação.

Com a identificação do problema e objetivos da pesquisa, no capítulo 2 Metodologia foram expostas as bases teórico-metodológicas e os procedimentos adotados. Sob essa base metodológica no capítulo 3 “Documento e Regime de Informação em Frohmann: materialidades em discursos de verdade” foram apresentadas as bases filosóficas da gênese das ideias, dos discursos de saber e poder compreendidos a partir do documento e das práticas documentárias assente em Frohmann (2004), sob influência wittgensteiniana e foucaultiana. Nesse contexto, a construção epistemológica de Regimes de Informação adotada seguiu um encaminhamento pós-estruturalista. Ainda no terceiro capítulo, a seção 3.1 “Da relação entre indivíduo e máquina às redes de modulação de memórias, silêncios e esquecimentos em plataformas no ciberespaço” apresentou um aporte crítico e genealógico da relação entre indivíduos e máquinas, expondo a gênese de narrativas acerca da memória.

O capítulo 4 “Genealogia das práticas de desinformação e negacionismos” apontou elementos do fenômeno da “pós-verdade” que se relacionam com a “verdade iluminista”, que foi imposta por práticas colonialistas. O capítulo problematizou os negacionismos a partir de suas dimensões do racismo estrutural enunciado no

colonialismo europeu e do processo antissemita de negação do Holocausto cometido pelos nazistas. Com a alocação de narrativas anticientíficas e anti-intelectuais, apresentou a relação entre ideologias ocidentais de extrema-direita e práticas de desinformação no contexto do negacionismo anti-histórico sobre a Ditadura Militar (1964-1985), disseminado em plataformas digitais no ciberespaço. No capítulo 5 “Memória da Ditadura Militar Brasileira em disputa”, documentos de Estado e da sociedade civil com narrativas de memória crítica à Ditadura Militar (1964-1985) foram problematizados diante do caráter de continuidade institucional facultado ao período ditatorial e da difusão de narrativas de memória favoráveis a Ditadura Militar (1964-1985) por militares e civis de extrema-direita.

Por fim, o capítulo 6 “Regime de (des)informação e negacionismo do documento audiovisual 1964: o Brasil entre armas e livros” consistiu na discussão dos resultados da pesquisa. Como proposto pela metodologia, foram identificados os atores, os dispositivos, as práticas (ações) de informação e os artefatos utilizados no regime de informação. Desse modo, evidenciou-se como práticas de (des)informação foram empregadas pelos atores da rede no processo de afirmação de enunciados negacionistas. O conteúdo do documento audiovisual submetido à análise identificou que a rede de desinformação ultrapassou o documento, de modo que atores e narrativas disseminadas também se manifestaram em outros documentos e ambientes em favor da legitimação de dispositivos autoritários de extrema-direita. Um processo de pesquisa que foi realizado a partir da metodologia detalhada no próximo capítulo.

2 METODOLOGIA

A presente dissertação consistiu em uma pesquisa exploratório-descritiva, por meio de abordagem qualitativa. A partir de base teórico-metodológica da Ciência da Informação, manteve um diálogo interdisciplinar com perspectivas teóricas da História e da Sociologia. A pesquisa desenvolveu uma descrição do documento estudado e propôs uma ampla visão das práticas de desinformação nos enunciados negacionistas da ditadura militar brasileira que estão presentes no mesmo. Os procedimentos metodológicos foram alinhados aos objetivos específicos conforme Quadro 1.

QUADRO 1 – Procedimentos metodológicos conforme objetivos específicos

Objetivos específicos	Procedimentos metodológicos
Apresentar aportes teórico-metodológicos que permeiam discursos da verdade, documento, memória, desinformação, negacionismo e pós-verdade.	Pesquisa bibliográfica; pesquisa documental; análise genealógica e crítica de base pós-estruturalista foucaultiana do discurso.
Identificar as práticas de desinformação, modulação da informação e negacionismos sobre a ditadura militar brasileira presentes no documento audiovisual “1964: o Brasil entre armas e livros” (veiculado no canal da Brasil Paralelo no <i>YouTube</i>) e sua relação com o autoritarismo político.	<p>Pré-análise de conteúdo (BARDIN, 2002) com abordagem qualitativa que contou com:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Construção do formulário com <i>Google Forms</i> conforme APÊNDICE A; • Transcrição do áudio do filme e preparação do material audiovisual para análise por meio do preenchimento do formulário; • Geração de planilhas e gráficos com os dados no <i>software Microsoft Excel</i>; • Geração de nuvens de palavras com o <i>software wordclouds.com</i>. <p>Assim como, estudo de caso com identificação de atores, ações de informação, dispositivos e artefatos que compõem o regime de informação.</p>
Analisar o regime de informação do/no documento audiovisual “1964: o Brasil entre armas e livros” (veiculado no canal da Brasil Paralelo no <i>YouTube</i>)	Pesquisa bibliográfica; pesquisa documental; análise genealógica e crítica de base pós-estruturalista foucaultiana do discurso.

Ampliar conceitualmente a noção de documento, de práticas documentárias e de regimes de informação a partir da Ciência da Informação.	Pesquisa bibliográfica; análise genealógica e crítica de base pós-estruturalista foucaultiana do discurso.
---	--

Fonte: elaborado pelo autor.

O percurso metodológico se iniciou com a seleção de bases de dados para realização de pesquisa bibliográfica, que foi “[...] desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos.” (GIL, 2008, p. 27). A escolha das bases de dados *Web of Science* e *Scopus (Elsevier)* ocorreu devido sua abrangência internacional com “[...] artigos científicos multidisciplinares que reúnem um amplo conjunto de revistas de diferentes editores.” (SILVA; GRÁCIO, 2017, p. 197). Assim, de acordo com as autoras essas bases possibilitam recuperar um número significativo de produções acadêmicas internacionalmente com delimitação de domínio. A recuperação de documentos nessas bases foi mediada pelo Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) com palavras-chave em inglês. Entre as bases de dados de acesso aberto, a *Scientific Electronic Library Online (SciELO)* e a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) foram selecionadas pela ampla disponibilização de produções acadêmico-científicas multidisciplinares em português. Com o propósito de recuperar produções especificamente do campo da Ciência da Informação, a última base que figurou na seleção para pesquisa foi a Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (Brapci).

Nesse recorte, foram realizados levantamentos bibliográficos com operadores booleanos em busca de títulos, palavras-chave e resumos. Nas bases *Web of Science*, *Scopus (Elsevier)*, SciELO e BDTD foram utilizados símbolos de truncamento (aspas, interrogação e asterisco) a fim de recuperar possíveis variações dos termos das palavras-chave. Não foi adotado um recorte temporal em virtude das especificidades das palavras-chave, ora para recuperar interpretações das dimensões teórico-metodológicas dos autores selecionados (Frohmann e González de Gómez), ora para recuperar a interseção entre conceitos teóricos, fenômenos históricos ou documentos específicos (memória e negacionismo, memória e ditadura militar brasileira, orvil etc.). Outro critério de seleção de artigos, dissertações e teses adotado

foi a utilização de filtros de produções das áreas “Comunicação e Informação”³, “Sociologia” e “História” conforme proposta interdisciplinar adotada. O referencial teórico-metodológico estabelecido para seleção de produções nos resultados dos levantamentos bibliográficos partiu de perspectivas teóricas estudadas nas disciplinas do PPGCI-UFES.

O primeiro levantamento bibliográfico teve por finalidade identificar artigos de periódicos, dissertações e teses relativas: à perspectiva teórica crítica pós-estruturalista de Regimes de Informação e Documento presente nos trabalhos de Bernd Frohmann; e à interpretação de Regimes de Informação por Maria Nélida González de Gómez, como exposto no Quadro 2.

QUADRO 2 – Primeiro levantamento bibliográfico

Base de dados	Palavra-chave	Total de Produções recuperadas	Produções selecionadas: Autoria (ano)
Web of Science	Bernd Frohmann	7	Bezerra e outros (2016).
	“González de Gómez”	2	Bezerra e outros (2016).
Scopus (Elsevier)	Bernd Frohmann	10	Frohmann (2004).
	“González de Gómez”	13	-
SciELO	Bernd Frohmann	1	-
	“Gonzalez de Gomez”	8	-
BDTD	Bernd Frohmann	4	-
	“González de Gómez”	26	-
Brapi	Bernd Frohmann	8	Bezerra e outros (2016).
	Gonzalez de Gomez AND regime	21	<ul style="list-style-type: none"> • Alves e Bezerra, (2019); • Araújo (2014); • Bezerra e outros (2016).

Fonte: elaborado pelo autor.

O Quadro 3 demonstra o segundo levantamento, que se voltou à recuperação de artigos de periódicos, dissertações e teses referentes aos documentos de

³Optou-se por adotar “Comunicação e Informação” a fim de abranger produções do campo da Ciência da Informação potencialmente publicadas em interdisciplinaridade com a Comunicação Social por pertencerem a mesma área de avaliação de periódicos pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

narrativas de memórias da ditadura militar brasileira e à relação da memória com negacionismos e práticas de desinformação.

QUADRO 3 – Segundo levantamento bibliográfico

Base de dados	Palavra-chave	Produções recuperadas	Bibliografias selecionadas: Autoria (ano)
<i>Web of Science</i>	Mem?r* AND nega?ionis*	10	Bauer (2019).
	Mem?r* AND d?sinform*	5	-
	Mem?r* AND Brazil AND Dictatorship	54	-
	Orvil OR “Brasil Paralelo”	0	-
<i>Scopus (Elsevier)</i>	Mem?r* AND nega?ionis*	9	-
	Mem?r* AND d?sinform*	14	-
	Mem?r* AND Brazil AND Dictatorship	70	-
	Orvil OR “Brasil Paralelo”	4	-
SciELO	Mem?r* AND nega?ionis*	3	Bauer (2019).
	Mem?r* AND d?sinform*	3	-
	Mem?r* AND Brasil AND Di*tadura	19	-
	Orvil OR “Brasil Paralelo”	51	-
BDTD	Mem?r* AND nega?ionis*	3	-
	Mem?r* AND d?sinform*	1	0
	Mem?r* AND Brasil AND Di*tadura	99	<ul style="list-style-type: none"> • Frigo (2018); • Moreira (2013); • Santos (2016).
	Orvil OR “Brasil Paralelo”	3	-
Brapci	Memória AND nega*	15	-
	Memória AND desinform*	3	Lopes e Bezerra (2019)
	Memória AND ditadura	34	-
	Orvil “Brasil Paralelo”	0	-

Fonte: elaborado pelo autor.

As produções recuperadas pelos levantamentos bibliográficos realizados foram importantes durante o processo de organização do referencial teórico-metodológico e

alcance dos objetivos propostos. No entanto, essas bibliografias seriam insuficientes para a construção do aporte teórico-metodológico desta pesquisa. Desse modo, bibliografias alinhadas à base teórica foram referidas por pares e docentes do PPGCI-UFES a fim de integralizar a base bibliográfica e documental do presente estudo.

A fundamentação teórico-metodológica consistiu em Regimes de Informação⁴ e Documento em Frohmann (1995, 2004, 2006), com base nos estudos de Foucault (1979, 1999, 2003, 2005) e na Teoria Ator-Rede de Latour e Callon; em González de Gómez (2000, 2004, 2012, 2019) com a identificação e descrição de atores, práticas⁵ (ações) de informação, dispositivos e artefatos; e, no contexto do ciberespaço, em Araújo (2014). Nesse prisma, os *atores* foram definidos enquanto humanos e não-humanos que enunciam os discursos do/no documento audiovisual. As *ações de informação* foram definidas enquanto unidades de informação de *práticas* de produção, disponibilização, enunciação e recuperação de discursos no documento, interações entre atores da rede e *práticas* de desinformação e negacionismo presentes no documento. Os *dispositivos* se constituíram como conjunto de crenças, valores, padrões e ideologias condicionantes das práticas discursivas dos atores no documento e no ambiente ciberespaço. Os *artefatos* foram definidos como elementos técnicos, ferramentas, que contribuíram para o processo de enunciação, seja no conteúdo do documento, na plataforma digital ou no ciberespaço.

O problema e os objetivos da pesquisa foram formulados durante a pré-análise, da Análise de Conteúdo de Bardin (2002) utilizada para: escolha do documento objeto de pesquisa do estudo de caso a priori, o filme “1964: o Brasil entre armas e livros” (veiculado no canal da Brasil Paralelo, no *YouTube*); leitura flutuante do documento audiovisual; e preparação do material para análise. Por ser de abordagem qualitativa, em Bardin (2002, p. 115), esse processo de “[...] análise, deve ser então utilizado nas fases de lançamento das hipóteses, já que permite sugerir possíveis relações entre um índice da mensagem e uma ou várias variáveis do locutor (ou da situação de comunicação).”. Desse modo, optou-se pelo uso da análise de conteúdo restrita à pré-análise. Um processo onde ocorreu uma leitura preliminar flutuante do conteúdo

⁴Didaticamente, quando o conceito Regime(s) de Informação estiver com letras maiúsculas se trata da perspectiva teórica e, quando estiver redigido regime(s) de informação se trata de um regime especificamente.

⁵A partir da base pós-estruturalista em Frohmann (2004), optou-se por direcionar a análise de Regime de Informação às práticas de informação por compreender as ações como unidades das práticas.

audiovisual para a constituição do *corpus* delimitado e exposto no formulário conforme APÊNDICE A.

A preparação do material para análise foi realizada com o auxílio da ferramenta *Google Forms* como facilitadora do processo, que possibilitou organizar em formulários a transcrição do áudio, a identificação dos atores sociais e as relações que estabelecem com o contexto audiovisual, conforme exposto no APÊNDICE A. O estudo de caso foi realizado conforme a fundamentação teórico-metodológica para que por meio dos dados organizados em planilhas e gráficos⁶ (com o auxílio do *software Microsoft Excel*) e em nuvens de palavras (com o *software* livre *wordclouds.com*) fossem identificados os atores, as práticas (ações) de informação, os dispositivos e os artefatos do regime de informação do/no documento.

As relações de saber e poder do/no documento foram submetidas à análise crítica e genealógica. Para Foucault (1999, p. 69-70), a crítica voltou-se a analisar a rarefação, a dispersão, a diminuição do discurso (bem como seu reagrupamento e unificação) e a dimensão genealógica “[...] procura apreendê-lo em seu poder de afirmação, [...] não um poder que se oporia ao poder de negar, mas o poder de constituir domínios de objetos, a propósito dos quais se poderia afirmar ou negar proposições verdadeiras ou falsas.”. Desse modo, as dimensões crítica e genealógica da análise do discurso de Foucault se relacionam entre si e foram empregadas a fim de auxiliar no processo de descrição interpretativa do regime de informação. Um caminho metodológico com capacidade de observação mais aproximada das relações de saber e poder enunciadas que possibilitou estabelecer reflexão crítica sobre os processos e as práticas enunciadas via documento.

Para o mapeamento genealógico e crítico de discursos e dispositivos presentes no regime de informação em análise realizou-se uma pesquisa documental. A busca objetivou recuperar documentos de Estado e sociedade civil mencionados na bibliografia recuperada, referentes à memória da Ditadura Militar (1964-1985), que desencadearam reação da extrema-direita. Esses documentos foram selecionados por se constituírem como narrativa oficial de memória crítica da ditadura pelo Estado brasileiro e pela sociedade civil após a redemocratização. Desse modo, o recorte

⁶A base de referência para o cálculo do tempo da participação dos atores foi do início da veiculação audiovisual até o momento em que os créditos se iniciaram. A divisão por intervalos agrupou a hora/minuto/segundo que um sujeito iniciou sua fala até a hora/minuto/segundo anterior ao início da fala do próximo sujeito.

alocou documentos elaborados após 1985 (ano que marcou o fim da ditadura militar) até o ano de 2019 (ano da veiculação do filme “1964: o Brasil entre armas e livros”), como mostra o Quadro 4.

QUADRO 4 – Documentos de memórias críticas à Ditadura Militar (1964-1985) recuperados

Documento	Descrição
Lei nº 9.140, de 04 de dezembro de 1995	Lei dos Desaparecidos Políticos no Brasil.
Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002	Lei de Reparação aos Anistiados.
Direito à memória e à verdade (BRASIL, 2007)	Livro-relatório contendo informações sobre opositores políticos à ditadura militar mortos e/ou desaparecidos.
Portaria nº 204, de 13 de maio de 2009	Portaria que criou o "Centro de Referências das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985): Memórias Reveladas".
ADPF nº 153/DF, votada em 28 de abril de 2010	Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) solicitando ao Supremo Tribunal Federal (STF) reinterpretação da Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979 (Lei da Anistia).
Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011	Lei de Acesso à Informação.
Lei nº 12.528, de 18 de novembro de 2011	Lei que instituiu a Comissão Nacional da Verdade (CNV).
Relatório da Comissão Nacional da Verdade (BRASIL, 2014)	Documento final dos estudos realizados pela Comissão Nacional da Verdade.

Fonte: elaborado pelo autor.

A pesquisa documental também foi realizada em fontes jornalísticas digitais via buscadores de notícias *Google*, *Duckduckgo* e *Bing* a fim de identificar elos entre os atores do regime de informação e destes com narrativas de extrema-direita. Esse procedimento ocorreu por meio de buscas nominais dos atores sociais do regime de informação. A delimitação temporal adotada foi de 2016 (ano da fundação da produtora Brasil Paralelo) até 2020 (limite adotado para inserção de referências jornalísticas), com a obtenção dos resultados exibidos no Quadro 5.

QUADRO 5 – Registros jornalísticos digitais recuperados

Fonte	Título (AUTORIA, ano)
BBC News Brasil	"Os segredos da colônia alemã que uniu nazismo, abuso sexual de crianças e tortura em nome de Pinochet" (SEITZ, 2016).
	"As polêmicas de Roberto Alvim, secretário de Bolsonaro que perdeu cargo após vídeo associado a nazismo" (AS POLÊMICAS..., 2020).
	"Se Bolsonaro acha que vai tirar o lado liberal e continuar com o mesmo apoio, está enganado, diz presidente do Instituto Mises" (SE BOLSONARO..., 2020).
Época	"10 coisas que você talvez não saiba sobre a ditadura de Pinochet" (PALACIOS, 2018).
	"Redes de notícias falsas mudam de perfil e agora apostam na defesa e promoção do governo Bolsonaro" (AMADO, 2019).
Estadão	"Filipe G. Martins, o 'jacobino' que chegou ao Planalto" (FUCS, 2019).
	"Vendas de livros de Olavo de Carvalho triplicam desde eleição" (MONNERAT, SARTORI, 2019).
	"Guru bolsonarista, Olavo de Carvalho mente que não há mortes confirmadas por coronavírus" (LARA, 2020).
Extra Online	"PSC contrata marqueteiro para candidatura de Flavio Bolsonaro" (SEARA, 2016).
Folha de São Paulo	"Veja o que se sabe contra investigados no inquérito das fake news do Supremo" (BRANDINO, 2020).
Galileu	"Movimento antivacina: como combater essa onda que ameaça sua saúde?" (FERRAZ, 2019).
Gazeta do Povo	"Olavista, monarquista, mas não terraplanista: as ideias de Rafael Nogueira para a Biblioteca Nacional" (OLAVISTA..., 2020).
Piauí	"O fiador" (GASPAR, 2018).
	"A direita na tela" (ESCOREL, 2019).
Reason	"Deal with the devil: libertarian reformers and authoritarian nationalist battle it out to reshape Brazil" (EPSTEIN, 2019).
UOL	"APÓS comentário racista, William Waack tem contrato rescindido pela Globo" (APÓS..., 2017).
	"Alvo de CPI, site de fake news com 903 anunciantes perde apoio com campanha" (REBELLO, 2020).

Fonte: elaborado pelo autor.

Assim, sob essa configuração metodológica se procedeu sobre o objeto de pesquisa a realização das análises propostas. Para esta finalidade, foi construída e refletida a base epistemológica evidenciando as materialidades da informação em relações de saber e poder e de memória e esquecimento em discursos de verdade, como exposto no capítulo a seguir.

3 DOCUMENTO E REGIME DE INFORMAÇÃO EM FROHMANN: MATERIALIDADES EM DISCURSOS DE VERDADE

As ideias enunciadas pelos sujeitos para responderem a questionamentos de determinados campos de saber possuem uma limitação que Fleck (2010) chamou de coletivos de pensamento, que são formados por sujeitos que compartilham e debatem sobre ideias em que cada um é “portador do saber”. Mesmo entre sujeitos de um mesmo coletivo de pensamento, as ideias não serão as mesmas devido ao percurso sociocultural que cada sujeito percorreu. Ou seja, as ideias de cada um em particular possuem especificidades resultantes de sua construção e pertencimento a diversos coletivos de pensamento (FLECK, 2010).

As relações entre os sujeitos influenciam a construção de pensamentos, ideias e verdades. A construção dos pensamentos pelas relações sociais, para Merton (2013), p. 95), “[...] não tem ligação necessária com sua validade ou falsidade [...]” e pode ser movida por interesses. Ou seja, os sujeitos podem conceber ideias e julgamentos dissimulados a partir da utilidade que elas dispõem a si. Mesmo em situações onde a gênese social das ideias não seja deliberadamente direcionada aos interesses do sujeito, a perspectiva de onde o mesmo observa pode dificultar sua observação do problema e alterar sua construção de enunciados. (MERTON, 2013).

Desse modo, em uma mesma sociedade diversos e divergentes enunciados coexistem pelos coletivos de pensamento e possuem uma incorporação institucional. A construção dos enunciados é atravessada por condições (práticas sociais dotadas de interesses, sentimentos, preferências de valor dos sujeitos etc.) que se relacionam socialmente e afetam a gênese das ideias e afirmação de enunciados de outrem.

Nessa construção, as relações de força para a gênese das ideias se manifestam por meio de condições sociopolíticas. São por essas condições que, em Foucault (2003), p. 27), “[...] se formam os sujeitos de conhecimento e, por conseguinte, as relações de verdade [...]”. A construção de ideias acerca de categorias como sujeito, conhecimento e verdade estão condicionadas às práticas sociais e podem ser denominadas discurso, que para Foucault (1999, p. 49) era a

[...] reverberação de uma verdade nascendo diante de seus próprios olhos; e, quando tudo pode, enfim, tomar a forma do discurso, quando tudo pode ser dito e o discurso pode ser dito a propósito de tudo, isso

se dá porque todas as coisas, tendo manifestado e intercambiado seu sentido, podem voltar à interioridade silenciosa da consciência de si.

Os discursos sobre a verdade eram fundamentais na argumentação de Foucault (2005) para o exercício do poder. O ponto de partida e o meio no qual os discursos de verdade funcionam são as práticas de poder. Os discursos são historicamente enunciados até que sejam substituídos por outras verdades no processo de sistematização dos saberes e enfrentamentos de coletivos de pensamento. Em suma, as relações de poder exigem dos sujeitos a criação de discursos sobre a verdade que são enunciados em dispositivos em favor da manutenção institucional dos mesmos.

O processo de enunciação histórica dos discursos não se dá, para Foucault (2005), sem enfrentamentos via relações de força. A disputa entre discursos ocorre de modo constante e por meio de sua enunciação, ou não enunciação, se evidencia a relação de força que estabelece o que é conhecimento, sujeito e verdade em determinado dispositivo. Para Revel (2005, p. 40) o dispositivo em Foucault foi adotado em substituição ao conceito de “episteme” visto que este “[...] é um dispositivo especificamente discursivo [...]”. Os dispositivos possuem diferentes naturezas e funções estratégicas, são “mecanismos de dominação” e sua análise incorpora elementos sociais não-discursivos circunscritos em redes em que se estabelecem os enunciados, os sujeitos e os conjuntos de ideias basilares à determinada construção discursiva. (REVEL, 2005).

A produção do discurso ocorre em toda sociedade de modo que, em Foucault (1999, p. 8-9), “[...] é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade.”. Os discursos produzidos por agentes sociais de poder, ou de resistências a este poder, são enunciados por meio de práticas internas às sociedades e não se constituem enquanto discursos universais. No momento em que a perspectiva de análise observa o que é considerado verdadeiro e o que é considerado falso no interior do discurso não há, para Foucault (1999), evidência de grandes problematizações. Porém, no momento em que a análise observa as fronteiras para verificar as problematizações que guiam a vontade de saber é possível perceber as relações de poder instituídas em um histórico sistema de exclusão.

A institucionalização dos discursos no ocidente enquanto busca da verdade foi apontada por Foucault (1999) como um poder coercitivo que incide sobre outros discursos. Por meio das práticas, preceitos e prescrições institucionais, o discurso desses agentes sociais de poder – através do saber – buscou “[...] apoio, durante séculos, no natural, no verossímil, na sinceridade, na ciência também – em suma, no discurso verdadeiro.” (FOUCAULT, 1999, p. 18). Os enunciados de verdade auxiliam no processo de legitimação dos discursos de agentes sociais de poder.

Com base na perspectiva das micropráticas de poder disciplinar de Foucault, Frohmann (2004) refletiu acerca da existência de três discursos que se manifestam, em uma perspectiva ocidental, por meio dos documentos: discurso essencialista; discurso representacionalista; e discurso das práticas. Esses discursos não são abordados por evolução cronológica, mas via “micropráticas” de poder da disciplina. Frohmann (2004) interpretou que, para Foucault,

[...] esse poder é sustentado e retransmitido através de muitas rotinas menores e interconectadas. Em muitos casos, essas rotinas são mantidas por uma ampla variedade de implantações disciplinadas e interligadas de muitos tipos diferentes de documentos. (FROHMANN, 2004, p. 148, tradução nossa).⁷

As micropráticas de poder no processo de criação e enunciação dos discursos de autor e comentários também são atravessadas pelo poder dos discursos agrupados pela disciplina. Para Foucault (1999), a disciplina consiste em um modelo de exercício do poder coercitivo e restritivo que tem em sua definição proposições que considera verdadeiras verificadas por métodos, técnicas e instrumentos de verificação.

A validação do discurso da disciplina não se vincula a um único sujeito, mas ao campo discursivo em constante construção de novas proposições. As regras são permanentemente reatualizadas para a criação dos discursos e fixadas de modo a condicionar os enunciados pertencentes a suas fronteiras institucionais (FOUCAULT, 1999). Assim, o discurso possui condições de funcionamento impostas aos sujeitos que enunciam.

⁷ “[...] that power is sustained by and relayed through many interconnected, minor routines. In many cases these routines are maintained by a wide variety of interlocking, disciplined deployments of many different kinds of documents.”. (FROHMANN, 2004, p. 148).

Foucault (1999) observou que há regiões discursivas que se evidenciam abertas à enunciação de modo mais amplo aos sujeitos. Outras regiões discursivas são menos acessíveis, são “diferenciadas e diferenciantes”, conferindo posição de poder e cuja aparição é controlada. Um desses sistemas de restrição é agrupado por Foucault enquanto ritual. O qual,

[...] define a qualificação que devem possuir os indivíduos que falam (e que, no jogo de um diálogo, da interrogação, da recitação, devem ocupar determinada posição e formular determinado tipo de enunciados); define os gestos, os comportamentos, as circunstâncias e todo o conjunto de signos que devem acompanhar o discurso; fixa, enfim, a eficácia suposta ou imposta das palavras, seu efeito sobre aqueles aos quais se dirigem, os limites de seu valor de coerção. (FOUCAULT, 1999, p. 39).

Outro elemento que acompanha o ritual é a doutrina, que se apresenta enquanto região discursiva que se propaga. Por causa dela os sujeitos encontram pertencimento por meio do “[...] reconhecimento das mesmas verdades e a aceitação de certa regra – mais ou menos flexível – de conformidade com os discursos validados [...]” (FOUCAULT, 1999, p. 42). Mas vai além disso, ela mantém um controle discursivo dos sujeitos e do que estes enunciam. A doutrina é

[...] o sinal, a manifestação e o instrumento de uma pertença prévia – pertença de classe, de status social ou de raça, de nacionalidade ou de interesse, de luta, de revolta, de resistência ou de aceitação. A doutrina liga os indivíduos a certos tipos de enunciação e lhes proíbe, conseqüentemente, todos os outros; mas ela se serve, em contrapartida, de certos tipos de enunciação para ligar indivíduos entre si e diferenciá-los, por isso mesmo, de todos os outros. A doutrina realiza uma dupla sujeição: dos sujeitos que falam aos discursos e dos discursos ao grupo, ao menos virtual, dos indivíduos que falam. (FOUCAULT, 1999, p. 43).

A dupla sujeição realizada pela doutrina faz com que os sujeitos voltem sua atenção aos discursos que a legitimem e desqualifiquem enunciados que se evidenciem de modo diverso ao proposto pelo grupo. Ainda que os discursos enunciados pelo grupo sejam contrafactuais, os sujeitos pertencentes ao grupo a consideram a verdade pela qual devem direcionar suas práticas.

Os sistemas de restrição ritual e doutrina – também observáveis no discurso epistemológico representacionista e no discurso das práticas – são mais facilmente perceptíveis no discurso epistemológico essencialista (FROHMANN, 2004). O

discurso essencialista se vincula à compreensão ontológica da filosofia platônica e agostiniana.

Esse modo de compreensão da realidade é transcendente, imaterial e originário “de cima para baixo”. O conhecimento possui uma origem superior (divina) pela qual é dado aos seres humanos. Um grande expoente desse discurso foi Agostinho de Hipona, segundo o qual – em suas “Confissões” – Deus é “[...] estável, mas não contido; imutável, mas mudando todas as coisas [...]” (AUGUSTINE, acesso em 28 ago. 2020, tradução nossa).⁸ Ou seja, existe uma essência estável e imutável que rege todas as coisas, inclusive a linguagem humana.

O discurso essencialista se baseia em compreensões filosóficas provenientes da “revelação divina” da verdade. Como descrito na *Nova Vulgata* (EVANGELIUM..., 8:32, acesso em 28 ago. 2020, tradução nossa), a partir dessa essência, “[...] conhecereis a verdade, e a verdade vos libertará”⁹. Desse modo, existe uma única verdade e uma única realidade na qual coisa e significado se fundem. A informação (que seria originária do que é transcendente e das instituições detentoras do saber e do poder de onde partem as narrativas discursivas) “liberta”. As palavras e os seus significados se fundem e são enunciados, para Wittgenstein (apud FROHMANN, 2004, p. 12, tradução nossa), em uma “[...] imagem particular da essência da linguagem humana.”,¹⁰ o que o autor chamou de “*augustinian pictures*”. Frohmann complementou:

O significado é imaginado como um tipo especial de objeto: um que pode ser correlacionado com qualquer palavra. Assim, a ideia mais profunda subjacente ao *Augustine's picture* mantém sua forma: afinal de contas, todas as palavras representam as coisas, depois de tudo. O significado de uma palavra é o que ela representa. O significado deve ser um tipo abstrato de coisa, mas uma vez que as palavras as têm, e uma vez que elas estão correlacionadas com palavras, elas devem – de alguma forma – estar lá”. (FROHMANN, 2004, p. 12, tradução nossa).¹¹

⁸ “[...] *stable, yet contained by none; unchangeable, yet changing all things* [...]”. (AUGUSTINE, acesso em 28 ago. 2020).

⁹ “[...] *cognoscetis veritatem, et veritas liberabit vos.*” (EVANGELIUM..., acesso em 28 ago. 2020).

¹⁰ “[...] *particular picture of the essence of human language.*” (FROHMANN, 2004, p. 12 tradução nossa).

¹¹ *Meaning are [sic] imagined as a special kind of object: one which can be correlated with any words. Thus, the deeper idea underlying Augustine's picture retains its form: all words stand for things, after all. A word's meaning is the thing for which it stands. Meaning must be an abstract kind of thing, but since words have them, and since they are correlated with words, they must – somehow – be there.* (FROHMANN, 2004, p. 12).

O significado e a palavra são intrínsecos entre si, e as palavras manifestam a representação de elementos abstratos, transcendentos mesmo que as coisas possuam existência material, o significado é arquetípico, tem uma essência derivada do ente. Em outros termos, nessa abordagem, os discursos possuem autoria divina e a informação enunciada nos documentos se vincula a rituais de revelação metafísica das doutrinas.

A segunda perspectiva epistemológica na reflexão de Frohmann (2004) foi o representacionalismo ou discurso representacionista. Esse discurso abandonou a dimensão divina presente no discurso essencialista. Porém, ainda que se direcione à investigação por meio de elementos empíricos e reflexões lógicas, mantém um discurso de uma única realidade cognoscível exclusivamente pelo ritual do método científico.

O discurso representacionista, para Frohmann (2004), idealizou a Ciência e reivindicou para si a autoridade para representar o conhecimento do mundo natural por intermédio de pensamentos e teorias que privilegiam a comunicação da informação obtida pelas “descobertas”. O autor apontou que o foco principal desse discurso é a construção, através da racionalidade científica, de teorias altamente abstratas para representar as estruturas do mundo natural de modo a “[...] sintetizar seus resultados em uma única teoria: uma representação unificada do mundo natural.” (FROHMANN, 2004, p. 7, tradução nossa).¹²

Frohmann (2004, p. 27, tradução nossa) explicitou que a visão de Francis Bacon “[...] de produção de conhecimento científico é, em muitos aspectos, mais sutil e complexa do que visões excessivamente intelectualizadas que igualam a atividade científica à produção de campos conceituais”.¹³ A visão de Bacon possuiu forte sistematização e disciplina para a produção de documentos científicos. O trabalho científico possui sua centralidade no “conteúdo epistêmico dos documentos” e não mais na revelação divina. No entanto, ainda focado na construção de uma teoria unificada e eurocêntrica que representasse o mundo real.

Esse realismo, apontou Frohmann (2004), sugere rigor e um robusto conceito unificado de informação. Um único tipo teórico que define o objeto de estudos de

¹² “[...] synthesizing its results in a single theory: a unified representation of the natural world”. (FROHMANN, 2004, p. 7).

¹³ “[...] of scientific knowledge production is in many ways more subtle and complex than overly intellectualized views which equate scientific activity with the production of conceptual fields”. (FROHMANN, 2004, p. 27).

informação e “[...] dá sentido à massa de estudos da informação” (FROHMANN, 2004, p. 56, tradução nossa)¹⁴. O ritual do método científico seleciona os autores dos discursos validados na teoria científica.

A perspectiva realista e representacionalista da informação foi refletida por Saul e Mary Herner (1967, p. 3, apud FROHMANN, 2004, p. 57) quando afirmaram que, por meio do método, da atividade de escrita ou de fala da “fonte” – “*source or originator*” – as mensagens (ideias, resultados de pesquisa etc.) são transmitidas por um canal ou meio (seminários, discussões, revistas etc.) para um “destinatário” – “*recipient*” – que, pelo método ou atividade de escuta e leitura, receberá a mensagem e, desse modo, será informado.

Em outras palavras, é por meio do ritual do método que o autor do discurso se diferencia e cria (ou comenta) os enunciados transmitidos por práticas de poder aos sujeitos que se relacionam com autor, seja por sofrerem dominação ou exercerem resistência, via discursos. Desse modo, a compreensão acerca da informação ocorre como um processo pelo qual a representação do mundo real pode ser conhecida. O que importa é o conteúdo epistêmico dos documentos, a mensagem transmitida que se transformará em informação. O conhecimento científico é compreendido, então, como uma doutrina de uma fiel representação do mundo natural.

A terceira dimensão discursiva apresentada por Frohmann (2004) tratou do discurso das práticas. As reflexões nessa dimensão não mais direcionam a análise à disciplina, mas às relações de poder de controle social por meio das práticas. Revel (2005) apontou que somente após a publicação de “Vigiar e Punir”, em 1975, que Foucault passou a analisar o controle enquanto substituição à disciplina como modelo de aplicação do poder.

Ao analisar o controle social em Foucault, Revel (2005, p. 29) frisou que este não era exercido apenas “[...] pela justiça, mas por uma série de outros poderes laterais [...] que se articulam em dois tempos [...]”. O controle social não mais era compreendido apenas por dispositivos legais de poder, mas por práticas de sujeitos, instituições e grupos onde ocorrem as relações entre sujeitos.

A articulação do controle social, para Revel (2005, p. 29-30), se dá na constituição de “[...] populações nas quais os indivíduos serão inseridos [...]”. Nas populações, a autora afirmou que o controle se manifesta enquanto “[...] uma

¹⁴ “[...] makes sense of the mass of information studies.” (FROHMANN, 2004, p. 56).

economia do poder que gerencia a sociedade em função de modelos normativos globais integrados num aparelho de Estado centralizado [...]” (REVEL, 2005, p. 30). Outrossim, as práticas centralizadas de controle social são acompanhadas da instauração de “[...] um sistema de individualização que se destina a modelar cada indivíduo e a gerir sua existência.” (REVEL, 2005, p. 30). Desse modo, por intermédio das populações em que os sujeitos são individualizados ocorrem as práticas de poder e as práticas de resistências fragmentadas por processos de individualização.

No contexto das práticas de poder, o documento readquire uma prevalência diante da informação por constituir sua materialidade. A informação passa, por sua vez, por uma desconstrução. Frohmann (2004) afirmou que a desconstrução proposta por Wittgenstein – “*Wittgenstein’s deflationary treatment*” – pôde fornecer subsídio às reflexões sobre documentos e informação sem promover uma construção da informação como algo a ser procurado por “*information seekers*” ou para que ocorra o direcionamento do “*information seeking behaviour*”.

Frohmann (2004, p. 10, tradução nossa) evidenciou três pontos pertinentes na desconstrução das “*augustinian pictures*” propostas por Wittgenstein: “(1) a relação fechada que existe entre significado e informação; (2) o nível em que sua investigação trabalha; e (3) o papel dos documentos em si”.¹⁵ O primeiro ponto reconhece as conexões existentes entre a gramática do significado e a gramática da informação. Assim, Frohmann (2004) explanou que, quando o objeto possui significado, pode informar. Porém, para que um documento possa informar, necessita que haja um significado.

O segundo ponto da desconstrução wittgensteiniana elencado por Frohmann (2004) foi propriamente sobre “*deflating information*”. O autor propôs um esvaziamento da ideia abstrata de informação para que a investigação ocorra de modo a considerar a complexidade e variedade de elementos que enunciam sua materialidade. No terceiro ponto explanou sobre os documentos em si por meio da crítica que Wittgenstein realizou às “*augustinian pictures*”.

Nesse sentido, no século XX, Paul Otlet e Suzanne Briet foram pioneiros na discussão do documento como forma física da informação. Em Paul Otlet, de acordo com Michael Buckland (1997, p. 805, tradução nossa), foram reconhecidos como documentos “[...] objetos naturais, artefatos, objetos com traços de atividade humana

¹⁵“(1) the close relation that exists between meaning and information; (2) the level at which his investigation works; and (3) the role of documents in it”. (FROHMANN, 2004, p. 10).

(tais como achados arqueológicos), modelos explicativos, jogos educativos e trabalhos de arte.”¹⁶. Com Suzanne Briet, a materialidade da informação começou a se configurar com o antílope no zoológico como documento, conforme demonstrou Buckland (1997, p. 806, tradução nossa):

Há a discussão de um antílope. Um antílope selvagem nas planícies da África não deve ser considerado um documento, ela [Briet] argumenta. Mas, se fosse capturado, levado para um zoológico e feito um objeto de estudo, ele teria sido transformado em um documento. Ele se tornou evidência física sendo usada por aqueles que o estudam.¹⁷

O antílope na natureza, em Briet, não é um documento. Mas, a partir do momento em que o animal é capturado e levado para um zoológico e se transforma em objeto de estudo, também se torna uma evidência física para quem o estuda e se torna um documento.

Para Frohmann (2004), a crítica que Wittgenstein estabeleceu sobre a intrínseca relação entre significado e as coisas ocorreu no sentido da atribuição dos significados como entidades que se projetam do consciente para o mundo material. Desse modo, Wittgenstein discorreu que a ideia abstrata do significado é uma ficção, uma superstição, uma doutrina metafísica deslocada do discurso essencialista e reafirmada – comentada – no discurso representacionalista da Ciência.

O emprego das palavras pelos sujeitos envolve engajamento com práticas cotidianas predecessoras do processo de raciocínio e de atenção. A atenção se desloca dessas imagens mentais de significados e de informação em direção às práticas com linguagem e com documentos. Os documentos, assim como as palavras, existem por meio dos usos e não mais de uma perspectiva imaterial que lhes foi “dada” por uma entidade transcendente no discurso essencialista ou ainda por uma representação epistêmica “descoberta” sobre o mundo natural no discurso representacionalista (FROHMANN, 2004).

O discurso epistemológico da informação que se propõe realista, representacionalista do mundo natural, se apresenta como conteúdo epistêmico do

¹⁶ “[...] *natural objects, artifacts, objects bearing traces of human activity (such as archaeological finds), explanatory models, educational games, and works of art*”. (BUCKLAND, 1997, p. 805).

¹⁷ “*There is discussion of an antelope. An antelope running wild on the plains of Africa should not be considered a document, she [Briet] rules. But if it were to be captured, taken to a zoo and made an object of study, it has been made into a document. It has become physical evidence being used by those who study it.*” (BUCKLAND, 1997, p. 806).

documento. Em contrapartida, no discurso das práticas materiais, evidenciam-se usos da informação sem priorizar o que ela poderia ser, mas procurando resolver problemas pragmáticos. Isso pode gerar tensão que varia de acordo com “[...] o grau em que os compromissos com a ideia do conteúdo epistêmico dos documentos se tornam explícitos” (FROHMANN, 2004, p. 56, tradução nossa).¹⁸ Portanto, compreende-se que na relação de poder entre os discursos não há substituição de um pelo outro, mas uma gradação das influências nas práticas materiais científicas, ou não científicas, na criação de documentos.

Nessa relação entre o discurso epistemológico representacionista e o discurso das práticas, em Frohmann (2004, p. 101), evidenciou-se uma “dialética de resistência e acomodação” que Andrew Pickering nomeou de “*mangle of practice*”. Pickering apontou ainda que há uma “*dance of agency*” no processo de acomodação e resistência de elementos epistemológicos heterogêneos, em que o cientista é passivo diante de padrões estabelecidos por sistemas conceituais. Além disso, em uma “*disciplinary agency*” (FROHMANN, 2004, p. 146) estão entrelaçadas práticas humanas e maquínicas.

Ainda que na execução do fazer científico predomine o discurso representacionista e a ideia abstrata da informação, esse discurso está atrelado às práticas materiais e outros elementos necessários para que existam. Como evidenciado no trabalho de Latour e Woolgar (1997) a produção dos fatos científicos em laboratório decorrem de microprocessos sociais. Os autores apontaram que a afirmação científica, de modo geral, “[...] pode comportar uma ou várias preocupações diferentes. Assim, não importa em que contexto dado, diversos interesses podem estar simultaneamente presentes em uma afirmação.” (LATOUR; WOOLGAR, 1997, p. 170). A enunciação dos fatos está, assim, orientada de acordo com os diversos interesses dos pesquisadores para uma construção particular dos enunciados pelo grupo. (LATOUR; WOOLGAR, 1997).

Frohmann (2004) salientou que

Como Latour vê a construção de declarações estáveis como o fim de todo trabalho científico, as redes de inscrições constituem para ele a totalidade do empreendimento científico. Essas redes incluem uma ampla variedade de atores, tecnologias, disciplinas sociais e

¹⁸ “[...] the degree to which commitments to the idea of the epistemic content of documents are made explicit”. (FROHMANN, 2004, p. 56).

instituições envolvidas em estratégias e práticas de estabilização de declarações. (FROHMANN, 2004, p. 163, tradução nossa).¹⁹

Uma série de práticas são necessárias para a estabilização das afirmações (ou declarações) científicas, assim como atores, tecnologias, disciplinas sociais e instituições engajadas na construção do discurso científico por meio de redes de inscrições. Essas redes compostas pelos atores nas práticas de construção das afirmações estão permeadas de relações de saber e poder que impactam as afirmações construídas. Desse modo, há uma relação entre o discurso epistemológico representacionalista e o discurso das práticas que tensiona as práticas científicas.

Com a finalidade de mediar a compreensão dos elementos discursivos dessa relação de poder entre o discurso epistemológico representacionalista e o discurso das práticas, foi elaborado o Quadro 6 explicitando as diferenças de enunciados entre esses discursos.

QUADRO 6 – Discurso epistemológico representacionalista *versus* discurso das práticas

Discurso epistemológico representacionalista	Discurso das práticas
Articulação da Ciência com conhecimento.	Articulação da Ciência com práticas de materialidade.
O conhecimento é um campo conceitual imaterial que objetiva produzir uma representação teórica do mundo natural.	O conhecimento é uma zona de construção de enunciados a partir de práticas.
O conhecimento é descoberto.	O conhecimento é criado.
As atividades científicas são universais e racionais e ocorrem por meio de observação, experimentos e exercícios lógicos com replicabilidade de valor epistemológico, a partir de mentes individuais, para representar o mundo natural.	As atividades são variadas, artesanais e locais. Envolvem vários objetos materiais, sociais e discursivos para produzir montagens de coisas, pessoas e documentos que possam ser utilizados por outras realidades de pesquisa ou existências além do campo científico.
Os objetos são imateriais: significados, verdades, proposições, representações,	Os objetos são enunciados materiais: declarações em documentos, conversas

¹⁹“Because Latour sees the construction of stable statements as the end of all scientific work, networks of inscriptions constitute for him the totality of the scientific enterprise. Such networks include a wide array of actors, technologies, social disciplines, and institutions engaged in strategies and practices of statement stabilization.”. (FROHMANN, 2004, p. 163).

conteúdo epistêmico dos documentos e informação.	entre colegas, registros de laboratório, análise de dados gerados na pesquisa etc.
--	--

Fonte: Frohmann (2004, p. 101-102, tradução nossa).

Por meio do discurso das práticas é possível compreender uma relação da informação e do documento com perspectivas não científicas. O conhecimento é criado a partir de práticas sociais locais, não universais, e sua validade está conectada ao que é estabelecido e útil socialmente de acordo com as dinâmicas de uma determinada realidade de grupo. As práticas documentárias não estão restritas ao laboratório e à Ciência, mas presentes em todas as dimensões de vida em que valores sejam atribuídos a determinado objeto, impactando a criação e os usos de documentos e a recuperação da informação dos mesmos.

As questões centrais do discurso das práticas para Frohmann consistiram em

[...] como as práticas documentárias e a circulação de documentos de todos os tipos, juntamente com suas relacionadas tecnologias de produção e consumo, se encaixam em estruturas sociais e institucionais e produzem efeitos específicos, entre eles, mas não limitados a: objetos de conhecimento teórico e disciplinar, fenômenos culturais, distinção social, hierarquias de especialização, relações e instituições sociais e ação política. (FROHMANN, 2004, p. 238, tradução nossa).²⁰

A compreensão acerca das práticas documentárias vai além dos documentos construídos em laboratório através de práticas científicas. A pesquisa sobre as práticas compreende os documentos de modo mais abrangente e visa compreender como eles se relacionam com dispositivos institucionais e artefatos tecnológicos. O documento possibilita compreender os processos que envolvem a construção e constituição dessas práticas, abrangendo perspectivas além das práticas científicas, por meio do conceito de “materialidade”, como apontou Frohmann (2006, p. 3):

[...] se ‘documento’ nomeia a materialidade da informação, e se a materialidade é importante para o entendimento dos aspectos públicos e sociais da informação, então os estudos da documentação tornam-se importantes para os estudos da informação. A documentação se

²⁰ “[...] how documentary practices and the circulation of documents of all kinds, together with their related technologies of production and consumption, fit into social and institutional structures and produce specific effects, among them but not limited to: objects of theoretical and disciplinary knowledge, cultural phenomena, social distinction, hierarchies of expertise, social relations and institutions, and political action.”. (FROHMANN, 2004, p. 238).

torna o meio de materialização da informação. Estudar a documentação é estudar as consequências e os efeitos da materialidade da informação.

A partir do estudo do documento é possível, entre outras possibilidades de pesquisa: analisar criticamente as relações de saber e poder (dentro de uma perspectiva pós-estruturalista) dos enunciados, as relações de memória e esquecimento em seu processo de estabilização e decomposição e como ocorrem as práticas de informação, cuja materialidade se manifesta enquanto documento. (FROHMANN, 2004, 2006).

Como observado, a informação enunciada em um documento não se constitui como um conjunto de dados isolados de quaisquer práticas exercidas por atores impactados por relações de saber e poder e de memória e esquecimento, ela é formada por uma série de práticas onde os atores estão sujeitos à essas relações. As práticas de informação no documento, identificáveis por meio de suas unidades de informação (ações de informação), são suscetíveis às redes de inscrição onde os discursos estão alocados e essas redes alocam-se em regimes de informação.

O conceito de “Regime de Informação” possui diferentes abordagens em que, preservadas suas similaridades e diferenças conceituais, autoras e autores como

[...] Frohmann (1995), González de Gómez (2002, 2012b), Braman (2004) e Ekbja e Evans (2009) focam na relação regime-informação, com o intuito de elaborar o constructo na tentativa de compreender como processos, serviços e produtos de informação se formam, se ordenam, se desordenam e se estabilizam nos espaços de informação (público ou privados; locais ou globais; técnicos ou sociais), em uma sociedade que é, a um só tempo, guiada pelas tecnologias da informação e da comunicação e inserida em uma forte economia de mercado. (BEZERRA et al., 2016, p. 65).

Entretanto, foi com Frohmann (1995) que o conceito adquiriu pela primeira vez um *corpus* teórico. Para o autor, os sujeitos estão submetidos às relações sociais de poder que impactam as práticas de construção de enunciados nos documentos, que não estão dissociadas nem do contexto espaço-temporal de onde as afirmações são estabilizadas, nem dos artefatos tecnológicos e dispositivos de poder das redes de inscrição, ou ainda, do regime. Frohmann considerou como um regime de informação:

[...] qualquer sistema ou rede mais ou menos estável em que a informação flua através de canais determináveis de produtores

específicos, por meio de estruturas organizacionais específicas, para consumidores ou usuários específicos [...]. Transmissão de rádio e televisão, distribuição de filmes, publicação acadêmica, bibliotecas, fluxos de dados transfronteiriços, a emergente *infobahn*: são todos nós de redes de informação ou elementos de regimes específicos de informação. (FROHMANN, 1995, p. 21, tradução nossa).²¹

O estudo da informação focado em fronteiras disciplinares que compreendiam a informação como *commodity* foi considerado um questionamento central na análise por Frohmann (1995). Os problemas decorrentes de uma política de informação voltada às questões instrumentais não possibilitavam analisar como se dava o exercício de poder nas relações sociais mediadas pelas práticas de informação. (FROHMANN, 1995). Desse modo, Frohmann ponderou que

Um objetivo legítimo e premente da pesquisa em políticas de informação é a representação perspicaz de regimes de informação: como eles se originam e estabilizam; como eles determinam as relações sociais e como formas específicas de poder são exercidas dentro e através delas. A descrição de uma política de informação torna-se, portanto, a descrição genealógica de um regime de informação. (FROHMANN, 1995, p. 21-22, tradução nossa).²²

No contexto de pesquisa em políticas de informação, os Regimes de Informação possibilitam analisar genealogicamente o exercício de poder nas práticas de informação e estabilização dos enunciados. Desse modo, de acordo com González de Gómez (2012, p. 51), Frohmann deslocou a análise das “[...] questões informacionais da esfera político-estatal em direção as esferas da economia e do mercado [...]” sem anular os elementos políticos e econômicos presentes nas relações sociais e ainda introduziu a possibilidade de considerar outros elementos na análise das práticas.

As práticas científicas possuem interesses e relações de saber e de poder no processo de enunciação de afirmações estabilizadas ao fim da pesquisa acadêmico-

²¹ “[...] any more-or-less stable system or network in which information flows through determinable channels from specific producers, via specific organizational structures, to specific consumers or users [...]. Radio and television broadcasting, film distribution, academic publishing, libraries, transborder data flows, the emerging *infobahn*: these are all nodes of information networks, or elements of specific regimes of information.”. (FROHMANN, 1995, p. 21).

²² “A legitimate and pressing objective of information policy research is the perspicuous representation of regimes of information: how they originate and stabilize; how they determine social relations, and how specific forms of power are exercised in and through them. The description of an information policy therefore becomes the description of the genealogy of a regime of information.”. (FROHMANN, 1995, p. 21-22).

científica. No entanto, elas têm uma série de dispositivos institucionais e artefatos tecnológicos que possibilitam a verificação pelos pares, publicação em documentos acadêmico-científicos e possibilidade de contraposição acadêmico-científica através de práticas que se valem do método científico.

Um fenômeno diferente ocorre em práticas de informação enunciadas em regimes de informação sem a “verificação pelos pares” como, por exemplo, no conteúdo de transmissões de rádio e televisão citadas por Frohmann (1995) ou ainda em documentos digitais na *web*. Os atores sociais nos documentos digitais podem se valer de modulação de conteúdos e estratégias de deformação deliberada dos enunciados, que via relações de memória e esquecimento podem afirmar os discursos de seus “coletivos de pensamento” como “a verdade” prescindindo de elementos factuais. Em comparação com documentos tradicionais, os documentos digitais para Frohmann (2006, p. 11)

[...] são processáveis em grau e escala únicos na história. Muitos enunciados digitais, tais como os que digitamos em nossos teclados ou escrevemos dentro dos softwares, são comandos, com efeitos complexos. A documentação digital desafia o cenário tradicional da disseminação da informação, o de sujeitos autônomos comunicando-se ou trocando ‘informações’ uns com os outros – porque a intencionalidade, característica essencial do cenário tradicional, está ausente na geração de um vasto conjunto de enunciados digitais. Sua produção e processamento ocorrem fora da consciência.

As práticas científicas, geralmente atreladas a dispositivos político-estatais possuem uma série de critérios no processo de enunciação e publicização dos enunciados em documentos de periódicos acadêmicos e de bibliotecas, por exemplo. Essas práticas possuem um ritmo mais lento até a estabilização de enunciados se comparados com os discursos enunciados em documentos digitais não científicos. Na *web*, artefatos tecnológicos pertencentes a instituições privadas possibilitam aos sujeitos experiências cada vez mais céleres e individualizadas ao passo que as emoções são manipuladas em processos para usos comerciais e políticos. (FROHMANN, 2006).

Assim, as práticas de informação se conectam com os diferentes dispositivos de seus respectivos regimes de informação e evidenciam a importância do deslocamento realizado por Frohmann, para interpretar essas relações sociais também em documentos digitais no ciberespaço. Como apontou González de Gómez:

O domínio do poder informacional deixa de ser o estado, o governo, as editoras ou as bibliotecas, para ser a escrita e o discurso, os dispositivos complexos como os sistemas de rádio aberta ou a *Internet*, ou qualquer das constelações institucionais que intervenham na construção categorial-documentária de identidades oficiais, individuais e coletivas [...]. (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2012, p. 51).

O deslocamento realizado por Frohmann voltado às práticas de informação foi possível, de acordo com González de Gómez (2012, p. 51), graças à “[...] noção de artefato híbrido ou quase-objeto, ao mesmo tempo natural, social e discursivo, conforme elaborado pela teoria ator-rede.”. Esses híbridos, nos trabalhos de Frohmann posteriores ao de 1995 (onde exemplificou a radiodifusão e a *infobahn* como híbridos), “[...] ganham a formulação unificada de ‘documentos’ [...]”. (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2012, p. 51).

Frohmann (1995, p. 22, tradução nossa) salientou que “[...] descrever um regime de informação significa traçar os processos agonísticos que resultam em tentativas e desconfortáveis estabilizações de conflitos entre grupos sociais, interesses, discursos e até artefatos científicos e tecnológicos.”.²³ Desse modo, em complexas relações de saber e de poder, práticas de informação de atores sociais em documentos digitais não-científicos podem se evidenciar em disputa com as práticas de informação em documentos acadêmico-científicos pelo controle de narrativas que se apresentam enquanto “verdade”.

Para González de Gómez (2012, p. 56), os Regimes de Informação em Frohmann ocupam-se das dinâmicas e tensões da informação que permitem relacionar as dimensões “[...] espaço-temporal e cultural das ações de informação aos contextos regulatórios e tecnológicos que intervêm e perpassam diferentes domínios de atividade, agências e organizações.”. Nesse contexto o valor da informação é questionado “[...] seja deixando em suspenso o caráter epistêmico da informação, seja para correlacionar os valores da informação com plurais regimes de verdade.”. (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2012, p. 56).

Os Regimes de Verdade, para Foucault (1979), são próprios de cada sociedade que escolhe os discursos que considera verdadeiros por meio de mecanismos e

²³ “[...] describing a régime of information means charting the agonistic processes that result in tentative and uneasy stabilizations of conflicts between social groups, interests, discourses, and even scientific and technological artifacts.”. (FROHMANN, 1995, p. 22).

instâncias de validação dos enunciados, técnicas e dispositivos que regulam o que é considerado verdade. No entanto, eles se diferem dos Regimes de Informação, que embora sejam marcados por afirmações que são consideradas “verdade” pelos atores sociais, se ocupam em analisar as práticas (ações) de informação por intermédio de seus atores, dispositivos e artefatos alocados em determinado espaço-tempo, no discurso das práticas de Frohmann (2004).

A partir do discurso das práticas, exposto no Quadro 6, a constituição de Regime de Informação no presente estudo volta-se às práticas de informação, das quais uma ação de informação se constitui como uma unidade que não é analisada isoladamente, mas no contexto de seu processo de enunciação na rede de inscrições. A compreensão de um regime de informação de documentos digitais é atravessada por sujeitos individualizados e atores/artefatos híbridos que, circunscritos sob os dispositivos da *web*, apresentam uma complexidade de relações vinculada à própria emergência da base filosófica que Frohmann alocou no discurso epistemológico representacionista. Assim, a gênese do indivíduo e sua relação com as máquinas estão na base dos processos sociais do racionalismo e da manifestação de sua recusa, evidenciados no regime de informação, em análise no presente estudo.

3.1 Da relação entre indivíduo e máquina às redes de modulação de memórias, silêncios e esquecimentos em plataformas no ciberespaço

Nos documentos digitais audiovisuais, os atores foram condicionados a um processo de individualização através de práticas de controle social dos detentores do poder que estabeleceram a dinâmica pela qual os atores, individualizados, interagem com artefatos sociotécnicos. Os artefatos sociotécnicos por sua vez, adquirem um caráter de ação cada vez mais evidente. Na Teoria Ator-Rede, uma das bases teóricas dos Regimes de Informação em Frohmann,

[...] os não humanos podem ser atores e não somente simples projeções simbólicas. Ator ou actante é aquele que realiza a escala de análise a partir de um veículo, e a rede são as conexões, os caminhos que conectam os atores, ou seja, que os transportam a uma ação ou coisa, os veículos que ligam, lado a lado, o agregado social local (lugar com menos conexões) ao global (lugar com mais conexões) [...]. (ALVES; BEZERRA, 2019, p. 5).

Os artefatos sociotécnicos se tornaram atores não-humanos – em processos de construção, estabilização, divulgação e recuperação de enunciados dos documentos audiovisuais na *web* – à medida em que os detentores do poder e dos dispositivos da rede os condicionaram à coleta de dados dos usuários humanos individualizados na *web* e agrupamento desses atores locais individuais em coletivos de pensamento globais, com conexões de progressiva complexificação e impactos sociais da ação desses atores não-humanos.

Para compreender essa complexa relação dos sujeitos individualizados com não-humanos que ocorre na *web* é preciso analisar a gênese dos dispositivos que possibilitaram sua manifestação. Na transição da sociedade feudal à sociedade industrial (no contexto europeu ocidental) emergiu o individualismo, que foi fundamental para consolidação da nova dinâmica social com centralidade na informação, o “Informacionalismo” ou “sociedade em rede” (CASTELLS, 2002). Da sociedade industrial à sociedade em rede foi possível perceber permanências de relações de poder por meio de documentos em uma crescente relação dos atores com artefatos e dispositivos do ciberespaço.

A informação durante o Feudalismo europeu era acessada predominantemente via discursos essencialistas enunciados pelo clero. O acesso à leitura era restrito mesmo após a Reforma Protestante de Martinho Lutero e a Prensa de Johannes Gutenberg. Os enunciados eram estabilizados pela disciplina dos dispositivos e as práticas de saber eram controladas pelos detentores do poder de modo que, sem acesso à leitura e à escrita, a memória coletiva era construída predominantemente via “lugares de memória” (NORA, 1993). Os lugares de memória, em Nora (1993, p. 12-13), “[...] são, antes de tudo, restos. A forma extrema onde subsiste uma consciência comemorativa numa história que a chama, porque ela a ignora.”. Assim, a memória coletiva dos plebeus europeus no período feudal era enunciada por intermédio de comemorações criadas (ou ressignificadas) pelo catolicismo via clérigos e/ou nobres. A estabilização dos enunciados da realidade era por meio de ações de detentores do discurso essencialista, a saber, o clero.

No entanto, havia disputas de poder pela enunciação dos discursos entre monarcas, clero e nobres. Aos plebeus pobres restava o trabalho pesado, predominantemente rural, e a sujeição a mecanismos de manipulação pelo poder. Nessa manipulação, os enunciados da memória eram suscetíveis aos interesses de

forças sociais detentoras de poder e os esquecimentos e silêncios revelavam as práticas de manipulação, como apontou Le Goff (1990, p. 426):

[...] a memória coletiva foi posta em jogo de forma importante na luta das forças sociais pelo poder. Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva.

As disputas pelo poder atravessaram as delimitações de períodos históricos. Os atores sociais nessa disputa se alteraram, mas as práticas de detentores do poder para controlar a memória dos sujeitos dominados via coerção ou coesão social persistiram. As relações de força em disputa pelo poder ocorrem mediante repressão exercida sobre o indivíduo ou coletivamente.

As relações de poder incidiram na estabilização de enunciados em documentos e geraram novos dispositivos aos atores sociais. Esses dispositivos, pela força política dos atores detentores do poder, foram (e ainda são) manipulados via lembranças, silêncios e esquecimentos para legitimação de interesses. Nessa dimensão do poder, Foucault (2005, p. 23) frisou que a política “[...] teria como função reinserir perpetuamente essa relação de força, mediante uma espécie de guerra silenciosa, e de reinseri-la nas instituições, nas desigualdades econômicas, na linguagem, até nos corpos de uns e de outros.”.

A disciplina dos corpos, das mentes, das crenças etc., dos sujeitos submetidos aos discursos dos detentores do poder, do Feudalismo ao Industrialismo, ficou evidente pela Inquisição. Os sujeitos que não se submeteram às regras disciplinadoras das práticas sociais e enunciados foram exilados, torturados e/ou assassinados. Nesse contexto emergiu o movimento Iluminista – *Aufklärung* – que, diante de intensas disputas com os enunciados essencialistas do poder eclesiástico cristão, pautou as relações discursivas baseadas nas práticas filosóficas e científicas racionalistas que impactariam o mundo sob um novo exercício de práticas de poder. Como frisou Almeida (2020, p. 26-27):

O iluminismo tornou-se o fundamento filosófico das grandes revoluções liberais que, a pretexto de instituir a liberdade e livrar o mundo das trevas e preconceitos da religião, iria travar guerras contra as instituições absolutistas e o poder tradicional da nobreza. As revoluções inglesas, a americana e a francesa foram o ápice de um

processo de reorganização do mundo, de uma longa e brutal transição das sociedades feudais para a sociedade capitalista em que a composição filosófica do homem universal, dos direitos universais e da razão universal mostrou-se fundamental para a vitória da *civilização*. Esta mesma civilização que, no século seguinte, seria levada para outros lugares do mundo, para os *primitivos*, para aqueles que ainda não conheciam os benefícios da liberdade, da igualdade, do Estado de direito e do mercado. E foi esse movimento de levar a civilização para onde ela não existia que redundou em um processo de destruição e morte, de espoliação e aviltamento, feito em nome da *razão* e a que se denominou *colonialismo*.

Ainda que sob enunciados afirmados em favor da liberdade, da igualdade e da universalização dos direitos, fora da centralidade do homem branco europeu os ideais iluministas contraditoriamente foram utilizados para cercear a liberdade e fortalecer a desigualdade via relação de poder exercida pela força e pela brutalidade colonialista.

Com a chamada Revolução Industrial o exercício de poder sobre os sujeitos permaneceu, porém, não apenas pela política, mas pela guerra em vias de fato no interior da Europa e dos Estados Unidos da América. As revoluções subsequentes não extinguiram as práticas de dominação, mas modificaram as disputas pela obtenção do poder e pelas ações de informação realizadas para a construção de enunciados empregados para sua legitimação.

A Revolução Industrial introduziu novos artefatos sociotécnicos, como as máquinas a carvão, modificando o contexto social das relações de poder e gerando um novo modo de produção. Com esse processo revolucionário surgiu uma nova classe para disputar o poder com a monarquia, a nobreza e o clero: a classe dos detentores dos meios de produção, os capitalistas. Para Hunt (2005, p. 17), os capitalistas substituíram gradativamente “[...] a nobreza como classe que dominava o sistema econômico e social.”. A substituição não extinguiu as relações de poder incidido sobre os sujeitos mais pobres europeus e permaneceu circunscrita por processos de mercantilização de existências humanas marcadas pelo discurso dos sujeitos detentores do poder como passíveis de colonização.

Da relação de poder produtivo emergiu também uma nova classe explorada, o proletariado. Hunt (2005, p. 11) afirmou que essa classe consistia em “[...] uma força de trabalho que possuía pouco ou nenhum capital e nada tinha a vender, a não ser sua força de trabalho.”. Nesse período, grandes migrações de camponeses ocorreram para os centros urbanos europeus, para trabalharem nas fábricas. Após o tensionamento da relação de força entre as novas elites capitalistas e as antigas elites

feudais, os valores da revolução francesa conduziram – juntamente com a revolução industrial inglesa – ao surgimento das democracias liberais e da consolidação dos valores da burguesia nascente e vitoriosa nas disputas de poder durante o período revolucionário europeu.

Outrossim, no processo industrialista europeu e estadunidense Max Weber (2007) apontou que as relações do antigo regime, legitimadas pelo discurso metafísico do direito divino católico, foram gradativamente reinterpretadas pela compreensão moral protestante da dignificação humana através do trabalho individual (WEBER, 2007). Nessa dimensão filosófica, a estabilização dos enunciados não ocorreria mais por ordem divina a uma linhagem monárquica ou revelação clerical, mas pela “divinização” do trabalho da relação de poder industrial. Assim, o indivíduo e a máquina da fábrica desempenhavam uma prática que o discurso capitalista estabilizou como dignificante.

Com a ampliação da economia de mercado capitalista, tornou-se necessário para a classe capitalista que o comportamento se baseasse em ações individuais voltadas à aquisição de bens. Nesse cenário, Hunt (2005, p. 27) enfatizou o surgimento da “[...] filosofia do individualismo, que serviu de base para o liberalismo clássico.”. Filosofia que também baseou as novas práticas de controle social. O individualismo se tornou ponto central da sociedade industrial e também permaneceu no que Castells (2002) chamou de “sociedade em rede”, ou ainda “era da informação”.

No século XX, mediante duas Guerras Mundiais, emergiu um processo de desenvolvimento de novos artefatos tecnológicos e o surgimento da *internet*. Os indivíduos passam a agir mais intimamente com as máquinas à medida em que a sociedade em rede – ou Informacionalismo – manteve o individualismo em favor de práticas de consumo de novos artefatos tecnológicos de comunicação e informação. O processo de individualização e construção desses atores híbridos (humanos e não-humanos) se expandiu ao passo que também se intensificaram as relações dos humanos com e pelas plataformas digitais na *internet*.

González de Gómez (2019) apresentou que o conceito de “plataforma” foi adotado por empresas de tecnologia como *Microsoft* e *Netscape* na década de 1990 e difundido desde então. Mais do que uma simples conceituação, essas plataformas

[...] compartilham ou disponibilizam, a terceiros (desenvolvedores e usuários), o acesso, uso e produção de informações, ferramentas

analíticas, tecnologias e, ao mesmo tempo, agem como moderadores, exercendo o controle dos conteúdos, das modalidades de acesso e dos perfis dos usuários [...]. (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2019, p. 144).

A autora salientou que as plataformas modificaram as relações dos sujeitos via práticas sociais de comunicação, interação, consumo de bens e serviços etc. Entretanto, por mais que ocorresse a reivindicação das plataformas digitais enquanto “[...] intermediárias de disponibilização de serviços, ferramentas analíticas, informações [...]”, o objeto dessa “moderação” e modulação são os indivíduos, seus usuários (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2019, p. 145).

As relações sociais do mundo físico são progressivamente mais suscetíveis às práticas de informação na *internet* e se dificultam as possibilidades de disjunção dos impactos do mundo digital sobre os sujeitos, ainda que sob a ótica da exclusão. Castells (2003, p. 11) observou que a *internet* não é “[...] nem utopia nem distopia [...], é a expressão de nós mesmos através de um código de comunicação específico [...]”. Assim, as ações de informação também se expressam e se modificam no ciberespaço, onde, como evidenciou Castells (2003, p. 109-110):

O individualismo em rede é um padrão social, não um acúmulo de indivíduos isolados. O que ocorre é antes que indivíduos montam suas redes, on-line e off-line, com base em seus interesses, valores, afinidades e projetos. [...] Além disso, o que observamos em nossas sociedades é o desenvolvimento de uma comunicação híbrida que reúne lugar físico e ciber lugar (para usar a terminologia de Wellman) para atuar como suporte material do individualismo em rede.

A comunicação em rede possibilita que as ações sejam realizadas por atores sociais pertencentes aos mesmos coletivos de pensamento independente de sua localização no globo terrestre. Desse modo, os atores sociais podem se reunir em espaços físicos e no ciberespaço com a presença de um outro padrão social: a intensificação da interação e comunicação entre atores humanos e não-humanos.

Na rede mundial de computadores emergiram plataformas digitais de relacionamento entre indivíduos e destes com máquinas. Souza, Avelino e Silveira (2018) evidenciaram que essas plataformas possuem dispositivos e artefatos que captam dados dos indivíduos que são agrupados e vendidos para empresas com a finalidade de direcionar anúncios publicitários e propagandísticos.

Desse modo, as práticas de consumo dos indivíduos são moduladas e manipuladas de acordo com os interesses dos detentores dos meios de comunicação

de informação e também dos meios de produção dos artefatos tecnológicos e dispositivos da rede. Esse fenômeno possibilita assim, que esse “capitalismo informacional” também seja enunciado como “capitalismo de vigilância”:

Em geral, os conteúdos desses espaços virtuais são produzidos ou desenvolvidos pelos seus próprios usuários que, ao mesmo tempo, entregam seus dados pessoais e seus metadados de navegação para os donos desses serviços. Desse modo, não há nenhum exagero em nomear o capitalismo informacional em capitalismo de vigilância [...] (SOUZA; AVELINO; SILVEIRA, 2018, p. 35).

Os atores humanos e não-humanos em interação na rede desenvolvem práticas de informação e produzem enunciados cujo conteúdo é manipulado e modulado para ser vendido como mercadoria. Nesse sentido, Souza, Avelino e Silveira (2018, p. 35) mostraram que a amplitude das plataformas digitais no mercado capitalista ocorreu “[...] porque elas conseguem modular as percepções e os comportamentos em escala inimaginável até a sua existência.”.

Nas plataformas digitais, a informação é modulada de modo a manipular os discursos aceitos pelos indivíduos como verdadeiros. Foucault (2005, p. 28) expôs que as relações sociais de poder são indissociáveis de “[...] uma produção, uma acumulação, uma circulação, um funcionamento do discurso verdadeiro”. Desse modo, para que o poder nas plataformas digitais funcione é necessário que os documentos sejam elaborados e seus dispositivos sejam aceitos como verdadeiros.

As ações de construção e estabilização dos enunciados nos documentos no ciberespaço possuem enunciados de lembranças, mas também de silêncios e esquecimentos na construção da memória social. A construção dessa memória pelos atores em plataformas digitais na rede depende das práticas empregadas nas ações de informação para a construção dos enunciados. Ou seja, as práticas dos atores sociais e os dispositivos sob os quais são sujeitados afetam as relações sociopolíticas e econômicas da sociedade (*online* e *off-line*) e as condições para enunciação da materialidade da informação. Desse modo, em plataformas digitais, as práticas de informação – proveniente dos atores sociais pertencentes a diversos coletivos de pensamento – e as relações de saber e poder exercidas impactam a construção de memórias, silêncios e esquecimentos sobre o passado e sobre o presente.

Ao se falar em memória, existe uma narrativa de que sua origem remonta à mitologia grega, segundo a qual, a deusa *Mnemosine* oferecia a poucos escolhidos o

atributo metafísico da comunicação com os deuses, a revelação dos segredos metafísicos e a capacidade de lembrança de poesias, elegias e outras mensagens divinas recebidas (BARRANECHEA, 2005). Le Goff (1990, p. 439) explicou que para as tradições doutrinárias da Grécia antiga “[...] a memória aparece então como um dom para iniciados e a *anamnesis*, a reminiscência, como uma técnica ascética e mística [...]”. Os dispositivos de conhecimento e lembrança tinham origem na revelação divina aos poucos sujeitos escolhidos para receber esse dom.

Ainda na Grécia antiga, havia também as crenças de órficos, pitagóricos e platônicos relacionando a memória com lembranças e esquecimentos de vidas passadas, cuja variação também possibilitaria progressão em dimensões metafísicas (espirituais) de existência *post-mortem*. Contudo, foi a partir de Nietzsche que estudos acerca da “genealogia” da memória, em que a mesma remonta aos primórdios da humanidade como característica socialmente imposta, se iniciaram. Nessa perspectiva, a memória foi criada por relações de força e pela brutalidade que o esquecimento de situações de perigo poderia gerar. Ou seja, a memória não era considerada uma característica inata ao indivíduo, mas uma prática socialmente construída. (BARRANECHEA, 2005).

A construção de lembranças, de silêncios e de esquecimentos ocorre pelas práticas sociais. Foucault (2003) se aproximou de Nietzsche ao salientar que novos domínios de saber, sujeitos de conhecimento e verdades são criados pelas práticas. O enunciado “[...] não está em absoluto inserido na natureza humana [...]”, não é inato nem um dom de origem divina oferecido ao sujeito (FOUCAULT, 2003, p. 16). O registro e a estabilização de enunciados via ações de informação em documentos, que afetam a construção de memórias, resultam das práticas sociais dos sujeitos.

Para que as memórias e os discursos de verdade sejam construídas é necessário que os sujeitos estejam expostos à informação. Nas plataformas digitais os discursos enunciados são impostos violentamente e criam memórias legitimadas como verdade que podem ser erguidas sobre silêncios, esquecimentos e/ou enunciados deliberadamente falseados. O conteúdo dos enunciados varia conforme a imposição de força pelo controle das narrativas, onde

[...] o conhecimento tem caráter perspectivo [...], quando fala do caráter perspectivo do conhecimento, Nietzsche quer designar o fato de que só há conhecimento sob a forma de um certo número de atos que são diferentes entre si e múltiplos em sua essência, atos pelos

quais o ser humano se apodera violentamente de um certo número de coisas, reage a um certo número de situações, lhes impõe relações de força. (FOUCAULT, 2003, p. 25).

A memória enquanto construção social está sujeita às práticas de poder e de saber que se particularizam de acordo com as relações que o sujeito estabelece ou às quais é submetido. Nas plataformas digitais, atores sociais detentores de poder controlam as práticas de manipulação e modulação dos documentos digitais acessados (e as práticas de falseamento de enunciados veiculados como “verdade” nesses documentos) impelindo quais enunciados serão lembrados, silenciados e/ou esquecidos. Essas práticas, ainda que passíveis de enunciação via ações de informação por atores individualizados, estão inseridas em redes que podem ser mapeadas enquanto regimes de informação. Como afirmou Fernandes (2011, p. 210)

É esta tarefa de mapeamento e consequente construção conceitual-teórica dos elementos e forças, cujas relações e ações constituem algo como sendo um valor de informação (ou como tendo valor informacional), que se colocam González de Gómez, ao tratar das ‘ações de informação’, e Frohmann, ao tratar das ‘práticas documentárias’.

Assim, os Regimes de Informação possibilitam compreender como os atores sociais construíram coletivamente os enunciados e as memórias em determinado documento. Maurice Halbwachs²⁴ (1990) apresentou a memória como uma construção coletiva, mas também existente na dimensão individual do sujeito. A dimensão individual é construída por quadros sociais de memória ou ainda, interferências coletivas que influenciam as lembranças. Essas influências ocorrem via identificação afetiva do indivíduo com os grupos sociais aos quais se relaciona. (HALBWACHS, 1990).

A memória coletiva se estabelece, para Halbwachs (1990), via coesão social sem considerar as relações de poder no processo da lembrança. A lembrança de um acontecimento histórico do qual o sujeito não faz parte ou lembranças de grupos que tenha integrado no passado são reconstruídas conforme “[...] linhas já demarcadas e

²⁴É importante salientar que o autor foi preso pelo regime nazista e morreu no campo de extermínio de Buchenwald em 1945. Sua obra permaneceu inconclusa e consiste em fragmentos de textos organizados *post-mortem*. (HALBWACHS, 1990).

delineadas por nossas outras lembranças ou pelas lembranças dos outros.”. (HALBWACHS, 1990, p. 77).

Os quadros sociais de memória delineiam afetivamente a percepção dos indivíduos e, assim também, a memória coletiva. Nos processos históricos, a História enquanto “quadro de acontecimentos” é delineada metodologicamente com registro de documentos e também via história oral. A memória coletiva enquanto “centros de tradições” permanece com lembranças vivas através da identidade de grupos em diversos contextos espaço-temporais. (HALBWACHS, 1990).

Quando não há mais sujeitos desses centros de tradições “[...] o único meio de salvar tais lembranças, é fixá-las por escrito em uma narrativa seguida uma vez que as palavras e os pensamentos morrem, mas os escritos permanecem.” (HALBWACHS, 1990, p. 79-80). As narrativas da memória coletiva são “salvas” por meio dos documentos. Na *web* há plataformas digitais, como o *YouTube*, que possibilitam que essas lembranças possam ser fixadas em documentos audiovisuais.

Entretanto, Pollak (1989) ressaltou que a memória pode ser enquadrada no processo de legitimação de discursos hegemônicos pela coerção para consolidar uma memória oficial dos agentes sociais de poder, ainda que a memória coletiva possa ser construída por “adesão afetiva ao grupo” como proposto por Halbwachs. Os enunciados discursivos via história oral se destacam por privilegiar, em Pollak (1989), as narrativas de grupos minoritários excluídos e postos à margem da memória oficial denominadas “memórias subterrâneas”.

Nas plataformas digitais, os sujeitos podem apresentar seus enunciados na disputa pela memória e fortalecer a coesão dos grupos a que pertençam. No entanto, os artefatos da própria plataforma digital e os dispositivos dos grupos que a controlam fortalecem os enquadramentos da informação (e consequentemente da memória) de acordo com seus interesses. Nos artefatos e dispositivos tecnológicos em rede ocorrem, para Silveira (2014), modulação do conteúdo e manipulação dos afetos dos indivíduos que são usuários de plataformas digitais. Para estimulá-los ao consumo de mercadorias anunciadas especificamente ao grupo que esses indivíduos são enquadrados, os algoritmos das plataformas direcionam cada vez mais estímulos afetivos de consumo juntamente de informação “sob medida”.

Souza, Avelino e Silveira (2018, p. 14) explicaram que no Industrialismo os comportamentos eram “docilizados” mediante disciplina, onde a coerção era aplicada aos corpos dos indivíduos, no que Foucault chamou de “sociedade disciplinar”. No

Informacionalismo, os dispositivos de controle ocorrem via modulação e manipulação da informação transmitida pela *web* na mente dos indivíduos. Ou seja, os detentores dos meios de comunicação da informação exercem seu poder via modulação da memória dos usuários. Assim, para Souza, Avelino e Silveira (2018), o conceito de modulação de Deleuze foi evidenciado como um fundamento da “sociedade de controle”:

Em síntese, a sociedade disciplinar precisa da ação da autoridade sobre os corpos, até mesmo da punição física, para a introjeção comportamental. Já a sociedade de controle é mais sutil, ocorre à distância, penetrando os cérebros e forjando as mentes com seus mecanismos de influência. Portanto, o conceito de modulação, criado pelo filósofo Gilles Deleuze e amplamente utilizado pelo sociólogo Maurizio Lazzarato, é a base da sociedade de controle. (SOUZA; AVELINO; SILVEIRA, 2018, p. 15).

A lembrança é fixada pela modulação e é o aporte de “[...] uma determinada subjetividade desejada na memória, no cérebro das pessoas.” (SOUZA; AVELINO; SILVEIRA, 2018, p. 15). A modulação é responsável por enunciar os elementos discursivos da informação que impactam na geração de memória dos usuários humanos. A modulação apontada por Souza, Avelino e Silveira (SOUZA; AVELINO; SILVEIRA, 2018, p. 37) ocorre pelo “[...] controle de visualização de conteúdo, sejam discursos, imagens ou sons [...]”. Assim, os enunciados dos detentores de poder ou de outros grupos que estejam em disputa pelo controle dos enunciados podem ser legitimados pelas plataformas digitais mesmo sem estas criarem novos discursos.

[...] Para engendrar o processo de modulação não é preciso criar um discurso, nem uma imagem ou uma fala, apenas é necessário encontrá-los e destiná-los a segmentos da rede ou a grupos específicos, conforme critérios de impacto e objetivos previamente definidos. (SOUZA; AVELINO; SILVEIRA, 2018, p. 38).

O processo de modulação de discursos segmentados a grupos de indivíduos específicos é suscetível a manipulação por atores detentores de saber e poder que disputam o controle da memória coletiva com atores de “memórias subterrâneas”.

A memória coletiva se manifesta das classes dominantes às classes dominadas e, além de lhes conferir identidade (individual ou coletiva) ela é, para Le Goff (1990, p. 476), “[...] um instrumento e objeto de poder [...]” de luta social para dominar as lembranças e a tradição enquanto manifestação da memória. O que ocorre de tal

modo que, com o advento das novas tecnologias, “[...] os novos arquivos (arquivos orais e audiovisuais) não escaparam à vigilância dos governantes.” (LE GOFF, 1990, p. 477). Além dos governantes, os detentores dos meios de comunicação da informação impõem seus interesses nos dispositivos e artefatos através de ações de informação que definem o que será lembrado, esquecido ou silenciado.

As práticas de vigilância e controle da produção da memória foram corroboradas por Castells (2003, p. 141) quando salientou que “[...] uma variedade de tecnologias de controle emergiu dos interesses entrelaçados do comércio e dos governos.”. Ao se valer da “individualização” da recordação e dos esquecimentos, os detentores do poder se valem dos dispositivos e artefatos nas plataformas digitais para manipular e modelar a mensagem que será recebida pelos usuários individualmente.

A memória tradicional para Nora (1993, p. 15-18) está em desaparecimento e, na medida em que isso ocorre, os atores se sentem obrigados a acumular sinais visíveis que torna cada um “o historiador de si mesmo”. De tal modo, o “regime de memória” se torna questão privada. Ou seja, ocorre a individualização do processo de enunciação dos discursos estimulada em favor da legitimação dos enunciados dos detentores do poder.

Para Foucault (2005, p. 29), as disputas de enunciados enquadrados como verdade pelos indivíduos nas plataformas digitais ocorrem porque “[...] somos forçados a produzir a verdade pelo poder que exige essa verdade, somos coagidos, somos condenados a confessar a verdade ou a encontrá-la.”. É preciso “[...] produzir a verdade como, afinal de contas, temos de produzir riquezas, e temos de produzir a verdade para poder produzir riquezas.” (FOUCAULT, 2005, p. 29). Os detentores do poder necessitam de enunciados estabilizados como verdades para legitimar e perpetuar as relações de poder que lhes beneficiam.

No ciberespaço, as relações de poder modulam as informações de modo que os interesses dos detentores do poder sobressaiam na produção de enunciados discursivos de memória. Com o Informacionalismo, as relações de poder se manifestaram, para Castells (CASTELLS, 2003, p. 135), sobretudo “[...] em torno da produção e difusão de nós culturais e conteúdos de informação.”. Embora as práticas acadêmico-científicas estejam também profundamente arraigadas em práticas de saber e poder, Lopes e Bezerra (2019, p. 266) apontaram que a “pretensa horizontalidade” nos enunciados difundidos na rede encobre “[...] o monopólio da

competência científica, ou seja, quem pode se pronunciar de modo autorizado e com autoridade nos limites de um determinado campo da ciência.”.

Assim, o que se questiona não é a superação (via compreensões críticas às relações de poder estabelecidas) de distanciamentos dos saberes acadêmico-científicos perante atores sociais excluídos das práticas de saber. Nessa disputa de narrativas no ciberespaço, há conjuntos de práticas de silenciamento de saberes e esvaziamento de debates acadêmico-científicos em favor de enunciados erigidos sob afirmações irrefletidas ou acintes, onde

[...] a horizontalidade de vozes e saberes estimula a impregnação do senso comum no saber científico, não raro sedimentando terrenos férteis para aventureiros, trolls e ‘especialistas leigos’ de campos que não dominam formalmente. [...] As categorias platônicas de *doxa* (senso comum) e *logos* (saber científico) se mesclam de tal maneira que a necessidade de credenciais acadêmicas parece se tornar supérflua no ambiente informacional da rede para se versar sobre quaisquer domínios específicos. (LOPES; BEZERRA, 2019, p. 266-267).

Essa incursão de enunciados de senso comum em narrativas de campos científicos tem se intensificado na *web* e se difundido por meio de plataformas digitais, de modo que afirmações estabelecidas pelos saberes acadêmico-científicos são rechaçados por atores sociais em favor de narrativas conspiratórias negacionistas que, outrora relegadas a memórias subterrâneas de grupos extremistas, legitimam atores e dispositivos autoritários. Nesse contexto, os enunciados historiográficos que porventura constriam os interesses desses grupos que desejam que suas narrativas sejam consideradas “verdadeiras” a todo custo, são expostos a práticas de desinformação e negacionismos.

4 GENEALOGIA DAS PRÁTICAS DE DESINFORMAÇÃO E NEGACIONISMOS

Uma leitura aproximada do fenômeno da “pós-verdade”, permeado por práticas de desinformação e negacionismos, é possível quando a análise se direciona aos processos sociais relacionados ao *Aufklärung*. Com o fortalecimento dos ideais iluministas e da filosofia racional-positivista, o discurso representacionista da Ciência alçou socialmente o *status* de “revelador das luzes” da verdade por meio das “descobertas” pelo método científico. Essa compreensão unívoca da realidade universalmente imposta pelo discurso representacionista (assim como também pelo discurso essencialista) foi criticada por Frohmann (2004)²⁵ em *Deflating Information: From Science Studies to Documentation*. No entanto, os diferentes discursos coexistem em disputa pela ascensão de suas narrativas enquanto compreensão da realidade também no mundo digital.

Na *web*, com seus dispositivos e artefatos, as ações de informação ocorrem de modo muito mais célere do que em práticas acadêmico-científicas que dependem do método científico para estabilização de enunciados e possuem um ritmo mais lento do que os enunciados das redes digitais. A cada instante, são disponibilizados cada vez mais enunciados em documentos nas plataformas digitais e em outros endereços eletrônicos disponíveis na *internet*. As plataformas digitais possuem grande relevância na produção e veiculação de documentos audiovisuais por atores sociais locais conectados em redes globais de interação, o ciberespaço.

No ciberespaço muitos enunciados de interpretações da realidade baseadas em opiniões e crenças anticientíficas e anti-humanitárias possuem argumentações frágeis ou deliberadamente falseadas em discursos de propaganda, muitas vezes acompanhadas de falácias lógicas. Esses enunciados alcançaram visibilidade e passaram a impactar mais explicitamente a construção de memória social sobre fatos e interpretações da realidade em favor de grupos que se valem desses enunciados para manipular processos sociais e legitimar vieses autoritários. (FROEHLICH, 2017).

Desse modo, na atualidade, as afirmações atentas à busca pela “verdade” através de fatos objetivos, iniciada pelo pensamento iluminista ou representacionista da ciência, foram esvaziadas em favor de opiniões e crenças autoritárias com forte apelo emocional, no que foi definido pelo Oxford Languages (2016) como “*post-truth*”

²⁵Cf. capítulo 3.

(“pós-verdade”). A palavra composta com o prefixo “pós” não apresentou um momento cronológico de ruptura com o conceito “verdade”. O prefixo indicou um esvaziamento da relevância do conceito nas práticas sociais de informação. (OXFORD LANGUAGES, 2016). O contexto de emergência do conceito “pós-verdade” foi fortemente marcado por práticas de desinformação no que foi chamado de “*age of the anti-enlightenment*” (“era do anti-iluminismo”) por Froehlich (2017).

O Oxford Languages (2016) apontou que a “pós-verdade” foi utilizada com esse sentido pela primeira vez em 1992, por Steve Tesich num ensaio na revista *The Nation*. Em seguida, em 2004, Ralph Keyes publicou um livro intitulado “*The post-truth era*”. Em meio ao contexto onde a desinformação no ciberespaço se intensificou de modo a interferir em processos políticos de modo mais visível, como o referendo pela saída do Reino Unido da União Europeia e a eleição de Donald Trump como presidente dos Estados Unidos em 2016, o conceito de “pós-verdade” adquiriu notoriedade e foi definido como a palavra do ano de 2016 pela Oxford Languages. (OXFORD LANGUAGES, 2016).

As críticas ao iluminismo provenientes da negação do mesmo estão longe da busca por processos sociais emancipatórios às pessoas vítimas do Colonialismo, do racismo, do sexismo e de outras práticas sociais exploratórias legitimadas na universalização do processo civilizatório eurocêntrico Iluminista. As práticas de desinformação no ciberespaço da chamada “era da pós-verdade”, ou ainda “era anti-iluminista”, adquiriram um forte caráter de recusa autoritária aos enunciados estabelecidos socialmente pelos saberes acadêmico-científicos. Os apelos emocionais às crenças se manifestaram também na (re)construção de enunciados essencialistas, em que a verdade é objeto de revelação metafísica, manifestos em afirmações distanciadas de compreensões racionais da realidade. Esse afastamento da realidade contribuiu para a ascensão de grupos autoritários ao poder, sobretudo de extrema-direita.

A compreensão do termo “extrema-direita” adotada no presente estudo, ocorre na perspectiva teórica de Norberto Bobbio (1995, p. 32) a partir da díade dos termos antitéticos “esquerda-direita” que “[...] nascem da interpretação de um universo concebido como composto de entes divergentes, que se opõem uns aos outros.”. Para o autor, essa conceituação vai além do componente ideológico, os termos “esquerda” e “direita” apontam “[...] programas contrapostos com relação a diversos problemas cuja solução pertence, habitualmente, à ação política, contrastes não só de ideias,

mas também de interesses e valorações [*valutazioni*] a respeito da direção a ser seguida pela sociedade.”. (BOBBIO, 1995, p. 33).

Bobbio (1995) apresentou a existência de outra díade política, a “extremismo-moderantismo”, que não coincide com a díade esquerda-direita, mas se relaciona com o apreço pela democracia. Dentro dessas duas dimensões (direita e esquerda) estão abarcadas as mais variadas concepções de ideias políticas. Os posicionamentos extremistas se aproximam, não pelo conteúdo das narrativas enunciadas ou pela identificação política, mas pelo viés autoritário, a “antidemocracia” presente nos extremos. O autor evidenciou que “[...] em toda forma de extremismo político existe uma forte veia de anti-iluminismo [...], sobretudo, ao anti-iluminismo irracionalista, que pode ser também ele distinguido em uma corrente de inspiração religiosa [...] e em uma de origem vitalista.”. (BOBBIO, 1995, p. 53).

No entanto, essas díades não são “conceitos absolutos”, mas “[...] representam uma determinada topologia política, que nada tem a ver com a ontologia política [...]” (BOBBIO, 1995, p. 91). Outras díades que auxiliam na compreensão do espectro político são “igualdade-desigualdade” e “liberdade-autoridade” e, segundo estes dois critérios, a extrema-direita representa “[...] doutrinas e movimentos antiliberais e anti-igualitários [...]”. (BOBBIO, 1995, p. 119). Essas características de extrema-direita vão ao encontro do que é denominado pós-verdade ao passo que os documentos digitais veiculados que se relacionam com práticas de desinformação e negacionismo são predominantemente em favor de atores e dispositivos alocados à extrema-direita segundo a topologia política de Bobbio (1995).

Assim, nas últimas décadas grupos de extrema-direita têm se mobilizado nas plataformas digitais e nas ruas em diversos países para contestar fatos históricos que poderiam contrariar suas interpretações de fatos e acontecimentos. Nessas “batalhas pelo passado” uma das principais ferramentas é o chamado negacionismo. Nas narrativas de memória, o negacionismo não consiste em uma perspectiva diferenciada de leitura dos acontecimentos históricos, mas sim uma construção anti-historiográfica que se baseia em deformações da realidade com o objetivo de reintroduzir no debate público ideologias políticas rejeitadas pelos valores democráticos. Na base de sua simulação ideológica encontra-se o racismo, entendido por Milman (2000, p. 148) como “[...] negação do humanismo. Como ideologia da reação, ele instaura a virtude, a perversão e a degeneração na própria constituição natural dos indivíduos, que assim são agrupados em campos de pureza e impureza biológica.”. A pretensa

superioridade racial “[...] não responde à razão, porque não é um argumento, mas uma patologia racionalizada.” (MILMAN, 2000, p. 149).

Entretanto, essa compreensão do racismo enquanto patologia racionalizada alocada em evidência na extrema-direita se insere numa dimensão filosófica individualista que, para Almeida (2020), possui limitações à compreensão da complexidade em que o racismo está arraigado socialmente, mesmo em alocações ideológicas moderadas na topologia política. O racismo, categorizado por Almeida (2020, p. 32) enquanto conceito sistemático “[...] de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam [...]” constitui um ponto central para compreensão dos processos genealógicos das práticas negacionistas.

As categorias “preconceito racial” e “discriminação racial” possuem relação com o racismo, mas se constituem em conceitos diferentes. Ao passo que o preconceito racial “[...] é o juízo baseado em estereótipos acerca de indivíduos que pertençam a um determinado grupo racializado, e que pode ou não resultar em práticas discriminatórias [...]”, a discriminação racial se constitui em uma prática de poder direta ou indireta com potencial uso de força para exercício de “[...] tratamento diferenciado a membros de grupos racialmente identificados.”. (ALMEIDA, 2020, p. 32).

Assim, a discriminação racial se constitui enquanto prática material de uma dimensão sistêmica que caracteriza o racismo como “[...] um processo em que condições de subalternidade e de privilégio que se distribuem entre grupos raciais se reproduzem nos âmbitos da política, da economia e das relações cotidianas.” (ALMEIDA, 2020, p. 34). Enquanto categoria de análise, Almeida (2020) expôs que o racismo possui três dimensões de interpretação (individualista, institucional e estrutural) que elucidam aspectos e possuem profundidades analíticas diferentes acerca desse processo.

As práticas discriminatórias e o preconceito que se apresentam em uma dimensão subjetiva, em que atores sociais individualizados manifestam preconceitos raciais ou exerçam relação de força via práticas de discriminação racial, possuem uma visibilidade que alocações políticas moderadas tendem a contestar. Entretanto, Almeida (2020) descreveu que nas dimensões institucionais, em que o racismo atribui vantagens e desvantagens aos sujeitos com base na raça – direta ou indiretamente – tende a ser socialmente “normalizado”. Ou seja, mesmo os dispositivos institucionais

circunscritos em ideologias democráticas são propagadores de práticas discriminatórias racistas.

Os processos sociais do racismo, para Almeida (2020), possuem dimensões que ultrapassam as compreensões individuais e institucionais, elas se vinculam ao discurso e às relações sociais históricas, políticas e econômicas que compõem o seu ordenamento ou estrutura. A discriminação racial é sistêmica e dotada de particularidades espaço-temporais dos processos políticos e históricos em que se manifesta. Assim, a gênese da construção de narrativas negacionistas, mais do que apenas em processos individualizados do exercício de poder supremacista branco, encontra evidência nos processos estruturais de enunciação ideológica racista que foram intensificados pelas práticas colonialistas.

Para Kabengele Munanga, conforme apresentado por Almeida (2020), o racismo possui uma racionalização ideológica que também abrange a construção de saberes acadêmico-científicos. A composição de tragédias sociais colonialistas, nazistas e segregacionistas tiveram importante participação de filósofos, cientistas e outros intelectuais. (ALMEIDA, 2020). Também no Brasil, o racismo estrutural manifesto por práticas de poder com a participação de cientistas em processos de embranquecimento social via “darwinismo social” marcaram a formação das relações sociais racializadas. Silva (2016) descreveu que,

[...] a relação entre a construção de uma nova nação pós-escravidão está associada à elevação dos saberes higienistas ao status de ciência de Estado, o que associava a questão da escravização ao tema médico, além de político e econômico. O resultado prático dessa junção foi a concretização de projetos eugênicos de limpeza étnica e promoção pública da hierarquia racial baseada em três premissas: a extinção do tráfico de africanos escravizados, o genocídio e etnocídio dos indígenas e o financiamento público da imigração de brancos europeus. (SILVA, 2016, p. 38).

Assim, a manutenção das relações de poder do passado escravocrata da elite brasileira manifesta no racismo estrutural se configura como uma das mais visíveis expressões do negacionismo no início do século XXI no Brasil. Por meio de enunciados negacionistas, atores sociais brancos detentores de poder legitimaram a escravização e o genocídio de seres humanos considerados inferiores biologicamente e culturalmente. O ódio a (e o extermínio de) povos indígenas e populações negras no Brasil não terminaram com a abolição da escravatura em 1888. Maciel (2016, p.

111) denunciou que os escravistas propalaram que [...] com a Lei Áurea, os negros não mais queriam trabalhar e preferiam ficar perambulando, na vadiagem, perturbando a paz e o sossego.”.

Os brancos detentores do poder promoveram um processo de eugenia na população brasileira por meio de imigração europeia para assumir os postos de trabalho recusado aos atores sociais negros libertos da escravidão após processos de resistência e enfrentamento social. Com a abolição da escravidão, Maciel (2016) salientou que escravocratas, impelidos pelo ódio racista em favor da manutenção da relação de exploração escravagista, evocaram enunciados (que podem ser entendidos enquanto negacionistas) em afirmações reivindicatórias ao Estado em favor da construção de

[...] ‘colônias para impedir a vagabundagem’, tipos de campo de concentração para onde seriam mandados todos os negros, formando, oficialmente, os ‘guetos’, isto é, áreas demarcadas para sua moradia exclusiva, nos quais a repressão e a exploração pudessem continuar semelhante aos tempos da escravidão. (MACIEL, 2016, p. 112).

A segregação racial no Brasil também foi implementada mediante um ordenamento social, político, jurídico e econômico racista. Um fenômeno que fez com que atores sociais negros fossem submetidos a um processo discriminatório genocida (ALMEIDA, 2020; NASCIMENTO, 2016) e majoritariamente impelidos a viver em periferias, “[...] morros, mangues, palafitas, lixões etc. e trabalhar em qualquer atividade que fosse possível.”. (MACIEL, 2016, p. 112).

Com as mudanças das relações político-econômicas mundiais os enunciados de inferioridade biológica das raças pelo racismo científico, foi apontado por Almeida (2020, p. 71-72) como gradativamente substituído pelo “[...] ‘relativismo cultural’ e pelo ‘multiculturalismo’ [...]” demandado por “[...] mudanças na estrutura econômica e política que exigem formas mais sofisticadas de dominação.”. Ou seja, com os processos de interação socioeconômica globalizados, o racismo se manifestou sutilmente na “[...] domesticação de culturas e corpos [...]” colonizados. (ALMEIDA, 2020, p. 72). Entretanto, as sutilezas da dimensão sociopolítica do exercício do controle de corpos e mentes dos sujeitos pelo racismo são marcadas por incerteza e indeterminação e “[...] pode, a qualquer momento, descambar para a violência explícita, a tortura e o extermínio.” (ALMEIDA, 2020, p. 72-73).

Em uma perspectiva foucaultiana, Almeida (2020) destacou que o racismo se apresentou como “tecnologia do biopoder” de Estado que instituiu uma relação da soberania com o poder de controlar, manter e prolongar a vida e, justaposto, controlar a morte pela “necropolítica”. Para Almeida (2020, p. 116-117),

Se para Foucault o Estado nazista foi o ponto exemplar da fusão entre morte e política, a síntese mais bem acabada entre ‘Estado racista, Estado assassino e Estado suicidário’ foi, todavia, a experiência colonial a sua gênese. Como já nos alertou Aimé Césaire, a perplexidade da Europa com o nazismo veio da percepção de que o assassinato e a tortura como práticas políticas poderiam ser repetidas em território europeu, contra os brancos, e não apenas nos territórios colonizados, contra os povos ‘não civilizados’. Para Césaire ‘no fim do capitalismo, desejoso de sobreviver, há Hitler. No fim do humanismo formal e da renúncia filosófica, há Hitler’.

O processo de legitimação de ideologias supremacistas e práticas de discriminação racial levadas a cabo com o extermínio das existências²⁶ humanas consideradas degeneradas pelo nazifascismo têm em sua gênese, elementos estruturais racistas, colonialistas, antissemitas e eurocêntricos. Mediante a preexistência de enunciados negacionistas da condição humana que foram empregados em favor da pretensa superioridade do “homem civilizado europeu” contra povos colonizados, o nazifascismo elaborou políticas supremacistas em favor de sua identidade mítica ariana em um intenso aparato institucional voltado ao extermínio de milhões de seres humanos inferiorizados no interior do território europeu, o Holocausto.

Os debates acerca do negacionismo enquanto prática deliberadamente voltada à “revisão” (entenda-se adequação ou deformação) ideológica se deu, com o fim da Segunda Guerra mundial, pela defesa da inexistência do Holocausto ou em enunciados que esvaziavam a responsabilidade de Hitler e outros nazistas alemães pelo genocídio cometido contra judeus e outros grupos étnicos e sociais. (MILMAN, 2000). Os negacionistas buscaram dirimir a responsabilização dos atores sociais do passado, por meio de práticas de desinformação, em favor da recomposição política da extrema-direita e de seus ideais autoritários.

Milman (2000) identificou que entre diferentes grupos de extrema-direita europeia haviam elementos enunciados de narrativas negacionistas, tais como:

²⁶Em que se incluem os corpos, as mentes e as dimensões socioculturais existenciais.

defesa anti-iluminista, antidemocrática, antiliberal e anticomunista da “civilização europeia”; combate prioritário ao comunismo; associação do comunismo e do que chamavam de “demoliberalismo”²⁷ à corrupção; defesa de ideais de Nação, Povo e Estado; e defesa de valores tradicionais e modo de vida cristão do Eixo e das ditaduras conservadoras, como de Salazar e Franco. (MILMAN, 2000).

Na vertente da extrema-direita nacional-socialista havia também a identificação dos judeus com as oligarquias capitalistas e, contraditoriamente, com a origem do próprio comunismo. Embora predominantemente de extrema-direita, essa alocação das narrativas sob o prisma antisemita nacionalista também esteve presente numa “extremíssima esquerda” anárquica francesa, dissidente do trotskismo francês, representada pela Editora e Livraria La Vieille Taupe, que gerou confusões acerca da alocação política desse grupo e para Vidal-Naquet (1988, p. 23):

Do marxismo reteve, não a filosofia crítica dominante em Marx e alguns de seus discípulos, não a perversão de Estado de Lênin e Stalin, mas com certeza, a obsessão de uma explicação total do mundo, cujo caráter puramente ‘ideológico’ é manifesto. À humanidade, um dia reconciliada consigo mesma, que é a esperança do futuro, opõem-se todos os regimes existentes. Todos os regimes, democrático-burgueses, stalino-brejnevianos, sociais-democratas, maoístas, terceiro-mundistas ou fascistas, são formas da dominação capitalista. Principalmente, La Vieille Taupe acredita que não existe qualquer diferença fundamental entre os dois campos que se enfrentaram na Segunda Guerra mundial e, portanto, nenhuma perversidade particular no nacional-socialismo hitlerista.

Até que em 1978 houve o rompimento definitivo do grupo com quaisquer identificações com as esquerdas. Entre as ideias defendidas pela editora/livraria estava o ataque aos pensamentos soviéticos, burgueses, trotskistas, sionistas e a negação do Holocausto. Posteriormente, foram incorporados pela extrema-direita. (MILMAN, 2000).

Para Napolitano (2015) o “revisionismo historiográfico” e o “revisionismo ideológico” se diferenciam devido a fragilidade documental e metodológica das práticas de acentuado revisionismo ideológico, embora suas dimensões em alguma medida se interpenetram. Como enunciado por Fico (2017), a dimensão sociopolítica se entrelaça aos processos de construção de narrativas da pesquisa acadêmica.

²⁷O demoliberalismo era um termo utilizado pelos negacionistas para se referir à democracia liberal capitalista das “oligarquias”, considerado um caminho cujo fim era a revolução bolchevique. (MILMAN, 2000).

Entretanto, a condução das análises dos documentos para construção das narrativas no campo de revisionismo historiográfico segue metodologias próprias das práticas acadêmico-científicas²⁸, são interpretações inseridas no debate e na relação de força discursiva junto aos outros atores do campo do saber historiográfico. Os negacionismos pensados como ideologia evidenciam “[...] uma expressão particularmente assustadora da naturalidade com que convivemos com o perspectivismo relativista, o verbalismo vazio e a demagogia pseudocientífica.” (MILMAN, 2000, p. 116).

A autoidentificação do negacionismo enquanto perspectiva historiográfica revisionista foi uma tentativa de incutir legitimidade acadêmica aos enunciados ideológicos que visavam refutar ou diminuir a gravidade de processos históricos traumáticos como o Holocausto. As práticas de desinformação no negacionismo se apresentaram com enunciados ideológicos (antissemitismo de origem nazista, anticomunismo de extrema-direita, nacionalismos, marxismo de extrema-esquerda²⁹ etc.) que são realocados e/ou recombinações, mesmo se contraditórios, a partir dos interesses dos atores. (MILMAN, 2000).

Entre as práticas que são realizadas pelos negacionistas, em Krause-Vilmar (2000), se destacaram: a utilização de documentos e testemunhos isolados como objetos centrais de sua “refutação”; escassez de fontes documentais; citação e cópia de material entre atores negacionistas numericamente elevadas; detalhismo em questões descontextualizadas de fontes documentais que possibilitariam a contraposição factual de suas afirmações; enunciados sem distanciamento analítico, com a presença acentuada de discursos de ódio; e recusa de testemunhos das vítimas de perseguição ditatorial via estigmatização das mesmas. (KRAUSE-VILMAR, 2000).

Krause-Vilmar (2000) frisou assertivamente a necessidade de não ignorar os enunciados negacionistas, cujos conteúdos nada têm a contribuir ao desenvolvimento dos saberes acadêmico-científicos, mas a intencionalidade desses discursos é de reafirmação política para reconstrução de passados autoritários. O processo de enunciação desses discursos apresenta ações de informação que são realçadas no

²⁸Cf. Fico (2017).

²⁹Para Milman (2000) há discursos antissemitas que se basearam numa interpretação equivocada da obra “A Questão Judaica” de Karl Marx. No entanto, Milman apontou que a crítica de Marx se relacionou a uma dimensão mais ampla na crítica de ilusões religiosas, que se alocava numa perspectiva filosófica hegeliana de esquerda e não dava margem para legitimação desse “pseudomarxismo” antissemita. (MILMAN, 2000).

fenômeno da pós-verdade e articuladas por práticas de desinformação veiculadas em diversos meios modulando e manipulando a compreensão da realidade em favor de seus interesses.

A desinformação consiste numa série de práticas que não se originou com o fenômeno da pós-verdade. De acordo com Froehlich (2020), ainda que haja disputas de narrativas que contenham elementos de práticas de desinformação anteriores ao século XX, o termo se originou do russo *Dezinformatsiya* e consistiu em uma derivação de um nome de departamento de propaganda do Comitê de Segurança de Estado russo (KGB). Taylor (2019, apud FROEHLICH, 2020, p. 37, tradução nossa) apontou que a desinformação foi conceituada como “[...] divulgação (na imprensa, no rádio etc.) de relatórios falsos com a pretensão de enganar a opinião pública [...]”³⁰, em 1952 pela Grande Enciclopédia Soviética (FROEHLICH, 2020). Essa definição,

[...] entrou em uso na década de 1960 e entrou em uso generalizado na década de 1980 (Taylor, 2019). Sua caracterização não mudou muito em relação à Soviética, embora possa ter ampliado seu alcance. Desinformação é informação falsa com a intenção de enganar pessoalmente, socialmente ou politicamente. O que mudou foi sua difusão, velocidade e a extensão e variedade de canais de comunicação disponíveis para difundi-lo. (FROEHLICH, 2020, p. 37, tradução nossa).³¹

A desinformação era presente em documentos veiculados por radiodifusão e voltada ao exercício de influência sobre a opinião pública com narrativas deliberadamente deslocadas da realidade. A veiculação de notícias falsas, comumente disseminadas sob a expressão anglófona *fake news*, por radiodifusão teve como exemplo marcante um fenômeno segundo o qual,

[...] no ano de 1938, um programa de rádio da emissora norte-americana Columbia Broadcasting System (CBS) dramatizou a obra do inglês H. G. Wells, Guerra dos Mundos, na véspera do feriado de Dia das Bruxas. Tratava-se de uma invasão alienígena, porém narrada em formato jornalístico, pelo diretor Orson Welles. O tom ficcional utilizado por Welles não apenas convenceu a muitos de que se tratava de uma notícia verdadeira, como provocou certa onda de terror e

³⁰ “[...] dissemination (in the press, on the radio, etc.) of false reports intended to mislead public opinion [...]”. (TAYLOR, 2019, apud FROEHLICH, 2020, p. 37).

³¹ “[...] came into use in the 1960s and came into widespread use in the 1980s (Taylor, 2019). Its characterization has not changed much from the Soviet one, although it may have broadened its reach. Disinformation is false information with the intent to deceive, whether personally, socially, or politically. What has changed is its pervasiveness, speed, and the extent and variety of communication channels available to spread it.”. (FROEHLICH, 2020, p. 37).

histeria sobre os que julgavam se tratar, com efeito, do fim dos tempos. (LOPES; BEZERRA, 2019, p. 269).

Certamente, as práticas de desinformação não consistem em um fenômeno inédito (ou restrito à chamada pós-verdade) e apresentam nuances via práticas de modulação e manipulação dos enunciados essencialistas e representacionalistas. Porém, no ciberespaço essas práticas trouxeram à tona novos elementos que impactaram a construção da opinião pública como os dispositivos contemporâneos das redes, o suporte de artefatos sociotécnicos na enunciação de afirmações e os novos atores não-humanos em interação com os atores humanos. A velocidade que a *web* possibilita às interações entre atores locais em redes globais (bem como a variedade de plataformas digitais e endereços eletrônicos disponíveis para difusão dos enunciados) contribuíram para o que Froehlich (2020) chamou de “*age of disinformation*”.

A era da desinformação possui duas dimensões para Froehlich (2020). A primeira dimensão consiste na estratégia política de difusão da desinformação intencional em todas as formas de mídias. A segunda dimensão, consiste em “[...] ataque a informações confiáveis, com base em fatos, razão e evidências, intensificado pela estrutura política que afirma que se o atual *establishment* político não concorda com ele, é, portanto, ‘*fake news*’.” (FROEHLICH, 2020, p. 37, tradução nossa).³² Ainda que as evidências apontem as fragilidades do enunciado da desinformação, o ataque e a rejeição às informações confiáveis que contrapõem os enunciados de desinformação são intencionais.

O uso político eleitoral das práticas de desinformação, que tornaram o conceito “*post-truth*” palavra do ano de 2016 pelo Oxford Languages, não se restringiram aos Estados Unidos e ao Reino Unido. Na pesquisa *The Global Disinformation Order*, que se constituiu em um inventário global sobre as práticas de manipulação em mídias sociais, Bradshaw e Howard (2019) identificaram uma progressão de manipulação política organizada nas mídias sociais para moldar a opinião pública. No ano de 2017 foram identificadas em 28 países, no ano de 2018 em 48 países e no ano de 2019, em 70 países. (BRADSHAW; HOWARD, 2019). No Brasil, as práticas de manipulação,

³² “[...] attack on reliable information, based on facts, reason, and evidence, intensified by the political structure which asserts if the current political establishment does not agree with it, it is, therefore ‘fake news’.”. (FROEHLICH, 2020, p. 37).

de acordo com Bradshaw e Howard (2019), eram mais proeminentes nas plataformas *WhatsApp*, *YouTube* e *Facebook*.

Nas plataformas digitais, Froehlich (2020, p. 38, tradução nossa) evidenciou que os enunciados que visam “[...] continuar a ancorar a tomada de decisões políticas em ciência, razão, evidência, fato, valores democráticos e humanismo [...]”³³ estão perdendo força diante de enunciados que se valem da desinformação (intencional ou não-intencional) para combater “[...] a evidência e a verdade, e [...] buscar soluções simplistas para problemas complexos.”³⁴ Desse modo, a construção de opinião pública e memória social se tornam ainda mais afetadas por essas práticas.

As práticas de desinformação pelas quais os atores sociais enunciam afirmações contrafactuais sobre a realidade nas plataformas digitais na *web* podem ocorrer, para Froehlich (2020) através de: *“lies per se”*, mentiras deliberadas; *“ignorance per se”*, afirmações sem conhecimento do assunto; *“misinformation”*, afirmações parciais ou enganosas sem intenção de desinformar; *“disinformation”*, afirmações deturpadas com intenção de enganar; *“missing information”*, desinformar com omissão de informação; *“paltering”*, enganar com uso de afirmações verdadeiras descontextualizadas; *“doxing”*, publicar informações privadas (de indivíduos ou grupos) fora de contexto e sem autorização na *web* de modo a estabelecer poder sobre o alvo e lhe gerar dano; e *“fake news”*, desinformação deliberada e/ou informações distorcidas sob o formato de notícias. (FROEHLICH, 2020).

A plataforma digital *YouTube*, por meio dos atores não-humanos algorítmicos programados por atores humanos da empresa *Google*, promove um fenômeno que auxilia as práticas de desinformação e foram fundamentais para a radicalização de parte da opinião pública e da memória social à extrema-direita, o chamado *“rabbit hole”* (toca do coelho). Como apresentou Froehlich (2020, p. 63, tradução nossa):

Há também o fenômeno da toca do coelho no *YouTube*. Ao procurar vídeos do *YouTube* para um conteúdo específico, como uma teoria da conspiração específica, o algoritmo que guia o *YouTube* recomenda mais vídeos provocativos para visualização, que recomendam vídeos mais provocativos para visualização e assim por diante (a toca do coelho). Esse fenômeno levou uma pesquisadora, Zeynep Tufekci, a declarar o *YouTube* como ‘um dos instrumentos mais radicalizadores do século XXI’ (Tufekci, 2018). Alega-se que o sucesso da eleição do

³³ “[...] continue to anchor political decision making in science, reason, evidence, fact, democratic values, and humanism [...]”. (FROEHLICH, 2020, p. 38).

³⁴ “[...] the evidence and truth, and [...] seek simplistic solutions to complex problems.”. (FROEHLICH, 2020, p. 38).

líder de extrema-direita Bolsonaro, no Brasil, foi motivada principalmente por vídeos do *YouTube* (Fisher & Taub, 2019, 11 de agosto). Tudo isso é guiado pelo motivo do lucro – quanto mais cliques, mais lucro para o *Google*. As consequências políticas são convenientemente ignoradas.³⁵

Assim, as regras (dispositivos) de uso, as ferramentas de busca (artefatos) e o algoritmo programado (atores híbridos) da plataforma *YouTube*, por meio de práticas de modulação dos conteúdos, acabaram por auxiliar no processo (toca do coelho) de visibilização dos enunciados de desinformação ao mesmo tempo racistas, sexistas, anticientíficos, anti-intelectuais, antiliberais e anti-igualitários. Desse modo, num cenário de forte apelo autoritário e propagação de desinformação, em 2018 foi eleito Jair Messias Bolsonaro como o 38º presidente do Brasil.

Froehlich (2020) evidenciou, entre outros elementos, que o “engano” (“*deception*”) e o “autoengano” (“*self-deception*”) possuem variações que podem impactar: a (re)construção de narrativas contrafactuais; a compreensão da realidade por vieses de confirmação; a dificuldade de lembrar quais enunciados são falsos; a recusa em acreditar que suas opiniões e crenças se baseiam em informações falsas; e a facilidade em acreditar em afirmações realizadas por atores sociais alçados à figura de líderes como Donald Trump e Jair Bolsonaro.

Alguns elementos psicológicos podem auxiliar a compreensão de fatores de predisposição à credulidade dos apoiadores em enunciados paralelos às compreensões da realidade enunciadas por meio de práticas acadêmico-científicas. Os presidentes Trump (EUA) e Bolsonaro (BRA) têm em comum discursos que se alocam em ideologias autoritárias de extrema-direita, como Froehlich relatou:

Autoritários veem o mundo como perigoso e o medo guia sua resposta a isso. Embora exista um debate entre psicólogos sociais sobre se o autoritarismo é uma construção de personalidade ou uma ideologia política, Pettigrew argumenta que ‘não há conflito necessário entre essas duas perspectivas’ e que o autoritarismo geralmente começa como uma orientação de personalidade, o que leva a um envolvimento

³⁵“*There is also the rabbit hole phenomenon on YouTube. When perusing [sic] YouTube videos for a particular content, such as a specific conspiracy theory, the algorithm that drives YouTube suggests more provocative videos to view, which in turn suggest more provocative videos to view, and so on (the rabbit hole). This phenomenon led one researcher, Zeynep Tufekci, to declare YouTube to be ‘one of the most radicalizing instruments of the 21st century’ (Tufekci, 2018). It is claimed that the success of the election of the ultra-right leader, Bolsonaro, in Brazil was primarily driven by YouTube videos (Fisher & Taub, 2019, August 11). All this is driven by the profit motive – the more clicks, the more profit for Google. The political consequences are conveniently ignored.*”. (FROEHLICH, 2020, p. 63).

com a ideologia política de direita. (FROEHLICH, 2020, p. 52, tradução nossa).³⁶

Essa orientação ao autoritarismo apontado por Froehlich (2020) provém de uma pesquisa realizada por Thomas Pettigrew, publicada em 2017 na obra *“Social Psychological Perspectives on Trump Supporters”*. Outras características identificadas por Pettigrew que Froehlich (2020) descreveu foram: a preferência pela existência social de grupos dominantes; preconceitos acentuados; baixo contato com outros grupos; e crença de que grupos em vulnerabilidade social assistidos por políticas afirmativas são privilegiados em comparação a si. (FROEHLICH, 2020).

Froehlich (2020) apontou também para a presença de *“Dunning-Kruger effect”* e *“Agnotology”*. O efeito Dunning-Kruger se manifesta nos enunciados veiculados nas plataformas digitais quando as afirmações são proferidas por atores sociais que não possuem conhecimento sobre determinado assunto, mas também não possuem pensamento crítico para reconhecer seu desconhecimento. A *agnotology*, por sua vez, se manifesta em enunciados cujo objetivo é induzir dúvidas e ignorância sobre o que se quer desinformar. (FROEHLICH, 2020).

Ainda que as características apontadas na pesquisa se destinem aos apoiadores de Trump, elas também evidenciaram elementos das práticas sociais de desinformação relacionadas à base eleitoral ideologicamente alinhada a Bolsonaro, por exemplo: aproximação com o militarismo; preconceito e discriminação contra LGBTQIA+³⁷, racismo, misoginia e xenofobia; aversão a políticas sociais afirmativas; e aversão a enunciados acadêmico-científicos e opiniões que contraponham suas crenças de grupo. Em conjunto com a escravidão, outro tema que sustenta os dois pilares do negacionismo da extrema-direita brasileira está o legado autoritário da Ditadura Militar. No Brasil há uma relação particular com o militarismo, que se alinha com a construção de memórias que não romperam com as narrativas dos militares e são narrativas negacionistas da ditadura militar.

³⁶“Authoritarians see the world as dangerous, and fear guides their response to it. While there is a debate among social psychologists about whether authoritarianism is a personality construct or a political ideology, Pettigrew argues that ‘there is no necessary conflict between the two perspectives’ and that authoritarianism usually starts as a personality orientation, which then leads to an engagement with right-wing political ideology.”. (FROEHLICH, 2020, p. 52).

³⁷A sigla se refere a lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, transgêneros, queers, intersexuais, assexuais e o sinal de adição é empregado para incluir outras manifestações de orientações sexuais e identidades de gênero.

No final do século XX, o desenvolvimento de novos artefatos sociotécnicos possibilitou que os atores negacionistas ampliassem a articulação internacional de suas redes. Meneses (2019) afirmou que o interesse sobre o passado se ampliou nas primeiras décadas do século XXI como produto de consumo conforme os acontecimentos traumáticos de países que tiveram ações persecutórias pelo Estado adotaram uma centralidade nos debates da história e da memória, nas produções midiáticas diversas narrativas de memória alcançaram visibilidade, inclusive as de caráter negacionista. (MENESES, 2019). Nesse prisma, uma questão pertinente foi elencada por Meneses (2019, p. 2):

Se os historiadores precisam de seus pares para responder sobre suas obras, o que claramente coloca em evidência as responsabilidades da pesquisa histórica, quais os balizadores sociais e intelectuais de uma historiografia midiática desse tipo? Chamo de historiografia midiática toda a produção de leitura do passado que se ampara no universo dos meios de comunicação, em seus vários formatos e que se destinam a grandes audiências.

Os enunciados dessa “historiografia midiática” estão sujeitos a serem moldados pelos atores sociais com base em seus interesses e não estão institucionalmente submetidos à regulação dos métodos acadêmico-científicos, o que não impede também a produção de documentos por profissionais e instituições de outros campos como os jornalistas, advogados e memorialistas alinhados metodologicamente com os saberes acadêmico-científicos. (MENESES, 2019).

Entretanto, essa construção midiática pode gerar documentos de propaganda, por meio de práticas deliberadamente enviesadas e que se reivindicam como a verdade revelada. Sob o formato de livros (impressos ou em versões digitais), produções audiovisuais, *podcasts*, cursos *online*, imagens e textos, os documentos veiculados na *web* conseguiram propalar suas narrativas e são apresentados como novidade por influenciadores digitais em plataformas como o *YouTube*. Sobre essas narrativas, Meneses (2019) afirmou que

Algumas delas, inspiram estratégias discursivas quase milenaristas na medida em que estimulam uma cruzada assentada em polarizações do que seriam verdades e mentiras, partidos e sem partidos, o bem contra o mal. Por isso é uma história que se anuncia como uma escolha entre contrários numa dicotomia sectária que aniquila a complexidade do pensamento e a diversidade de ideias. Não por acaso, exalta-se o politicamente incorreto contra o politicamente

correto, a escola sem partido contra a escola doutrinadora ou, a história verdadeira contra a história de esquerda. (MENESES, 2019, p. 2).

Essas estratégias discursivas, que se alinham ao discurso essencialista, são empregadas por atores sociais que reivindicam para si a revelação de verdades doutrinariamente incorruptíveis e envoltas em práticas de desinformação. Napolitano (2015) alocou o negacionismo como um dos elementos desse revisionismo ideológico da memória pela extrema-direita, juntamente com a nostalgia, o autoritarismo, o elitismo e o moralismo. No entanto, Vidal-Naquet (1988, p. 171) afirmou que as práticas ideológicas que negam a história não consistem em um processo de revisão.

Resguardadas as particularidades terminológicas de cada autor, as interpretações dessa recusa de enunciados historiográficos pela extrema-direita possuem convergências. Teorias conspiratórias são utilizadas pela extrema-direita para legitimar os enunciados negacionistas fortemente marcados por idealizações nostálgicas do passado conservador. Ainda que os argumentos conspiratórios sejam contrapostos por enunciados factuais, as teorias conspiratórias se retroalimentam por meio do que Froehlich (2020) chamou de engano e autoengano.

A narrativa da propaganda nacional-socialista alemã já afirmava na década de 1930 que a “conspiração judaica e bolchevique internacional”, além da “guerra racial”, também se dava pela cultura (pelas produções artísticas, livros, ciência etc.) com o objetivo de destruir seus valores. Narrativa que, para Milman (2000), os negacionistas, no fim do século XX e início do século XXI, passaram a adotar de modo mais abrangente na construção de seus enunciados. (MILMAN, 2000). Do “bolchevismo cultural” ao “marxismo cultural”, os enunciados de defesa cultural, moral e tradicional da identidade nacionalista, elitista e conservadora (em enfrentamento a uma conspiração cultural internacional de degeneração de seus valores) se tonificou nas narrativas negacionistas contemporâneas para legitimar a emergência do autoritarismo.

O autoritarismo, o elitismo e o moralismo presentes nos enunciados negacionistas se relacionam diretamente com os fatores psicológicos apresentados por Froehlich (2020) dos estudos de Pettigrew. As práticas sociopolíticas moderadas³⁸

³⁸Bobbio exemplificou dois casos italianos em que a aproximação dos extremos políticos decorrentes da antidemocracia tiveram como alvo preferencial os moderados. No exemplo de Bobbio, à extrema-esquerda encontrava-se Ludovico Geymonat e à extrema-direita Solinas, em comum: artigos publicados contra os moderados, “[...] dos comunistas aos democratas-cristãos [...]” que “[...] se satisfizeram com a democracia.”. (BOBBIO, 1995, p. 52).

em favor da construção de dispositivos democráticos emancipatórios são vistas como perigosas, imorais e assustadoras pela extrema-direita. O medo gerado pelos preconceitos acentuados, baixo contato com outros grupos e preferência por sociedades hierárquicas se manifestam no desejo de retorno a esse passado autoritário conservador idealizado.

As práticas de desinformação criminosas realizadas pelos negacionistas, quando são contrapostas ou punidas judicialmente, se reconstroem em novos enunciados conspiratórios confusos e, por vezes, contraditórios. Segundo esses enunciados, os negacionistas seriam vítimas de perseguição nessas conspirações obscuras. (KRAUSE-VILMAR, 2000). Desse modo, mesmo diante de argumentos factuais em contraposição às práticas criminosas de “autoridades” negacionistas, a dificuldade de dissuasão de indivíduos adeptos às narrativas conspiratórias se torna um perigo à busca por emancipação humana nas democracias e à própria ideia de democracia.

Para Meneses (2019, p. 3) os avanços de uma historiografia vista a partir das perspectivas de “[...] relações de gênero, experiências de classes pobres, excluídos, sociedades e grupos humanos escravizados para além das dimensões mais óbvias e cruéis desses processos, um novo olhar para a política, sentimentos [...]” etc. foram enfrentados por enunciados conservadores conspiratórios propagados nas plataformas digitais. No entanto, a disseminação de narrativas conspiratórias para legitimar o autoritarismo político de extrema-direita não é recente e nem se restringe ao Brasil. Desde a década de 1920, os nazistas e fascistas europeus já defendiam a existência de uma conspiração judaica internacional associadas às oligarquias capitalistas e ao “bolchevismo cultural”. (KRAUSE-VILMAR, 2000). Ou ainda, desde os processos coloniais³⁹ modernos os enunciados individualistas iluministas europeus legitimaram as práticas de dominação colonialista aos povos subalternizados pelo racionalismo positivista. (ALMEIDA, 2020).

Com a derrota do Eixo e o fim da Segunda Guerra Mundial, atores sociais afirmaram narrativas negacionistas que se tornaram dispositivos a fim de legitimar as práticas políticas autoritárias do nazismo e do fascismo e diminuir sua

³⁹Tão arraigados socialmente nos Estados modernos que não foram superados mesmo diante dos horrores do nazifascismo. As práticas racistas pós-1945 persistiram e foram intensificadas ao passo que foram invisibilizadas por processos sociopolíticos, ideológicos e discriminatórios neocoloniais e segregacionistas por regimes autoritários e democracias liberais. (ALMEIDA, 2020).

responsabilização genocida. Entre as afirmações, os negacionistas defendiam que o que havia era um estado de guerra contra uma conspiração internacional orquestrada pelos judeus, pelos comunistas e pelos “demoliberais” para destruir os valores tradicionais e conservadores. (MILMAN, 2000).

Em outras narrativas de memória de traumas sociais, resguardadas as proporções do complexo aparato sociotécnico elaborado pelos nazistas para predominantemente exterminar os judeus, atores sociais autoritários⁴⁰ e apoiadores desses ideais reconstruíram afirmações de enunciados conspiratórios. O objetivo dessa reconstrução era legitimar práticas persecutórias contra sujeitos e instituições que se opusessem e/ou fossem considerados prejudiciais à obtenção e manutenção de seu poder. No Brasil, as memórias de traumas sociais nacionais se evidenciam intensamente na relação entre militares e autoritarismo político, sobretudo em torno do “silêncio” sobre as graves violações dos direitos humanos durante a ditadura.

Bauer (2019, p. 39, tradução nossa) enfatizou que as práticas autoritárias de militares no Brasil desde a Proclamação da República em 1889 “[...] resultaram na deposição de presidentes, mudanças de regimes políticos, alterações na ordem constitucional, suicídios, entre outros acontecimentos.”.⁴¹ Em uma história marcada por golpes e interferências militares, após a Revolta Comunista⁴² de 1935, as Forças Armadas afirmaram, como evidenciou Meneses (2019), enunciados negacionistas conspiratórios, antissemitas e anticomunistas em um conjunto de documentos pertencentes ao denominado Plano Cohen que,

⁴⁰Nessa dimensão autoritária valores extremistas de outras ideologias na topologia política também se incluem. Como a extrema-esquerda na URSS. Segundo Bobbio (1995), ainda que a extrema-direita e a extrema-esquerda não tenham proximidade pelo conteúdo de seus valores, elas se aproximam pelas práticas antidemocráticas que empregam para consolidação de seu poder.

⁴¹ “[...] *que resultaron en la deposición de presidentes, cambios de régimen político, alteraciones en el orden constitucional, suicidios, entre otros acontecimientos.*”. (BAUER, 2019, p. 39).

⁴²Foi um movimento armado que ocorreu após a criação em março de 1935 de um movimento político amplo liderado pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), denominado Aliança Nacional Libertadora (ALN), contrário à condução autoritária do poder pelo Governo Constitucionalista de Getúlio Vargas. Sob a liderança de Luís Carlos Prestes os discursos foram endurecidos distanciando consideravelmente os apoiadores da ALN, recebendo críticas internas ao PCB e resultando no fechamento do movimento pela Lei de Segurança Nacional em julho de 1935. Com a radicalização do movimento e influência comunista internacional, sob ideias revolucionárias foram deflagrados levantes armados por sargentos, cabos e soldados em novembro de 1935: no 21º Batalhão de Caçadores de Natal, Rio Grande do Norte; no 29º Batalhão de Caçadores na Vila Militar de Socorro, Pernambuco; e no Rio de Janeiro, Distrito Federal no período, no 3º Regimento de Infantaria da Praia Vermelha e na Escola de Aviação Militar do Campo dos Afonsos. Ao fracassar, o movimento armado também se tornou conhecido sob a designação depreciativa “Intentona Comunista”, cunhada por oficiais das Forças Armadas. (REVOLTA..., acesso em 02 mar. 2021).

[...] em 1937 havia servido para legitimar o golpe de estado sob argumento de [que] estávamos na iminência de um golpe ‘judaico-comunista’ para implantar o comunismo no país [...], cujas principais teses foram idealizadas pelo então capitão do exército Olympio Mourão Filho, um dos principais protagonistas do Golpe de 1964. (MENESES, 2019, p. 4).⁴³

Os atores sociais perpetradores do Golpe Civil-Militar de 1964 no Brasil, assim como realizado com o Plano Cohen, evocaram a narrativa da ameaça comunista para destituir o governo de João Goulart com uma diferença fundamental dos golpes e intervenções anteriores em que tiveram participação: eles permaneceram no poder e impuseram uma ditadura militar. (BAUER, 2019). Essa narrativa anticomunista continuou a ser utilizada mesmo com a retomada democrática após a Constituição de 1988 entre defensores da memória dos militares que, entre narrativas negacionistas reconstruídas sobre o passado veiculadas nas plataformas digitais e em produções literárias após a ditadura militar, se valem de práticas de desinformação na tentativa de dar legitimidade a suas obras. Nesse contexto, o fim da Ditadura Militar no Brasil foi marcado pela ambiguidade, silêncio e esquecimento oficial sobre o legado autoritário da “época dos militares”. Fato que fomentou as primeiras “batalhas pela memória”.

⁴³Além da atuação no Exército, o verbete biográfico sobre Mourão Filho na base de dados do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV) apontou que no ano de 1932 o mesmo ingressou na Ação Integralista Brasileira na qual integrou um grupo de propaganda junto de Plínio Salgado, fundador e líder supremo da AIB, e se tornou chefe de estado-maior do departamento nacional de milícia em 1934. O departamento, dotado de uma estrutura paramilitar impressa por Mourão Filho, foi renomeado em 1938 como Secretaria de Educação Moral, Cívica e Física em ocasião da candidatura de Plínio Salgado à sucessão de Getúlio Vargas à presidência da República, ocorrida no II Congresso Integralista. (MOURAO..., acesso em 23 out. 2020). A Ação Integralista Brasileira (AIB), como frisou Fagundes (2009), foi um movimento e partido político que teve inspiração político-ideológica de regimes fascistas europeus na gênese de seus valores e ações e reuniu sob suas fileiras sujeitos ligados a movimentos e instituições confessionais cristãs conservadoras, monarquistas, fascistas, nacionalistas etc. Assim, Fagundes (2009, p. 22) afirmou que o integralismo foi capaz “[...] de fundir em um movimento unificado e centralizado características de cada uma das organizações que se incorporaram ao partido.”.

5 MEMÓRIA DA DITADURA MILITAR BRASILEIRA EM DISPUTA

A memória da ditadura militar brasileira (1964-1985) é marcada por disputas acerca de quais enunciados se tornarão predominantes na memória social. Napolitano (2015, p. 10) afirmou que múltiplas redes reconstroem narrativas de memória sobre o passado em dinâmicas sociais “[...] pautadas por traumas, tabus e ressentimentos”. Em fenômenos da chamada “História do Tempo Presente”, as narrativas históricas e as narrativas de memória “[...] se confundem e entram em choque ao falar sobre um mesmo passado, sobretudo quando há processos políticos que ainda estão em jogo e quando muitos protagonistas de ontem ainda estão vivos e atuantes.”. (NAPOLITANO, 2015, p. 10).

A superação de processos políticos autoritários, conforme exposto por Napolitano (2015, p. 12), necessita da “[...] reconstrução das instituições democráticas, dos direitos fundamentais dos cidadãos, da tolerância e das relações sociais de convivência [...]”, o que não ocorre sem “[...] enfrentamento do legado e dos traumas do passado conflituoso.”. Assim, a construção de memória social sobre os traumas necessita de reparação histórica às vítimas.

Napolitano (2015, p. 13) apontou que em processos traumáticos, como dos campos de extermínio de judeus pelos nazistas, o “[...] testemunho da vítima ganhou *status* na recuperação do passado, em detrimento das versões e documentos oficiais do Estado perpetrador da violência ou dos grupos políticos e sociais que os sustentavam.”. A memória das violências perpetradas pelo Estado e pela sociedade nazistas são mais nítidas em virtude dos testemunhos das vítimas desses processos autoritários. Testemunhos que são recusados ou relativizados pelos negacionistas.

Na ditadura militar brasileira, assim como em outras ditaduras latino-americanas, o fenômeno se particularizou devido à ausência de ruptura com agentes e instituições detentoras de poder ditatorial na redemocratização. Ou seja, no cenário político brasileiro “[...] não houve uma significativa desmontagem institucional do autoritarismo, nem a renovação completa das elites políticas.”. (NAPOLITANO, 2015, p. 13-14). Desse modo, o processo de reconstrução de memórias do trauma social também é atravessado por narrativas dos atores perpetradores da violência e a concepção das dimensões jurídica e histórica desse processo é desafiadora.

Nas disputas entre enunciados da memória da ditadura militar, as narrativas foram reconstruídas por atores sociais que atuaram como o que Froehlich (2020, p.

42) chamou de “autoridades cognitivas” (*“cognitive authorities”*). As autoridades cognitivas são sujeitos e/ou instituições que possuem credibilidade e confiabilidade de serem detentoras de conhecimentos específicos sobre determinado assunto. No entanto, Froehlich (2020) atentou ao risco de falsas autoridades cognitivas (cuas afirmações são baseadas em práticas de desinformação que as distanciam da realidade) servirem de base para construção de afirmações da realidade. (FROEHLICH, 2020).

Entre as autoridades cognitivas (genuínas ou falsas) que se destacaram no processo de disputas sobre a memória da ditadura militar brasileira, Napolitano (2015, p. 15-16) elencou: atores institucionais de classe (partidos, ONGs etc.), de salvaguarda de documentos e de memória (museus, arquivos etc.); a Imprensa, sobretudo a imprensa⁴⁴; atores sociais ligados às artes, ao meio acadêmico-científico e/ou editorial; e movimentos sociais com, ou sem, vinculação institucional (com igrejas e partidos políticos, por exemplo). (NAPOLITANO, 2015).

A disseminação de memórias e esquecimentos sobre a ditadura militar, para Napolitano (2015, p. 16), também era passível do impacto das “redes de sociabilidade privada”. Essas redes eram predominantemente locais e consistiam em agrupamentos familiares, culturais, religiosos etc. No entanto, com o avanço dos artefatos da *web*, essas redes se complexificaram em redes globais no ciberespaço e são “[...] igualmente importantes na disseminação de perspectivas e opiniões sobre o passado.”. (NAPOLITANO, 2015, p. 16). O autor refletiu que

[...] essas redes virtuais de comunicação têm servido como canais mais ou menos legitimados e influentes para posicionamentos sobre o regime militar brasileiro, ainda que pouco produtivos enquanto debate efetivo. Arrisco a dizer que eles têm sido particularmente importantes no revisionismo da extrema direita em sua luta contra a memória crítica, hegemônica e legitimada socialmente sobre o regime militar. Não por acaso, blogueiros e usuários de redes sociais de extrema direita atacam com igual virulência tanto a mídia liberal, o governo (petista) e os militantes da área de direitos humanos, desconsiderando quaisquer diferenças entre estes grupos políticos, postos que em algum grau, eles compartilham da memória hegemônica sobre o regime militar. (NAPOLITANO, 2015, p. 16).

⁴⁴Napolitano (2015) também menciona a Imprensa eletrônica e digital. Porém, no processo de construção das narrativas sobre a ditadura militar até a publicação do artigo do autor, o trabalho jornalístico escrito e disponibilizado em vias impressas teve maior impacto no processo das disputas pela memória.

Assim, atores negacionistas cuja organização se dava em pequenos grupos locais, reconstruindo narrativas de memórias subterrâneas de modo mais disperso, conseguiram se articular globalmente e ampliaram o impacto de suas narrativas negacionistas na construção de memórias sobre traumas sociais. Os ataques percebidos por Napolitano aos atores sociais que compartilharam de afirmações de memória crítica à ditadura militar se intensificam nos anos seguintes à publicação do artigo do autor. As plataformas digitais na *web*, nas duas últimas décadas, se tornaram ambientes profícuos na disseminação de contramemórias do período militar, sobretudo as narrativas dos militares. Nesse contexto, atores sociais foram identificados como “influenciadores digitais” na *web* e se constituíram como autoridades cognitivas para parcela da opinião pública, mesmo sem serem detentores de conhecimento sobre a historiografia do período.

As narrativas de memória predominantes sobre a Ditadura Militar foram construídas a partir do afastamento entre os militares no poder e os liberais que apoiaram o golpe de 1964. Esse afastamento ocorreu mais efetivamente no final da década de 1970 com críticas à censura, interferências jurídicas e estatismo econômico. Com a apropriação discursiva de enunciados da “resistência” não armada, os liberais conseguiram articular o esquecimento de sua participação no golpe no processo de construção da “memória hegemônica” crítica à ditadura. No entanto, não houve superação do autoritarismo presente no governo militar. Após a redemocratização, o Estado brasileiro manteve o legado de políticas autoritárias dos militares e a memória hegemônica crítica ao período era, sobretudo, “liberal-conservadora”. (NAPOLITANO, 2015).

A memória hegemônica sobre o período militar consistiu em uma complexa rede de narrativas construídas por múltiplos atores sociais e que, por vezes, se evidenciou contraditória. Além dos liberais, na reconstrução de afirmações sobre o período “[...] as esquerdas também reconstruíram sua memória, apagando os projetos autoritários que estavam por trás, sobretudo, da luta armada [...]” (NAPOLITANO, 2015, p. 20). Em comum, das esquerdas aos liberais-conservadores, se valeram da construção dos enunciados de resistência democrática no processo de rememoração de seu passado. Os elementos históricos que marcaram inicialmente o período militar e de onde se iniciaram as reconstruções de memória foram:

[...] o golpe de Estado, a derrota do reformismo de esquerda, as vicissitudes do governo Castelo Branco (oscilando entre o legalismo e a construção da nova ordem autoritária), as primeiras dissidências liberais, a luta armada de esquerda, as manifestações estudantis de 1968, a censura prévia, a disseminação do terror de Estado como métodos repressivos após o AI-5 e o ‘milagre econômico’. (NAPOLITANO, 2015, p. 20).

Com esses eventos, as narrativas sobre o período passaram a ser objeto de disputa de narrativas em meados da década de 1970. Entre os militares, se opôs o chamado “castelismo” às promessas de liberalização com apoio de parte da imprensa liberal, “[...] que entre 1966 e 1967, considerava Castelo um ditador e depositava as esperanças de liberalização em Costa e Silva [...]”. Com a derrota da luta armada, os liberais e as esquerdas pautaram a “democracia/democratização” como elementos centrais da “resistência” à ditadura. (NAPOLITANO, 2015, p. 21).

No ano de 1978, Moreira (2013, p. 41) apontou a publicação de uma obra póstuma voltada à memória de Olympio Mourão Filho (1900-1972), idealizador do plano Cohen em 1937, “[...] Ministro do Supremo Tribunal Militar (STM) do Governo de Castelo Branco (1964-1969) e um dos protagonistas do Golpe de 1964 – no comando da 4ª Região Militar e da 4ª Divisão de Infantaria do I Exército, sediados em Juiz de Fora (MG), [...]” que foi responsável por mobilização de fileiras militares que contribuíram à deposição de João Goulart. Mesmo após seu falecimento, os seus enunciados negacionistas permaneceram influentes nas memórias dos militares.

A crise econômica decorrente da volta da inflação e as denúncias de corrupção nos governos Geisel e Figueiredo se destacaram na construção de memória crítica aos militares no poder protagonizada pela classe média escolarizada e pelos movimentos sociais. Com a aprovação da Lei da Anistia, em 1979, a memória hegemônica passa a vincular a imagem da sociedade civil à resistência democrática. No processo de redemocratização, a “resistência” passou a abarcar inclusive atores políticos dissidentes ao final da ditadura, como José Sarney e Antônio Carlos Magalhães. As mobilizações sociais ao final da ditadura, com destaque ao movimento Diretas Já, foram fundamentais para a narrativa da memória hegemônica crítica ao governo dos generais. (NAPOLITANO, 2015).

A transição da ditadura à democracia foi conduzida por liberais moderados e pelos próprios militares, ao passo que o campo da esquerda foi diluído em vários partidos como o Partido dos Trabalhadores (PT), Partido Democrático Trabalhista

(PDT) e dentro do próprio Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Assim, Napolitano (2015, p. 23) afirmou que, com a posse de Sarney, a memória hegemônica fixou a ditadura como “[...] violência política a ser superada [...]” e a resistência civil como “[...] imperativo ético na luta contra a violência de Estado [...]”, onde a resistência armada era vista como “[...] arroubo heroico juvenil [...]”.

No ano de 1985, foi publicado o livro “Brasil: nunca mais” pela editora Vozes. O livro foi resultado direto de grande pesquisa sigilosa coordenada pelo cardeal Dom Paulo Evaristo Arns (1921-2016) e pelo reverendo Jaime Wright (1927-1999) e realização do Conselho Mundial de Igrejas juntamente com a Arquidiocese de São Paulo. O trabalho (publicado primeiramente no “Relatório A”, de 6.891 páginas, em 12 volumes, do qual 25 cópias foram doadas a instituições no Brasil e no exterior) foi resultado da análise de 710 processos judiciais contra opositores políticos, retirados do Superior Tribunal Militar (STM) por um grupo de advogados. (FIGUEIREDO, 2009). O montante de mais de 1 milhão de páginas que foram fotocopiadas

[...] foi oferecido à PUC de São Paulo e à USP, mas ambas declinaram do convite, por temor de represálias. Mais corajosa foi a Unicamp, de Campinas, que recebeu o material e o disponibilizou para consulta, permitindo assim a produção e o enriquecimento de dezenas, talvez centenas de trabalhos acadêmicos. (FIGUEIREDO, 2009, p. 64)

Além dos documentos fotocopiados, a íntegra dos processos foi microfilmada e os 543 rolos de microfilmes resultantes “[...] foram doados ao Latin American Microfilm Project (Lamp), instituição baseada em Chicago que coloca seu acervo à disposição de pesquisadores de mais de uma centena de universidades norte-americanas.”. (FIGUEIREDO, 2009, p. 64). O trabalho “Brasil: nunca mais” só foi possível devido a tentativa dos militares de incutir legalidade às práticas autoritárias e persecutórias do Estado contra opositores na ditadura por meio do registro em documentos jurídicos. (FIGUEIREDO, 2009).

Figueiredo (2009, p. 45-46) destacou que, entre as polêmicas divulgadas pelo projeto “Brasil: nunca mais”, a mais aviltante aos militares foi a lista de 444 agentes da repressão mencionados no Relatório A, dos quais 219 tiveram patentes e nomes revelados, “[...] como o delegado Sérgio Paranhos Fleury, do Dops de São Paulo, o coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, ex-comandante do DOI-Codi [sic] paulista [...]” etc. No livro publicado com o mesmo nome do projeto “Brasil: nunca mais” por uma decisão prudente à época, como sublinhou Figueiredo (2009, p. 52), dom Arns sugeriu

a não-publicação dos 444 nomes de torturadores, que ficou disponível ao público apenas no relatório A.

Na tentativa de contraposição à publicação do “Brasil: nunca mais”, em 1985, militares iniciaram um projeto com o objetivo de negar as afirmações do “Brasil: nunca mais”, propositalmente chamado “Orvil” (livro ao contrário), comandado pelo ministro do Exército do governo Sarney, o general Leônidas Pires Gonçalves⁴⁵. O livro-relatório “As tentativas de tomada do poder”, finalizado em 1988, teve sua publicação vetada. O relatório dos militares, com 966 páginas, circulou restrito às memórias subterrâneas de grupos de militares e civis de extrema direita sob o título de “Livro negro do terrorismo no Brasil”. No ano de 2007, o jornalista Lucas Figueiredo em reportagens aos jornais Correio Braziliense e Estado de Minas confirmou a existência do livro, o que resultou na publicação de “Olho por olho: os livros secretos da ditadura” (FIGUEIREDO, 2009).

O coronel Agnaldo Del Nero Augusto, chefe da Seção de Informações do Centro de Informações do Exército (CIE), conhecido na caserna por sua postura radicalmente anticomunista foi designado para coordenar a pesquisa Orvil com o apoio de três oficiais designados pelo CIE e outros seis em prontidão caso necessário. O acervo documental para o empreendimento foi consideravelmente maior do que para a realização do “Brasil: nunca mais”. Além dos 18 anos de arquivos acumulados pelo CIE (que também era responsável pelo armazenamento de arquivos do serviço secreto da marinha criado em 1955 e de documentos apreendidos das esquerdas pela repressão), o coronel obteve acesso a “[...] cópias de documentos cedidos por outros organismos da chamada comunidade de informações (SNI, Cisa, Ciex, DOI-Codi [sic] etc.).” (FIGUEIREDO, 2009, p. 78). Para a construção da contra-narrativa do Orvil, Figueiredo (2009) destacou que os militares iniciaram seu relatório voltando à

[...] gênese do comunismo. Passaram pelo manifesto escrito por Karl Marx e Friedrich Engels em 1848, pela criação do PCB em 1922, pela Intentona Comunista de 1935 e pelo surgimento das Ligas Camponesas no Nordeste na década de 1950. Em seguida,

⁴⁵Em posição antagônica a Dom Paulo Evaristo Arns, o general Leônidas Pires Gonçalves sempre defendeu as versões oficiais do Exército às práticas autoritárias da ditadura. Inclusive a respeito do assassinato de Vladimir Herzog “[...] Leônidas sempre defendeu a canhestra versão oficial do Exército para o episódio, que dava conta de que Herzog se enforcara dentro da cela, com um cinto, tendo os pés apoiados no chão. Certa vez, ao mencionar o fato – em depoimento formal e gravado ao Centro de Pesquisa e Documentação da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV) –, o general referiu-se a Herzog como ‘um moço daquela raça estranha, metido a jornalista’. Diretor de Jornalismo da TV Cultura de São Paulo, Herzog era judeu.”. (FIGUEIREDO, 2009, p. 14).

aceleraram algumas décadas e puseram-se a vasculhar o período pós-1974, [...] analisaram a distensão e a abertura política (1974-85), o ressurgimento do movimento sindical, liderado por um certo Luiz Inácio da Silva (1978), a Anistia (1979), a criação do Partido dos Trabalhadores (1980) e o fim do regime militar (1985).” (FIGUEIREDO, 2009, p. 82-83).

Para a construção da narrativa dessa memória negacionista, os silêncios e os esquecimentos foram fundamentais. As afirmações de projetos autoritários de esquerda foram acompanhadas por silêncios e esquecimentos diante do autoritarismo de extrema-direita golpista em 1964. Figueiredo (2009, p.114) notou que “[...] o terrorismo de esquerda mereceu destaque no *Orvil* [...]” ao passo que em nenhum momento foram mencionados “[...] os atos de terrorismo patrocinados pelos agentes de repressão, muitas vezes teleguiados desde a cúpula das Forças Armadas.”.

Na narrativa de *Orvil*, o antissemitismo evidente no Plano Cohen foi diluído ao passo que afirmações anticomunistas se intensificaram de modo que, como frisou Figueiredo (2009), entre as deformações de percepção da realidade havia a imediata associação de críticos à ditadura militar com a esquerda, dos esquerdistas com o comunismo e dos comunistas com pessoas perigosas. Além da inflada fantasmagoria de que por meio do “[...] Movimento Comunista Internacional (mais conhecido como MCI), Moscou, Pequim e Cuba nunca desistiriam de colocar suas mãos peludas sobre o Brasil.” (FIGUEIREDO, 2009, p. 87).

No entanto, o relatório *Orvil* “[...] era também uma confissão: o Exército escondia segredos do mundo dos mortos.” (FIGUEIREDO, 2009, p. 117). Mesmo sob práticas negacionistas para estabelecer uma contra-narrativa aos dados coletados pelo “Brasil: nunca mais”, os militares acabaram revelando o assassinato e ocultação dos corpos de opositores políticos que configurariam em lista de desaparecidos políticos por agentes do Estado ditatorial. Como não foi publicado em 1988, os segredos do “*Orvil*” ficaram restritos às memórias subterrâneas de um seletivo grupo de extrema-direita até serem publicamente reveladas em 2007, nas reportagens de Lucas Figueiredo. (FIGUEIREDO, 2009).

Entre os detentores de cópias do *Orvil*, Figueiredo (2009, p. 124) apontou o general Sergio Augusto de Avellar Coutinho, que dirigiu o Clube Militar e “[...] atuara como uma espécie de guarda-costas informal [...]” de Médici, impedindo a aproximação de jornalistas durante solenidades públicas. Com o fim da ditadura, o general Coutinho se debruçou sobre Antonio Gramsci, teórico marxista italiano cujo

nome e obras são relevantes política e academicamente, porém intumescidos e simplificados sob a ótica anticomunista da narrativa conspiratória do “marxismo cultural”. Sobre Coutinho, frisou Figueiredo (2009, p. 124, grifos do autor):

São de sua lavra os livros *Cadernos da liberdade* (uma alusão a *Cadernos do cárcere*, do teórico marxista) e *A revolução gramscista no Ocidente*. Sobre Gramsci, que defendia a conquista do Estado de forma pacífica por intermédio da neutralização das forças burguesas, Coutinho apontava: ‘Ele [Gramsci] corrói a democracia por dentro. De uma forma *light* e despercebida, o partido vai conseguindo as mudanças de senso comum e o enfraquecimento das trincheiras liberais democráticas, como a imprensa’ – tudo a ver com a quarta tentativa de tomada de poder vaticinada no livro secreto.

Enquanto Orvil estava circunscrito ao seletor grupo de extrema-direita militar, enunciados negacionistas foram vociferados em outras bibliografias em reação ao “Brasil: nunca mais” e a futuras políticas de memória hegemônicas consideradas “revanchistas” pela caserna. Moreira (2013) apontou que a primeira bibliografia publicada em reação ao “Brasil: nunca mais” foi o livro “Brasil Sempre”, em 1986, do então tenente-coronel Marco Pollo Giordani.

Identificado pelo Relatório A do projeto “Brasil: nunca mais” como torturador, como Moreira (2013) frisou, o coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra lançou em 1987 o livro “Rompendo o Silêncio. OBAN-DOI/CODI. 29 Set 70- 23 Jan 74 85”. Moreira (2013, p. 49) salientou que os livros de Giordani e Ustra embora lançados de modo independente, “[...] não releva o lugar de produção de tais discursos, ou seja, persistem traços identitários característicos desses setores de vigilância e de alas mais extremadas do regime.”.

Há que se ressaltar que os enunciados de memória advindos dos militares não eram uniformes. O coronel Jarbas Passarinho (que foi ministro, mas não atuou “nos porões” da ditadura militar) embora tenha publicado artigos ressaltando “[...] o que eram denominados aspectos positivos da ditadura [...]”, ensejou um tom conciliador em suas narrativas e permaneceu atuante politicamente (em funções como ministro e senador até meados de 1990) e envolvido nas “[...] disputas em torno da Constituinte e das ‘Diretas Já’, em suma, presente na constituição dos primeiros governos no pós-ditadura.” (MOREIRA, 2013, p. 49). Entretanto, apesar das tentativas de moderação em seus enunciados, a narrativa de Passarinho permaneceu sob afirmações anticomunistas e negacionistas do golpe de 1964.

O Estado brasileiro pós-ditadura somente em 1995, sob o governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), entrou nas disputas pela memória com a Lei nº 9.140, de 04 de dezembro de 1995, conhecida como “Lei dos Desaparecidos Políticos no Brasil”. Ainda que essa lei tratasse de reconhecer que pessoas foram vítimas do Estado brasileiro na ditadura, ela referendou institucionalmente a Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979, a Lei da Anistia. Assim, evidenciou a não-ruptura do Estado democrático pós-1985 diante do Estado ditatorial (1964-1985). Outro elemento importante foram os marcos temporais estabelecidos para investigação (da posse de João Goulart em 1961 até a promulgação da Constituição em 1988), evitando a caracterização da ditadura militar como perpetradora das violências de Estado. (NAPOLITANO, 2015).

O comedimento das políticas de reparação às vítimas da ditadura pela Lei nº 9.140, de 04 de dezembro de 1995, não impediu reação da extrema-direita militar. Santos (2016) frisou que embora grupos de extrema-direita como Guararapes (em 1991) e Inconfidência (em 1994) foram criados no início dos anos 1990, um grupo que emergiu com mais visibilidade foi o “Terrorismo nunca mais” ou Ternuma (em 1998). De nome em contraposição ao projeto “Brasil: nunca mais”, o Ternuma foi responsável por viabilizar a disseminação de enunciados negacionistas⁴⁶, por meio de sua página⁴⁷ na *web*, para contrapor, de acordo com Moreira (2013, p. 57), “[...] aos governos estabelecidos no período democrático, à mídia, ao sistema nacional de ensino e aos intelectuais.”.

No campo literário, Santos (2016) frisou a reação do general Raymundo Negrão Torres com a publicação do livro “Nos porões da ditadura” em 1998, onde o general propalou a narrativa de conspiração comunista infiltrada no governo de FHC. (SANTOS, 2016). Embora a primazia na disseminação de memórias de extrema-direita sobre a ditadura fosse dos militares, Moreira (2013) destacou a participação de atores civis na enunciação de narrativas negacionistas como Percival Puggina, Aristóteles Drummond e, sobretudo, Olavo de Carvalho.

Além de um endereço eletrônico pessoal, blogs e plataformas digitais o site Ternuma foi apontado por Moreira (2013) como um ambiente profícuo para enunciação de narrativas negacionistas por Carvalho. Autodenominado filósofo e

⁴⁶Inclusive trechos do relatório Orvil. (FIGUEIREDO, 2009).

⁴⁷Ao ser acessada em 03 de outubro de 2020 a página “<http://www.ternuma.com.br/>” não se encontrava mais disponível, o endereço eletrônico foi recuperado de Moreira (2013).

cientista político, embora não tivesse formação nem competência acadêmico-científica para tais afirmações, Olavo de Carvalho na década de 1990 passou a defender a ditadura militar de um ponto de vista sem conexões com a caserna à época da ditadura e oriundos de um “ex-comunista”. Desse modo, “Olavo de Carvalho busca legitimar seu discurso como uma narrativa privilegiada, ancorado no fato de ser alguém que conheceu ‘o outro lado’ – ou seja, a esquerda – e se enquadra como um autor de direita.” (MOREIRA, 2013, p. 61).

No campo das políticas de memória do Estado, Napolitano (2015) salientou que a alocação dos marcos temporais (assim como na “Lei dos Desaparecidos Políticos no Brasil”) na Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, eram indícios dos limites da narrativa na política de reparação. Conhecida como “Lei de Reparação aos Anistiados”, a Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, teve em seus marcos temporais a delimitação entre as Constituições de retomada democrática: a que antecedeu o golpe civil-militar de 1964, a Constituição do ano de 1946; e a que sucedeu a ditadura militar após 1985, a Constituição de 1988. Inclusive os dois primeiros Planos Nacional dos Direitos Humanos (PNDH), em 1996 e 2002, apontavam à nova cultura democrática após a Constituição de 1988, sem mencionar o período ditatorial que a antecedeu. Esses marcos temporais enunciaram

[...] o cuidado da linguagem jurídica brasileira em não caracterizar, com todas as letras, um período evidente de exceção, marcado pela existência de um regime político de força e discricionário. Portanto, está implícito uma periodização oficial, gravada na letra fria da lei, para o qual o regime militar, a rigor, não existe, a não ser de maneira enviesada, através dos seus atos discricionários paraconstitucionais (atos institucionais e atos complementares) e pelas práticas reprováveis dos seus agentes repressivos devidamente anistiados em 1979. (NAPOLITANO, 2015, p. 29).

Para o autor, somente com o terceiro PNDH, em 2009, já sob o governo petista, que o Estado brasileiro passou a explicitar os “direitos à memória e à verdade” e propor ações para investigar as violações de direitos pela “repressão ditatorial”. No entanto, o documento também evocou a “reconciliação nacional” e a construção de consensos em favor da democracia.

Nesse processo de elaboração de políticas de memória, no ano de 2005 os arquivos do ex-Serviço Nacional de Informações (SNI) foram alocados pelo Estado brasileiro no Arquivo Nacional que, juntamente com a organização dos acervos de

documentos de arquivo de órgãos de repressão da ditadura nos estados, possibilitou a enunciação de novas narrativas sobre as ações persecutórias do Estado ditatorial a opositores políticos. Napolitano (2015) destacou os Arquivos e os Museus como lugares⁴⁸ de memória de grande importância para construção de uma memória hegemônica.

A dificuldade em acessar grandes acervos documentais sobre o período da ditadura militar fez com que na década de 1980 os debates e interpretações girassem em torno do campo da Ciência Política. O acesso a grandes acervos de documentos de arquivos, possibilitado pelas políticas de memória como a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, conhecida como Lei de Acesso à Informação, modificou o cenário historiográfico. A dificuldade inicial em não ter fontes passou a ser “[...] a análise, o estabelecimento de novas interpretações e de hipóteses explicativas [...]”, o que culminou em novos debates acerca de revisionismos e novas interpretações no campo. (FICO, 2017, p. 8).

O Estado brasileiro sob o governo de Luís Inácio Lula da Silva, em 2007⁴⁹ publicou o livro-relatório “Direito à memória e à verdade” (BRASIL, 2007). Contendo informações sobre opositores políticos à ditadura militar que foram mortos e/ou estão desaparecidos, o livro apresentou enunciados historiográficos sobre a ditadura militar que contribuíram à construção da memória hegemônica. Os elementos dessa memória crítica foram afirmados no livro em busca de respostas ao destino de vítimas da repressão ditatorial. Porém, já na apresentação o livro-relatório mencionou mais um marco histórico para sua publicação, na data em que a Lei da Anistia (1979) completou 28 anos de publicação, e reforçou o caráter de continuidade e reconciliação nacional. (BRASIL, 2007).

Em 2009 foi criado o “Centro de Referências das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985): Memórias Reveladas” pela Portaria nº 204, de 13 de maio de 2009, da ministra chefe da Casa Civil que obteve grande relevância na recuperação de documentos do período acerca do regime ditatorial (FAGUNDES, 2019). O objetivo do Projeto “Memórias Reveladas” “[...] era coletar documentos e integrar acervos

⁴⁸Na memória construída a partir de documentos de arquivos, as disputas de narrativas são suscetíveis a interpretação das evidências recuperadas nos documentos. A memória dos museus, por sua vez, é pensada via narrativas museográficas institucionalizadas, com elementos da construção de afirmações políticas nos espaços e objetos. (NAPOLITANO, 2015).

⁴⁹Mesmo ano em que o jornalista Lucas Figueiredo tornou pública a existência do Orvil, o “Livro negro do terrorismo no Brasil”. (FIGUEIREDO, 2009).

sobre o período do regime militar pertencentes a arquivos públicos federais e estaduais.” (NAPOLITANO, 2015, p. 30).

De acordo com Fagundes (2019) os temas ligados à Anistia ocuparam na década de 2010 grande destaque nas disputas sobre a memória da ditadura. Em evidência, o autor apontou dois episódios na disputa de narrativas: a solicitação da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) ao Supremo Tribunal Federal (STF) por reinterpretção da Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979; e a segunda durante as atividades da Comissão Nacional da Verdade (CNV). (FAGUNDES, 2019).

Em 2010, o plenário do STF debateu acerca da solicitação, da OAB, de reinterpretção da Lei da Anistia. Fagundes (2019, p. 286) apresentou que a OAB por meio da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF nº 153/DF, votada em 28 de abril de 2010) “[...] questionava que os casos de tortura, desaparecimento e assassinatos cometidos por agentes do Estado teriam deixado de se enquadrar na categoria dos denominados crimes políticos e conexos, previstos na lei de 1979.”. A reação do STF, principalmente a do relator Ministro Eros Grau, seguido pela maioria dos ministros, foi de contraposição ao pedido e ratificação à Anistia.

A contraposição do STF à ADPF nº 153/DF, votada em 28 de abril de 2010, para Fagundes (2019, p. 288), “[...] ignorou a oportunidade de reparar um dos principais legados autoritários da ditadura: os casos de desaparecimento forçado e assassinatos cometidos por agentes de Estado.”. O STF optou pela manutenção das narrativas oficiais dos militares acerca da Anistia ignorando os trabalhos historiográficos que apresentavam narrativas que apontavam os limites da Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979.

O segundo momento apontado por Fagundes (2019) foi durante os trabalhos da CNV. Entre os esforços de construir uma memória aproximada da realidade do que foi o período da repressão ditatorial militar no Brasil, sob o governo de Dilma Vana Rousseff, esteve a Comissão Nacional da Verdade (CNV) instituída sob a Lei Federal nº 12.528, de 18 de novembro de 2011, que

[...] soma-se a todos os esforços anteriores de registro dos fatos e esclarecimentos das circunstâncias dos casos de graves violações de direitos humanos praticados entre 1946 e 1988, a partir de reivindicação dos familiares de mortos e desaparecidos políticos, em compasso com demanda histórica da sociedade brasileira. (BRASIL, 2014, p. 20).

A pesquisa abarcou o período referente à ditadura militar (1964-1985) e ampliou o recorte cronológico, mantendo os marcos temporais da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002. A análise documental da comissão contou com o apoio do Arquivo Nacional e acesso à sua base de dados, com “[...] apoio de outros arquivos públicos e instituições de guarda de documentos, responsáveis pelo armazenamento de material relativo ao período pesquisado [...]” e também contou com investigação para encontrar e analisar acervos ainda não identificados pelo Arquivo Nacional (BRASIL, 2014, p. 59). A CNV foi instaurada tardiamente, adensando documentos já produzidos pela historiografia e documentos primários num processo de reafirmação da memória hegemônica da ditadura (NAPOLITANO, 2015).

Nos debates acerca da criação da CNV no Congresso Federal, como apontou Fagundes (2019), houve críticas em relação ao temor de suposto “revanchismo” enquanto proposta da Comissão. Entre os críticos da CNV, o então deputado e capitão reformado do Exército Jair Messias Bolsonaro obteve destaque. Bolsonaro se demonstrava negacionista sobre a ditadura militar, por ele considerada um “[...] regime, dito de força.” (FAGUNDES, 2019, p. 290).

Também em reação às políticas de Estado e à consolidação de uma memória hegemônica crítica à ditadura militar, oficiais militares que atuaram na repressão a opositores e/ou em serviços de informação da ditadura continuaram publicando obras literárias. Entre eles, de acordo com Santos (SANTOS, 2016), estiveram o general Agnaldo Del Nero Augusto – que publicou “A grande mentira” (2001) –, o coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra – com o livro “A verdade sufocada” (2006) – e o tenente-coronel Lício Maciel – que publicou “Guerrilha do Araguaia: relato de um combatente” (2007).

No livro “A verdade sufocada”⁵⁰, Moreira (2013) afirmou que Ustra utilizou a obra para homenagear os responsáveis pelo projeto Orvil (coordenado pelo general Agnaldo Del Nero Augusto). Após as reportagens de Figueiredo em 2007 sobre o projeto e o relatório Orvil, o site de Ustra disponibilizou uma cópia digital do relatório para *download*. Em 2012, o tenente-coronel Lício Maciel figurou como organizador da então publicação do livro “Orvil: tentativas de tomada do poder”. (AUGUSTO; MACIEL; NASCIMENTO, 2012).

⁵⁰Mesmo nome dado a um endereço eletrônico “<https://www.averdadesufocada.com/>” criado por Ustra e sua esposa para divulgação de ideias de extrema-direita.

No entanto, as disputas pela memória da ditadura militar brasileira não ficaram restritas a bibliografias e a endereços eletrônicos de Ustra e do grupo Ternuma. As plataformas digitais tornaram-se campo de disputas de narrativas que aliadas às práticas de desinformação no fenômeno da pós-verdade se difundiram no ciberespaço, que se constituiu num campo que ampliou consideravelmente a visibilidade de Jair Bolsonaro e dos enunciados negacionistas do passado por ele propelidos.

A narrativa negacionista de Jair Bolsonaro acerca da ditadura militar esteve presente durante toda sua carreira política⁵¹, marcada pela defesa da existência de um estado de guerra entre “direita” (representada pelos militares e apoiadores da ditadura) *versus* “esquerdas” (todos os que contrapusessem as narrativas de Bolsonaro). Nessa narrativa contrafactual, a Anistia consistiu em uma negociação da ditadura militar com os opositores, a mesma narrativa de negociação presente na argumentação do STF nos debates da ADPF nº 153/DF em 2010. (FAGUNDES, 2019).

A publicação do documento final da Comissão Nacional da Verdade fez recomendações com base nos estudos da CNV. Fagundes (2019, p. 293-294) refletiu que o documento final da CNV apontou “[...] 377 ex-agentes do Estado considerados responsáveis por graves violações dos direitos humanos, incluindo os nomes dos cinco generais presidentes entre 1964 e 1985.”. Porém, entre as recomendações textuais não houve menção em favor da revisão da Lei da Anistia, o que resultou em críticas por atores sociais que lutam por reparação aos familiares e às vítimas desaparecidas, torturadas e assassinadas por ex-agentes da ditadura militar.

A publicação do documento final da CNV também foi alvo de críticas de apoiadores da ditadura militar, como a realizada pelo Clube Militar cujas narrativas negacionistas enquadraram o documento final da CNV como “mentiras socialistas” de uma tentativa de revisar a Lei da Anistia e punir os militares que combateram a suposta “ameaça comunista” (FAGUNDES, 2019, p. 294-295). A crítica do Clube Militar apontou para um “revanchismo” nos enquadramentos dos militares envolvidos na repressão onde não foram mencionados os opositores à ditadura que se envolveram em luta armada. Porém, como frisou Napolitano (2015, p. 36), “[...] os

⁵¹Carreira iniciada em 1989 como vereador da cidade do Rio de Janeiro e durante 1991-2018 como deputado federal pelo Estado do Rio de Janeiro, até ser eleito o 38º presidente do Brasil em 2018. (FAGUNDES, 2009, p. 289).

militantes da esquerda, armada ou não, já sofreram punições jurídicas ou extrajurídicas à época. Já os torturadores, estes nunca foram punidos.”.

Durante os governos do Partido dos Trabalhadores (2003 a 2016)⁵² as políticas de memória experimentaram um sensível aprofundamento pelo Estado Brasileiro. Como resultado, conforme destacamos, o mesmo período foi marcado por revisionismos historiográficos e também por narrativas de ideologias negacionistas. Entre os impactos políticos do revisionismo, para Napolitano (2015, p. 34), possivelmente “[...] a construção de uma versão brasileira da ‘teoria dos dois demônios’ que explicava a violência política a partir da radicalização dos atores em detrimento da estabilidade institucional e da negociação dos conflitos [...]” foi o mais acentuado. Desse modo, a memória hegemônica da ditadura militar passou a sofrer rupturas em sua base.

Com a aproximação do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB)⁵³ de atores políticos conservadores no processo eleitoral, Napolitano (2015) destacou o fortalecimento de duas alocações políticas à direita: um liberalismo de direita e conservador, cujos ideais e valores se mantém no campo republicano; e uma extrema-direita com valores autocráticos e abertamente golpista, que foi reconduzida ao espaço público pelos liberais-conservadores. Em comum, como salientou Moreira (2013, p. 104), a “[...] democracia surge associada, por esses indivíduos, à vitória contra ‘a ameaça comunista’.”.

Napolitano (2015) explicitou também outros dois elementos, que também contribuíram para o fortalecimento dos enunciados de memória da extrema-direita: o antipetismo disseminado pela imprensa liberal e conservadora nas disputas partidárias, seja sob justificativa de desconfiança do petismo no poder ou por interesses político-econômicos das corporações midiáticas; e os “[...] erros políticos, a fragilidade ideológica e os deslizes morais do PT, outrora um partido que se julgava o ‘sal da terra’ para renovar a política e reinventar a democracia brasileira [...]”, que potencializou as narrativas da oposição partidária (NAPOLITANO, 2015, p. 33).

A memória hegemônica da ditadura militar era sustentada pelos atores sociais mesmo diante das disputas políticas, ideológicas e partidárias. Apesar das diferenças,

⁵²Período que abarcou os mandatos presidenciais de: Luiz Inácio Lula da Silva de 2003 a 2006 e de 2007 a 2010; e de Dilma Vana Rousseff de 2011 a 2014 e de 2015 até ser interrompido pelo golpe de 2016.

⁵³Também detentor da memória hegemônica sobre a ditadura militar. (NAPOLITANO, 2015).

no campo das disputas predominava a defesa do “[...] aprofundamento da democracia, o protagonismo da sociedade civil e a condenação do autoritarismo da direita.” (NAPOLITANO, 2015, p. 33). No entanto, com os protestos mobilizados a partir de 2013, Napolitano (2015, p. 33) ressaltou que a memória hegemônica passou a ser questionada e a “[...] dividir espaço público com memórias inorgânicas e difusas, claramente de extrema direita [...]”. Napolitano (2015) afirmou:

Para sorte da democracia brasileira, estas memórias ainda não tem a hegemonia dos espaços de formatação e reprodução da memória socialmente legítima da sociedade, citados anteriormente (universidade, imprensa, meios de comunicação legitimados). Mas as vozes públicas que defendem a ditadura e uma solução autoritária para conflitos políticos e sociais ganham espaço e volume, sobretudo nas redes sociais e blogs. (NAPOLITANO, 2015, p. 33).

A extrema-direita, empenhada nas disputas pelo controle da narrativa de memórias da ditadura militar, passou a atacar com mais intensidade os espaços institucionais socialmente legitimados. As universidades, a imprensa e todos os atores (individuais e institucionais) que apresentaram narrativas contrárias às da extrema-direita tornaram-se alvo de ataques, por meio de práticas de desinformação, predominantemente nas plataformas digitais na *web*.

Esse negacionismo foi equipado também pelo revisionismo da “teoria dos dois demônios”, que munuiu as narrativas negacionistas anticomunistas para legitimar práticas de tortura, desaparecimento e assassinatos perpetrados por agentes do Estado contra sujeitos que de algum modo se opusessem aos seus interesses. Como ficou evidente na fala do então deputado Jair Bolsonaro (à época filiado ao Partido Social Cristão – PSC) na votação da Câmara pela admissão do processo de impeachment de Dilma Rousseff:

[...] perderam em 64, perderam agora em 2016. Pela família e pela inocência das crianças em sala de aula que o PT nunca teve, contra o comunismo, pela nossa liberdade, contra o Foro de São Paulo, pela memória do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff, pelo exército de Caxias, pelas nossas forças armadas, por um Brasil acima de tudo e por deus acima de todos, o meu voto é sim. (FRIGO, 2018, p. 54).

Carlos Alberto Brilhante Ustra foi o agente da repressão responsável por torturar a ex-presidente Dilma Rousseff em sua juventude enquanto opositora à

ditadura. A menção de Bolsonaro ao torturador constitui um elo entre as narrativas das memórias negacionistas da caserna, da qual é herdeiro, e que ecoaram em seu ataque a Rousseff quando em curso o Golpe de 2016.

A relativização da memória sobre a ditadura militar nesse processo apresentou evidências de manutenção de narrativas negacionistas inclusive institucionalmente em esferas do Judiciário. Nesse prisma, Meneses (2019) apresentou que em 2018 a Justiça de São Paulo extinguiu um processo civil movido contra o coronel Ustra por familiares do jornalista Luiz Eduardo Merlino, torturado e assassinado no Doi-Codi.

A CNV apresentou testemunhos de vítimas de perseguição do Estado ditatorial e a fraude do laudo necroscópico dos agentes de repressão que imputaram suicídio como *causa mortis* do jornalista. No entanto, os desembargadores Luiz Fernando Salles Rossi, Mauro Conti Machado e Milton Paulo Carvalho: estigmatizaram os testemunhos de vítimas; ignoraram os trabalhos da CNV que apontavam as fraudes dos laudos; e, seguindo narrativas negacionistas, relativizaram o papel de Ustra ao apontá-lo como “suposto torturador” e da ditadura classificada como “suposta ditadura”. (MENESES, 2019). O negacionismo no Judiciário ficou ainda mais evidente na defesa do Ministro do STF, Dias Toffoli, em se referir ao golpe civil-militar de 1964 como “movimento de 1964”. Essas afirmações, para Meneses (2019, p. 6),

[...] se constituem em graves negações políticas e jurídicas do episódio, posto que todas as ações e reivindicações da memória se assentam no reconhecimento histórico e jurídico da ruptura democrática e a implantação de um estado de exceção constituído em 1964.

Desse modo, torna ainda mais preocupante o fortalecimento das narrativas negacionistas quando estas se sobrepõem às narrativas historiográficas na construção de memórias sobre o período em favor da legitimação do autoritarismo nas relações sociais de poder no presente. No campo do entretenimento a falsificação de enunciados históricos tiveram maior circulação do que obras da caserna ou documentos jurídicos. Entre as obras se destacou o “Guia politicamente incorreto da História do Brasil” de Leandro Narloch, cujos negacionismos foram refletido por Meneses (2019, p. 5):

Ao trabalhar com textos de historiadores consagrados pretende construir uma pretensa legitimidade de fala para suas conclusões,

todavia, sua narrativa da história não se coaduna nem mesmo com a pluralidade do pensamento. Evoca o discurso de que é preciso apresentar outras versões da história, diferentes daquela que seria 'militante', mas realiza exatamente o que diz combater, como pode ser constado nas seguintes afirmativas que, caso os militares não tivessem assumido o poder em 1964, teríamos vivido uma tragédia de proporções épicas.

Os enunciados de Narloch ilustram as práticas de desinformação realizadas pelas narrativas negacionistas ao deformar a percepção do processo traumático da ditadura militar sob enunciados retóricos conspiratórios. Práticas que, organizadas sob documentos impressos e documentos veiculados em plataformas digitais, disputam o controle da narrativa de memórias sobre a ditadura militar com outros atores sociopolíticos e acadêmico-científicos diante da opinião pública.

Com a ascensão dos discursos autoritários de extrema-direita e a eleição de Jair Bolsonaro, em 2018, os enunciados contrafactuais se intensificaram nas plataformas digitais. Como consequência, ocorreu um adensamento das disputas pelo controle das narrativas e da memória com fortalecimento de negacionismos afirmados pelo então presidente eleito. Assim, as narrativas críticas à Ditadura Militar (1964-1985), baseadas em produções acadêmico-científicas, afirmadas em políticas de memória de governos federais anteriores foram recusadas em favor de enunciados negacionistas da ditadura pelo governo de Jair Bolsonaro.

Os enunciados de memória são suscetíveis às mudanças pelas relações de poder que, para Bauer (2019, p. 38, tradução nossa), ocorrem mediante a interação dos enunciados de memória “[...] com as preocupações e os interesses do momento de sua enunciação.”⁵⁴ Bauer (2019) frisou que o presidente Bolsonaro, originário do interior de São Paulo, desde sua juventude durante a ditadura militar esteve em um contexto de conflitos armados entre militares e guerrilheiros. Desse modo, sob a emersão de ideais anticomunistas que influenciaram seu ingresso às Forças Armadas, Bolsonaro aderiu a dispositivos autoritários que conjuram ordem e obediência ao passo que desrespeitam agressivamente atores sociais díspares. (MENESES, 2019).

Os enunciados de ódio da extrema-direita militar às esquerdas⁵⁵, personificado na figura de Bolsonaro, são igualmente recorrentes em enunciados negacionistas da

⁵⁴ “[...] *al interactuar con las preocupaciones y los intereses políticos del momento de su enunciación.*” (BAUER, 2019, p. 38).

⁵⁵ As esquerdas são compreendidas por essas narrativas negacionistas não como o conjunto de ideias e valores alinhados a determinadas ideologias de uma topologia política, mas como a totalidade de

ditadura militar em bibliografias e plataformas digitais. A adesão ao negacionismo da ditadura militar foi um fenômeno que marcou o encontro entre duas gerações da extrema-direita brasileira.

Fato que se coaduna com os processos de individualização que modulam atores sociais em plataformas digitais na *web* e deformam a percepção da realidade em favor de ideologias autoritárias. Nas plataformas digitais, as práticas de desinformação engendradas nas disputas de enunciados de memória tecem redes globais que legitimam o autoritarismo político-ideológico mediante narrativas conspiratórias afirmadas na recusa de práticas e saberes acadêmico-científicos.

Nesse processo de afirmação de enunciados autoritários se verifica o esgarçamento de instituições e valores democráticos onde,

O negacionismo, ao realizar apologia à ditadura, reforça marcadores de exclusão na sociedade brasileira. Uma frase que se repete muito no Brasil é ‘que bom que era viver na ditadura’ e traz nas entrelinhas a visão de uma sociedade que valoriza a autoridade, a hierarquia e práticas de controle e repressão em que os papéis sociais de mulheres, negros, gays e pobres são pré-estabelecidos e imutáveis. De certo modo, Bolsonaro convenceu seu eleitorado de que as minorias lhes têm roubado o espaço identitário, indivisível e imutável, do que é considerado ‘brasileiro’. (BAUER, 2019, p. 47, tradução nossa).⁵⁶

Desse modo, os negacionismos – que têm sua base em práticas racistas do colonialismo, com a universalização do europeu⁵⁷ como representação unívoca de “sujeito civilizado” – se constituem enquanto ameaça a quaisquer processos sociais de emancipação humana que sejam evocados por valores democráticos. O crescimento de narrativas negacionistas que estiveram restritas às memórias subterrâneas de extrema-direita tem uma relação direta com práticas de poder e saber do mercado publicitário das plataformas digitais. Os algoritmos dessas plataformas, pertencentes à grandes empresas de tecnologia são programados numa lógica do

sujeitos, instituições e dispositivos que lhes apresentam contraposição, ainda que alocados à direita em topologias políticas.

⁵⁶“*El negacionismo, al realizar apología a la dictadura, refuerza marcadores de exclusión en la sociedad brasileña. Una frase que se repite mucho en Brasil es ‘qué bueno que era vivir en la dictadura’ y trae entre líneas la visión de una sociedad que valoriza la autoridad, la jerarquía y prácticas de control y represión en que los papeles sociales de mujeres, negros, gays y pobres son preestablecidos e inmutables. De cierta manera, Bolsonaro ha convencido a su electorado de que las minorías les han robado el espacio identitario, uno indivisible e inmutable, de lo que se considera ‘brasileño’.*” (BAUER, 2019, p. 47).

⁵⁷Compreendido enquanto homem, branco, rico, heterossexual e cisgênero.

“capitalismo de vigilância” cuja coleta de dados de indivíduos usuários volta-se a práticas de modulação e manipulação que estimulam a permanência nas redes e a visualização de “anúncios sob medida”.

Com efeito, os atores sociais detentores das plataformas digitais ao adotarem uma lógica mercadológica na construção de dispositivos e artefatos tecnológicos desempenham ações fundamentais para propagação de enunciados negacionistas, propaganda de conspirações e práticas autoritárias de extrema-direita. No caso do *YouTube* a empresa detentora da plataforma, a *Google*, além de ignorar as consequências políticas do fenômeno da “toca do coelho”, também permitiu a ampla veiculação de discursos negacionistas no conteúdo dos vídeos publicados na plataforma e a veiculação de anúncios publicitários de desinformação.

Compatíveis com os dispositivos autoritários de extrema-direita e beneficiada pelas práticas de modulação e manipulação de plataformas digitais, a Produtora Brasil Paralelo⁵⁸ obteve destaque nas redes *online*. A produtora (criada em 2016⁵⁹ por Filipe Valerim, Lucas Ferrugem e Henrique Viana) inicialmente se apresentou “[...] como uma empresa cinematográfica, focada na realização de documentários históricos. Hoje, eles se autodescrevem como uma ‘plataforma de educação política’, oferecendo uma variedade de serviços [...]” (TURIN, 2020, p. 21). Mais do que um canal, perfil ou página em plataformas digitais, a Brasil Paralelo vende-se sob dispositivos e artefatos tecnológicos sob o formato de plataforma digital de venda de produtos por assinatura.

O nome da produtora Brasil Paralelo, como frisou Escorel (2019), foi originário de uma inspiração do filme *Interestelar* (2014), do qual Valerim declarou-se fã e extraiu o nome de sua interpretação do personagem que, no filme, salva a humanidade a partir de um “universo paralelo”. A partir dessa interpretação para o nome fantasia da produtora, os donos da produtora se valeram do imaginário de salvadores da pátria a partir de narrativas paralelas à “grande mídia” e às universidades, por eles consideradas como doutradoras em favor da conspiração do “marxismo cultural”.

A produtora, nesse cenário polarizado, tenta se legitimar enquanto construtora de narrativas historiográficas. No entanto, assim como os autointitulados “revisores” que negavam a história apontados por Vidal-Naquet (1988), a produtora ocupa-se em produzir, veicular e vender propagandas de extrema-direita (sob práticas de

⁵⁸Nome fantasia cuja Razão social é: LHT Higgs Produções Audiovisuais LTDA.

⁵⁹Mesmo ano em que ocorreu a deposição de Dilma Rousseff da presidência da República e a eleição de Donald Trump como presidente dos Estados Unidos da América.

desinformação e negacionismo dos enunciados e das práticas acadêmico-científicas) para legitimação de dispositivos autoritários e obtenção de lucro. Embora possua seu próprio endereço eletrônico, um dos principais meios de veiculação de seus produtos audiovisuais é seu canal na plataforma *YouTube*.

Ainda que a produtora reivindique para si independência diante do poder público e, como frisaram Picoli, Chitolina e Guimarães (2020, p. 4), afirmem veicular seus produtos “[...] de uma forma imparcial, apartidária, livre de qualquer contaminação ideológica [...]”, sua ascensão está atrelada à ascensão da extrema-direita ao poder sob Jair Bolsonaro. Recomendados pela família Bolsonaro⁶⁰ em seus perfis oficiais de plataformas digitais como o *Twitter*, os enunciados produzidos e disseminados pela Brasil Paralelo operam em favor da legitimação de ideologias e dispositivos autoritários.

As práticas de desinformação e negacionismos da Brasil Paralelo reivindicam o direito à liberdade de expressão para enunciação de narrativas que afirmadas sob pretensos valores científicos e democráticos “[...] menospreza a democracia e a ciência.” (PICOLI; CHITOLINA; GUIMARÃES, 2020, p. 4). Os conteúdos veiculados e vendidos pela Brasil Paralelo que Picoli, Chitolina e Guimarães (2020, p. 9) alocaram enquanto “educação não formal”, são fundamentados “[...] pela via oposta ao método científico: parte-se de uma conclusão e elegem-se argumentos para sustentá-la.”.

Ao passo que aferem lucro da legitimação dos discursos autoritários por meio de visualizações em seus vídeos no *YouTube* e via assinaturas em sua própria plataforma de streaming, as narrativas de propaganda da produtora contribuem à permanência de Jair Bolsonaro no poder. A evocação de um pretenso nacionalismo cultuado pelos “patriotas” da Brasil Paralelo configura para Picoli, Chitolina e Guimarães (2020, p. 11) enquanto “programa” anti-intelectual que “[...] fica evidente quando termos como ‘missão’ e ‘antídoto’ são utilizados nas entrevistas e nas produções audiovisuais na denúncia à presumida perversão ideológica da mídia e da escola.”. A Brasil Paralelo faz uso de uma pretensa imparcialidade que,

De um lado se apresenta como a portadora da verdade factual, já que não se permitiu corromper por ideologias que iriam contaminar a

⁶⁰Os produtos da Brasil Paralelo foram indicados por perfis pessoais de Jair Bolsonaro (presidente eleito em 2018) e de três de seus filhos também eleitos para ocupação de cargos públicos: Flávio Bolsonaro (eleito senador da República em 2018 pelo estado do Rio de Janeiro), Eduardo Bolsonaro (eleito deputado federal em 2018 pelo estado de São Paulo) e Carlos Bolsonaro (eleito vereador pela cidade do Rio de Janeiro em 2016).

narrativa. De outro lado afirma que as críticas (inclusive a necessária crítica das fontes) apenas provem que o cenário (acadêmico, midiático, político e cultural) está dominado por perspectivas ideológicas que procuram impedir que a verdade seja revelada. (PICOLI; CHITOLINA; GUIMARÃES, 2020, p. 12).

Sendo assim, as narrativas enunciadas pela Brasil Paralelo reproduzem afirmações conspiratórias que, à medida em que contrapostas por enunciados racionais, recorrem novamente às práticas de desinformação expostas por Froehlich (2017, 2020) para recompor os enunciados conspiratórios.

Em razão do aniversário do golpe civil-militar de 1964, que deu início à ditadura militar brasileira (1964-1985), a produtora Brasil Paralelo lançou em 31 de março de 2019 o filme “1964: o Brasil entre armas e livros” (1964: O BRASIL..., 2019). A obra audiovisual foi veiculada no canal da produtora no *YouTube* em 02 de abril de 2019, da qual é possível documentar como artefatos tecnológicos, atores, ações e práticas de informação podem ser utilizadas para manipular memórias sobre a ditadura militar e legitimar dispositivos autoritários em um regime de (des)informação negacionista de extrema-direita. Dessa forma, no próximo capítulo iremos analisar esse documento.

6 REGIME DE (DES)INFORMAÇÃO E NEGACIONISMO DO DOCUMENTO

AUDIOVISUAL 1964: O BRASIL ENTRE ARMAS E LIVROS

A composição do filme “1964: o Brasil entre armas e livros” foi mediada por conjuntos de práticas cujas ações de informação demarcaram a materialidade das relações de saber e poder e de memória e esquecimento dos atores no documento. A produtora Brasil Paralelo reuniu sujeitos e movimentos de extrema-direita incorporando e unificando narrativas negacionistas desses grupos em seus documentos audiovisuais. Prática empregada no passado pela Ação Integralista Brasileira (AIB)⁶¹ para sua composição original enquanto partido (FAGUNDES, 2009). Desse modo, a seleção de atores para o processo de afirmação dos enunciados conspiratórios negacionistas da Brasil Paralelo esteve ideologicamente alinhada com narrativas de extrema-direita da base eleitoral do presidente do Brasil eleito em 2018, Jair Messias Bolsonaro.

Embora a produtora reivindique para si uma alocação política liberal, essa identificação não implica necessariamente uma atribuição a valores democráticos e compreensão das necessidades de emancipação humana. A filosofia do individualismo na gênese do pensamento racionalista europeu apresentou contradições em seu processo de enunciação ao passo que circunscreveu conhecimentos científicos e valores de liberdade em favor de processos de dominação e controle de existências consideradas “não-civilizadas”. (ALMEIDA, 2020).

As premissas autoritárias colonialistas, que foram objeto de crítica inclusive de autores liberais como Mises (2010), se afirmaram no liberalismo sob a égide civilizatória ao contestarem a emancipação humana e, contraditoriamente, afirmarem-na para legitimação de processos de exploração. No entanto, há que se diferenciar alocações políticas democráticas liberais que, apesar da manutenção de processos de exploração que necessitam ser superados e são passíveis de crítica, também foram alocadas por narrativas conspiratórias negacionistas de extrema-direita, sob a alcunha do “[...] demoliberalismo [...]”, como caminho à “[...] revolução bolchevique [...]” (MILMAN, 2000, p. 122). As ideologias liberais democráticas se diferenciam de alocações políticas contemporâneas identificadas como ultraliberais no presente estudo. Sob essa identificação, o ultraliberalismo rechaça quaisquer possibilidades de

⁶¹Cf. nota explicativa 39 no capítulo 3 desta obra.

crítica aos privilégios colonialistas a que se vinculam ideologicamente, perpetuam narrativas de um liberalismo econômico radical e trazem consigo dispositivos conservadores autoritários.

Embora entre críticas ao colonialismo Mises (2010) tenha feito menção às “boas intenções” do fascismo europeu e tenha minimizado a vinculação do liberalismo com as práticas autoritárias, através da ditadura do general Augusto Pinochet⁶² no Chile as bases ultraliberais das práticas de dominação despótica chilena foram evidenciadas de modo categórico (FAGUNDES, 2013). No bojo da “liberalização” de Pinochet e que viria a atuar como “fiador” no Brasil sob o governo de Bolsonaro, Gaspar (2018) destacou o ministro Paulo Guedes que, vinculado à chamada Escola de Economia de Chicago, atuou como professor na Faculdade de Economia e Negócios, da Universidade do Chile, a convite do diretor da faculdade e também diretor de Orçamento da ditadura de Pinochet.

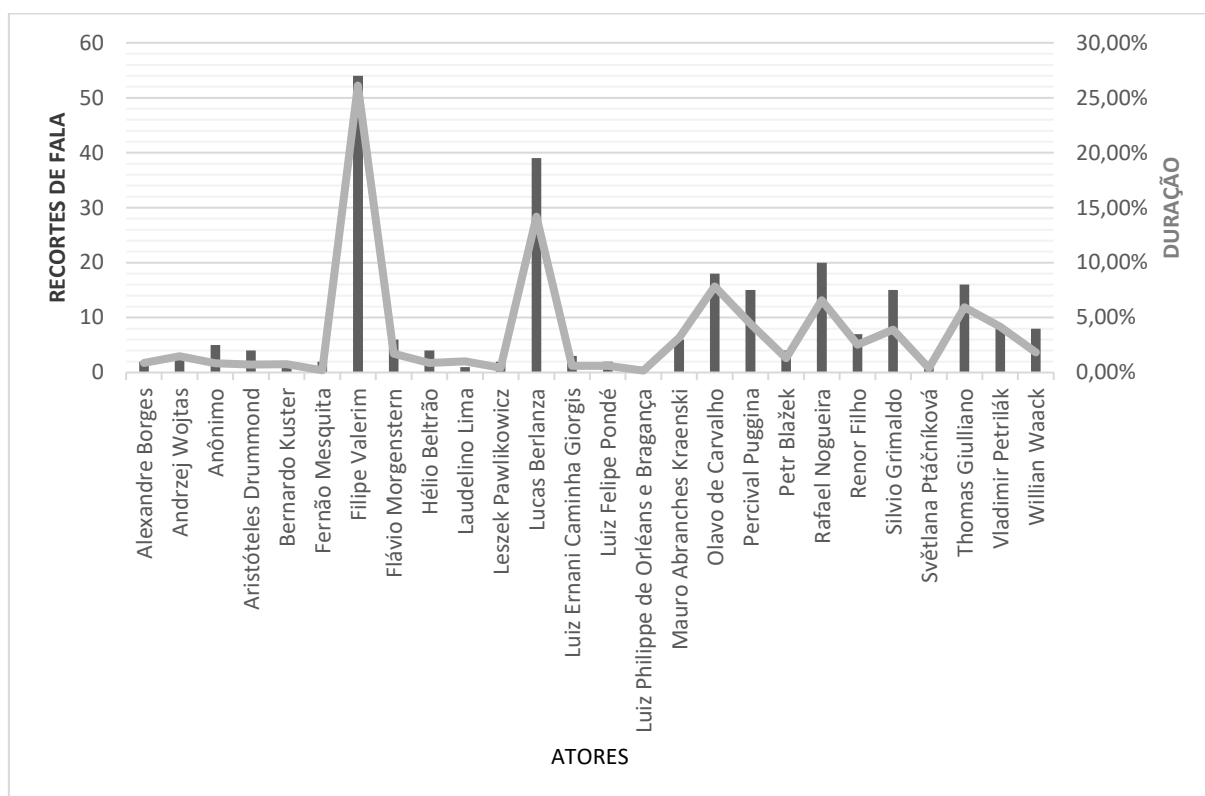
Para a ideologia político-econômica de Guedes, como evidenciou Gaspar (2018), não havia relevância intelectual estar sob um regime autoritário em uma instituição comandada pela ditadura. A irrelevância direcionada às práticas autoritárias da ditadura de Pinochet no Chile pelo ultraliberalismo de Guedes, desde que beneficiassem a entidade “Mercado”, também estiveram presentes em sua aproximação com Jair Bolsonaro e, ainda mais, foram fundamentais para o embarque de empresários e financistas no projeto de poder autoritário e negacionista de Bolsonaro (GASPAR, 2018). A adesão dos ultraliberais à base governista de Bolsonaro ocorreu em meio a um processo de intensificação de afirmações

⁶²Augusto José Ramón Pinochet Ugarte (1915-2006) foi um ditador e general chileno que comandou a ditadura militar iniciada com o bombardeio do Palácio presidencial do Chile que levou à morte o presidente Salvador Allende em 11 de setembro de 1973 “[...] seguida nas semanas seguintes de devastadora ação repressiva em massa, resultando em alto número de presos, executados, torturados, decretos militares, implantação de Estado de Sítio e toque de recolher, ocupação militar de ruas, fábricas e repartições públicas, bombardeio de rádios e sindicatos, censura da imprensa, invasão de domicílios, [...] dissolução do Parlamento, suspensão dos partidos políticos, das organizações populares do governo Allende, dos colégios profissionais, anulando-se direitos trabalhistas, entre outras medidas autoritárias [...]” (MOTA, 2020, p. 22-23). Sob ditadura de Pinochet foram implementadas, para os civis, políticas econômicas ultraliberais radicais vinculadas a economistas alinhados à Escola de Chicago sob forte anticomunismo manifesto em destruição de bibliotecas com queimas de livros, manutenção de violações de direitos humanos com milhares de pessoas presas, torturadas, estupradas e assassinadas no país ou no exílio. Entre as práticas autoritárias, Pinochet também endossou o alemão Paul Schaefer, líder da seita “Colônia Dignidade” que era amigo pessoal do ditador chileno. Schaefer foi filiado ao partido nazista alemão, estuprava crianças em sua colônia e auxiliou o *Dirección de Inteligencia Nacional* (DINA), serviço secreto do regime, no combate aos opositores de Pinochet. A ditadura de Pinochet findou, depois de um plebiscito, com a eleição e posse do presidente civil Patricio Aylwin em 1990. (FAGUNDES, 2018; MOTA, 2020; PALACIOS, 2018; SEITZ, 2016).

ideológicas enraizadas em alocações de extrema-direita, segundo a topologia política de Bobbio (1995). Assim, atores sob essa alocação política ultraliberal tiveram representação preponderante no filme com as ações de informação de membros da produtora e entre os convidados.

No processo de enunciação das narrativas no filme, as falas dos atores foram divididas e distribuídas ao longo do documento audiovisual. Esses enunciados foram analisados a partir da soma do número de recortes de fala dos atores e a duração de sua participação na obra, como exposto na Figura 1.

FIGURA 1 – Participação dos atores no documento audiovisual



Fonte: elaborado pelo autor e gerado com *Microsoft Excel*.

Em comum com outras ideologias de extrema-direita, o ultraliberalismo se afirmou sob narrativas de memória de um passado conservador idealizado e sob constante fantasmagoria comunista que, no documento audiovisual em análise, como destacaremos, teve na legitimação da ditadura militar brasileira a sua convergência discursiva negacionista. A veiculação dos recortes dos atores sociais privilegiou uma

mesma narrativa conspiratória⁶³ por meio de um dos proprietários da produtora Brasil Paralelo, Filipe Valerim, em que a construção da narrativa com outros atores se ocupou em tentar estabelecer legitimidade às afirmações da narração.

Entre as ações de informação do filme (1964: O BRASIL..., 2019), a narração pelo sócio da Brasil Paralelo se destacou. Valerim foi o sujeito que mais apresentou enunciados, 54 recortes entre 267, totalizando 26,11% da duração do filme. Ainda em afirmações iniciais, Valerim vinculou a narrativa da produção a um enfrentamento moral pela revelação da verdade cuja participação combativa é possível através da aquisição dos produtos vendidos pela Brasil Paralelo. Assim como pelo engajamento em suas produções de acesso gratuito contendo uma identificação de “Brasil” restrita aos sujeitos que sustentam essa narrativa de um passado conservador autoritário idealizado.

Ainda que apenas os enunciados afirmados por Valerim sejam analisados é possível verificar as práticas de desinformação utilizadas no processo de construção da narrativa principal. As taxonomias de Froehlich (2020) podem ser exemplificadas por meio de afirmações enunciadas por Valerim, visto que o uso de afirmações simplificadas com omissão de contexto, mentiras deliberadas etc., foram práticas constantes no processo de enunciação. A narração de Valerim no filme (1964: O BRASIL..., 2019, 6min16s)⁶⁴ iniciou afirmando elementos atribuídos à Revolução Russa (1917), com destaque a “assaltos a bancos” e ao assassinato da família czarista Romanov. A linguagem foi pensada com o objetivo de estabelecer conexão de processos históricos complexos com estereótipos de atores políticos opositores à Ditadura Militar (1964-1985) e opositores ao avanço da extrema-direita após a derrubada de Dilma Rousseff, em 2016.

Os atores sociais da Revolução Russa (1917) foram alocados numa perspectiva mística conspiratória onde sujeitos históricos foram destituídos de uma análise histórica e foram afirmados “[...] Lênin como deus e Stálin e Trotsky como papas vermelhos.” (VALERIM, apud 1964: O BRASIL..., 2019, 6min16s). Igualmente, os enunciados místicos foram afirmados para manutenção do controle social de

⁶³Reafirmada já no início do documento audiovisual com *prints* de veículos de comunicação e páginas de plataformas digitais acerca da repercussão do lançamento do filme acompanhados de 5 áudios anônimos, totalizando 0,83% da duração do longa-metragem, atribuídos a professores/alunos impedidos de veicular o filme nas instituições acadêmicas.

⁶⁴A indicação de tempo em citações diretas de texto extraído da transcrição do filme apontam o recorte onde se iniciou a fala do ator especificamente, na qual é possível recuperar o contexto do enunciado.

sujeitos individualizados usuários das plataformas pelo medo ao passo que as práticas autoritárias soviéticas foram generalizadas à totalidade de sujeitos e instituições apresentados pela narrativa como partícipes da conspiração do “reino do terror vermelho”, em um imaginário místico abstrato com atribuições semelhantes ao inferno do cristianismo.

A contraposição maniqueísta apontou nos valores cristãos e valores de “mercado capitalista” ocidental os aspectos da salvação mundial atribuída aos Estados Unidos que, de sua “grandeza” econômica e bélica foi “[...] a força imprescindível que derrotou os nazistas [...]” (VALERIM, apud 1964: O BRASIL..., 2019, 7min05s). Da mesma forma, na fala de Valerim: foi omitido o papel soviético na derrota do Eixo; os EUA foi apontado como salvadores da economia europeia devastada pela guerra com empréstimos do Plano Marshall; e os EUA juntamente com os demais países capitalistas sob liderança estadunidense apenas reagiram – inclusive com a criação da OTAN – à “fúria” totalitária soviética em um processo de disputas de “[...] cada palmo do planeta Terra nos campos da ciência, da indústria, do espaço, do esporte e da força bélica.” (VALERIM, apud 1964: O BRASIL..., 2019, 11min38s).

Após exemplificar as disputas na Alemanha, na China e nas Coreias onde se manteve a retórica da URSS como o “mal” e os EUA como o “bem”, o discurso voltou-se à crise dos mísseis em Cuba e temor internacional diante da ameaça nuclear para afirmar mudanças de confrontos diretos entre as duas potências em favor de disputas via serviços de inteligência durante a Guerra Fria. Assim, em afirmação simplista, a Guerra Fria foi apresentada como uma disputa entre “bem” *versus* “mal”. Por exemplo, na omissão do funcionamento de serviços secretos de países ocidentais ao apontar “[...] forças ocultas que operavam nas sombras [...]” (VALERIM, apud 1964: O BRASIL..., 2019, 15min33s), vinculando exclusivamente a espionagem dos serviços de inteligência do bloco soviético à desinformação.

Em suma, a apresentação dessas afirmações introduziram a pecha moral atribuída ao campo acadêmico-científico contemporâneo que o filme da Brasil Paralelo objetivou deslegitimar e atacar como propaganda comunista “[...] que repetida muitas vezes torna-se parte da história [...]” (VALERIM, apud 1964: O BRASIL..., 2019, 15min33s). A ação de enunciar premissas falsas para desqualificar os saberes acadêmico-científicos, especialmente os que apresentam enunciados estabilizados divergentes às narrativas negacionistas veiculadas foi empregada na tentativa de

dissuadir comparações entre os enunciados acadêmico-científicos e o livro “1964 - o elo perdido” de Kraenski e Petrilák (2017) em privilégio à narrativa conspiratória do filme.

O marco temporal do filme se assemelhou à narrativa adotada pelo relatório Orvil (FIGUEIREDO, 2009) apresentando narrativas de memória da caserna sobre a gênese do comunismo e os processos sociais internacionais a ele relacionados pela narrativa do filme. Valerim (apud 1964: O BRASIL..., 2019) retornou cronologicamente ao início do século XX para abordar a fundação do Partido Comunista Brasileiro (PCB), a atuação política de Luís Carlos Prestes e a Intentona Comunista⁶⁵. Ainda que a investida autoritária da Intentona Comunista tenha fracassado, o filme reafirmou as narrativas conspiratórias judaico-bolcheviques do militar integralista e um dos principais atores do golpe de 1964, Olympio Mourão Filho (MENESES, 2019) presentes no Plano Cohen e omitiu o autoritarismo anticomunista vinculado aos militares brasileiros que foi frisado por Bauer (2019).

No bojo da conspiração afirmada, o projeto arquitetônico e urbanístico de Brasília e as demais políticas econômicas “desenvolvimentistas” foram enunciadas como “provas” do plano de dominação comunista e simplificando a crise econômica no período pré-golpe de 1964 ao “[...] plano de fazer 50 anos em 5 [...]” de Juscelino Kubitschek para adequar a narrativa de processos históricos à memória de extrema-direita (VALERIM, apud 1964: O BRASIL..., 2019, 37min29s).

Jânio Quadros, por sua vez, foi enunciado como sujeito desorientado para desvincular sua imagem de seus apoiadores à direita, cuja renúncia em 1961 abriu espaço para João Goulart, um sujeito associado à Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek e “[...] outras ditaduras populistas latino-americanas [...]” (VALERIM, apud 1964: O BRASIL..., 2019, 42min46s). O negacionismo da “teoria dos dois demônios”, como apontou Napolitano (2015), teve impacto na narrativa ideológica do filme. No entanto, a afirmação do negacionismo da Brasil Paralelo voltou-se à alocação de Goulart e das esquerdas ao comunismo autoritário soviético do mesmo modo apresentado em narrativas do relatório Orvil (FIGUEIREDO, 2009). O autoritarismo de direita foi omitido por Valerim, que promoveu uma associação mística de demonização de movimentos sociais, eventos políticos e acadêmicos que, segundo a narrativa

⁶⁵Cf. nota explicativa 38 no capítulo 3 desta obra.

apresentada, contavam com “[...] agentes do serviço secreto da Tchecoslováquia, de Cuba e da KGB.” (VALERIM, apud 1964: O BRASIL..., 2019, 51min13s).

A criminalização das “reformas de base”, que consistiram em políticas públicas defendidas por Goulart ocorreu, à luz da defesa do ultraliberalismo no filme, para servir de premissa aos ataques à Constituição de 1988 e legitimação de dispositivos autoritários contemporâneos sob o governo Bolsonaro. Como afirmou Froehlich (2020) ao refletir sobre os estudos de Pettigrew, alocações políticas moderadas que resultem em práticas democráticas emancipatórias são perigosas e imorais para sujeitos de extrema-direita. Ao mesmo tempo em que apontaram ampla mobilização urbana e rural “de comunistas” em favor das “reformas de base”, afirmaram que “[...] os brasileiros assistiam à radicalização [...]” e “[...] o povo saiu às ruas [...]” contra a “ameaça comunista”. (VALERIM, apud 1964: O BRASIL..., 2019, 56min31s). No filme, o ser brasileiro e “o Brasil” eram formados apenas por sujeitos e instituições alinhados ao discurso anticomunista representado nas “Marchas da Família com Deus pela Liberdade”.

O papel dos militares no golpe civil-militar de 1964 foi reduzido ao papel moderador para “[...] dar continuidade à revolução [...]” assim como foi realizado com os Estados Unidos no cenário mundial (VALERIM, apud 1964: O BRASIL..., 2019, 1h11min18s). Os Atos Institucionais foram apontados como frutos das disputas entre dois grupos de militares, mas com o objetivo de remover os comunistas das instituições de poder. Novamente os militares são veiculados como resposta ao “terrorismo comunista” que existia “[...] mesmo antes de 1964 [...]” e que “[...] após o 31 de março [...] passaram a adotar métodos hediondos e submetem o Brasil a anos tenebrosos.” (VALERIM, apud 1964: O BRASIL..., 2019, 1h21min12s).

Essa generalização foi seguida pelo ataque à mídia e à academia, onde Valerim afirmou que “[...] essa é uma verdade pouco noticiada nos anos seguintes pela imprensa e academia brasileira, que tratou tudo como uma luta contra a ditadura e pela democracia.” (VALERIM, apud 1964: O BRASIL..., 2019, 1h21min12s). O campo historiográfico foi especialmente atacado com a afirmação de que “[...] é a mentira, que de tão repetida tornou-se história.” (VALERIM, apud 1964: O BRASIL..., 2019, 1h23min55s).

Os saberes acadêmico-científicos – assim como de produções culturais, artísticas e jornalísticas não acadêmicas – foram alocados como integrantes de uma conspiração cultural marxista ou mais especificamente “gramscista” tal como afirmado

pelo general Coutinho, que de acordo com Figueiredo (2009), foi um dos guardiões de cópias do relatório Orvil e autor dos livros “Cadernos da Liberdade” e “A Revolução Gramscista no Ocidente”. As narrativas conspiratórias do “gramscismo cultural” foram utilizadas amplamente para atacar as universidades, imprensa, movimentos sociais e até a chamada “reabertura promovida” pelo ditador Geisel através do general Golbery do Couto e Silva.

A narração deturpada de Valerim apontou o autoritarismo no AI-5 sob Médici e Geisel, mas relacionou “o fim do milagre econômico” a uma vinculação de Geisel às políticas desenvolvimentistas e ao “gramscismo cultural”. Por exemplo, novamente demonstrando total falta de relação com os fatos e acontecimentos, a narrativa da Brasil Paralelo afirmou que o período em que se intensificou o autoritarismo, os erros da ditadura militar foram vinculados às pautas associadas às esquerdas que estariam dentro do governo militar, em uma tentativa negacionista de dissociar o regime militar da alocação política de direita. A Anistia foi apresentada como perdão dado aos dois lados da “guerra civil” que colaborou para o retorno de atores políticos “comunistas” e apresentou ataques à Constituição de 1988 – cujas propostas teriam colocado “[...] o Brasil à beira de uma guerra civil, que provocaram uma intervenção militar [...]” (VALERIM, apud 1964: O BRASIL..., 2019, 02h01min09s).

Ou seja, mesmo que entrem em contradição quanto a existência ou quase existência de uma “guerra civil” anistiada, os enunciados negacionistas foram recombinaados, como destacou Milman (2000), para legitimar os interesses dos atores da narrativa. Valerim (apud 1964: O BRASIL..., 2019) finalizou sua fala com ataques à Constituição de 1988 e aos atores políticos vinculados a alocações políticas opostas ao extremismo de direita militarista e afirmou como vítimas os agentes de perseguição ditatorial, como o coronel torturador Ustra. Por fim, o proprietário da Brasil Paralelo generalizou acusações de corrupção contra comunistas e desenvolvimentistas tal como feito pelos grupos de extrema-direita europeus contra “bolcheviques e demoliberais” (MILMAN, 2000).

A alocação ideológica ultraliberal também foi evidente nas intervenções de Lucas Berlanza, segundo sujeito que mais atuou na enunciação de afirmações no filme (em 14,17% do tempo distribuído em 39 recortes) e membro do Instituto Liberal⁶⁶.

⁶⁶Instituto criado por Donald Stewart Jr. no Rio de Janeiro em 1983 que conta com institutos análogos e núcleos municipais para defesa e difusão de narrativas político-ideológicas ultraliberais. Entre as suas atividades traduziu obras de autores como Ludwig von Mises e Friedrich Hayek, publicou

A atuação de Berlanza iniciou com enunciação de Jânio Quadros como um sujeito confuso por se apresentar “independente” diante da polarização mundial, eleito com um discurso de combate à corrupção e de política interna “[...] mais ponderada do que a do Juscelino [...]” (BERLANZA, apud 1964: O BRASIL..., 2019, 38min51s), reforçando o estereótipo desenvolvimentista sob o prisma ultraliberal. A ponderação no cenário afirmado por Berlanza ficou a cargo de sua narrativa sobre Carlos Lacerda, símbolo ultraliberal de equilíbrio diante da “loucura” de Quadros e da vinculação atribuída a Goulart com o “nacional-populismo” e com o Komintern.

A partir dessas afirmações, a narrativa apresentou o desenvolvimentismo e o presidencialismo por Goulart como perigo ao vinculá-lo à extrema-esquerda com base em afirmações genéricas sobre a existência de livros, intelectuais e registros. Decerto, existem bibliografias de apoiadores dos militares golpistas que apontam a vinculação de Goulart e das esquerdas com dispositivos autoritários de extrema-esquerda (FIGUEIREDO, 2009; MOREIRA, 2013; SANTOS, 2016). No entanto, se constituem predominantemente em narrativas literárias de memórias subterrâneas figadais de militares ligados à ditadura militar e civis de extrema-direita cuja visibilidade foi amplificada pelas plataformas digitais.

Na tentativa de reapresentar uma narrativa que atribui aos militares uma resposta ao “golpe iminente de esquerda”, Berlanza (apud 1964: O BRASIL..., 2019) afirmou que a existência de bandeiras de partidos criminalizados entre o público nos discursos de Goulart evidenciariam que o conteúdo discursivo não era democrático, o que não possui vínculo de causalidade. Porém, essa alocação de todas as forças políticas golpeadas em 1964 como revolucionárias de extrema-esquerda foi uma ação importante no processo de relativização do golpe como “[...] a solução que as forças políticas encontraram naquele momento para equacionar o problema. É muito fácil a gente julgar as coisas do ponto de vista de hoje, mas tecnicamente houve um golpe [...]”. (BERLANZA, apud 1964: O BRASIL..., 2019, 1h04min47s).

Assim como o golpe civil-militar de 1964 enunciado como “Revolução”, o Ato Institucional nº 1 foi relativizado como “[...] o que os revolucionários da época do regime entendiam que era necessário para fazer essa purga [...]” com relação a cassação de direitos políticos de opositores. (BERLANZA, apud 1964: O BRASIL...,

trabalhos nacionais como de Ricardo Vélez-Rodríguez e possui publicações periódicas de colonistas em seu endereço na *web* [<https://www.institutoliberal.org.br/>]. Atualmente tem entre os nomes de sua chefia Rodrigo Constantino e Lucas Berlanza. (QUEM..., acesso em 13 fev. 2021).

2019, 1h13min48s). Berlanza (apud 1964: O BRASIL..., 2019) apresentou ainda a oposição do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) como uma oposição com “vitalidade” e somente quando Carlos Lacerda se tornou alvo do autoritarismo militar em 1968, ano em que o Ato Institucional nº 5 foi implementado, criticou os “excessos” do regime admitindo a existência de uma ditadura militar. O fortalecimento do autoritarismo na ditadura militar foi associado pela narrativa do filme a um “feitiço”, uma “ilusão keynesiana”, reafirmando os vínculos da ditadura com a extrema-esquerda e o desenvolvimentismo como justificativa para os fracassos econômicos dos militares.

Assim como defendido pelo general Raymundo Negrão Torres em seu livro “Nos porões da ditadura” em 1998 (SANTOS, 2016) e pelo grupo Ternuma (MOREIRA, 2013), o governo de Fernando Henrique Cardoso foi apresentado no filme como alvo de infiltração comunista em reação ressentida pelas políticas de memória implementadas pela Lei nº 9.140, de 04 de dezembro de 1995 (Lei dos Desaparecidos Políticos no Brasil). A narrativa conspiratória do “gramscismo cultural” foi retomada para ataque às universidades e a Fernando Henrique Cardoso sob a alegação de que os comunistas não eram censurados nas universidades, pois os militares só “[...] censuravam besteiras [...]” (BERLANZA, apud 1964: O BRASIL..., 2019, 1h45min58s) e “[...] essa ideia do terror da repressão é muito exagerada.” (BERLANZA, apud 1964: O BRASIL..., 2019, 1h47min07s).

Sob o regime de Figueiredo, Berlanza (apud 1964: O BRASIL..., 2019) afirmou que a Anistia ocorreu devido ao cansaço e às disputas internas com a “linha dura”, a quem admitiu a possibilidade de responsabilidade (mantendo aberto o questionamento de possível responsabilização das esquerdas) pelo atentado do Riocentro⁶⁷. A redemocratização foi apresentada como um processo fortemente impactado pela “conspiração comunista” da teologia da libertação, do “gramscismo”, do PT e do Foro de São Paulo seguido de relativização ao autoritarismo militar:

[...], mas olhando pra trás, avaliando um conjunto, nós pensamos: questione-se! Como se queira, os caminhos que elas escolheram, os

⁶⁷Foi uma explosão acidental a bomba que frustrou uma ação terrorista de oficiais, ocorrido em um carro estacionado próximo a um centro de convenções com aproximadamente 20 mil pessoas no Riocentro, na cidade do Rio de Janeiro em 30 de abril de 1981. A bomba explodiu no colo do sargento do Exército Guilherme Pereira do Rosário, que a carregava, ferindo gravemente o motorista, dono do carro, capitão e paraquedista Wilson Luís Chaves Machado que servia no DOI-CODI do I Exército. (RIOCENTRO..., acesso em 30 abr. 2021).

meandros e as especificidades desse caminho, tomaram decisões difíceis, que precisam ser julgadas levando isso em conta. Levando a dificuldade da decisão em conta. Levando a dificuldade do cenário em conta, levando em conta que havia uma disputa de civilizações no mundo todo. De ideais de outro, e ao mesmo tempo quantas oportunidades foram perdidas ao longo desse período. (BERLANZA, apud 1964: O BRASIL..., 2019, 1h58min52s).

A fala de Berlanza (apud 1964: O BRASIL..., 2019) finalizou com críticas aos direitos garantidos pela Constituição de 1988, característico entre atores ultraliberais no filme. A representação de instituições de autoidentificação liberal, que estão alocados numa ideologia ultraliberal na economia e conservadora quanto aos processos de emancipação humana não se restringiram a Valerim e Berlanza. O longa-metragem da Brasil Paralelo contou com a participação de Alexandre Borges, então diretor do Instituto Liberal. Borges foi o publicitário contratado exclusivamente para a campanha eleitoral de Flávio Bolsonaro à Prefeitura do Rio de Janeiro, pelo Partido Social Cristão (PSC) em 2016 (SEARA, 2016).

No filme, a participação de Borges (apud 1964: O BRASIL..., 2019) ficou restrita a reafirmar a construção de Brasília como evidência de uma “conspiração comunista” e um lamento de que com a morte de João Goulart, Juscelino Kubitschek e Carlos Lacerda o Brasil ficou sem alternativas políticas anticomunistas de centro ou liberal de direita. A curta narrativa de Borges alocou Goulart e Kubitschek em um posicionamento diferente do adotado por Valerim e Berlanza ao vinculá-los ao anticomunismo e não ao desenvolvimentismo “cavalgado” (como dito por Berlanza ao se referir a Goulart) pela extrema-esquerda.

O Instituto Mises Brasil⁶⁸ também teve participação no filme com a figuração de seu presidente Hélio Beltrão que possui uma próxima relação com o ministro Paulo Guedes a quem considera a “consciência” do governo Bolsonaro (SE BOLSONARO..., 2020) e, de acordo com Epstein (2019), chegou a afirmar a perda de pessoal para o governo. A naturalização da centralidade econômica estadunidense sob o prisma ultraliberal foi um ponto central da participação de Beltrão no filme ao falar da

⁶⁸O Instituto Ludwig von Mises Brasil atua com defesa e difusão de narrativas teóricas e político-ideológicas ultraliberais. (SOBRE..., acesso em 13 fev. 2021). Entre suas atividades há tradução e divulgação de obras da Escola Austríaca de Economia, venda de cursos livres sobre autores e narrativas defendidas e publicações em seu endereço na web [<https://www.mises.org.br/>] e na Revista “Mises: Revista Interdisciplinar de Filosofia, Direito e Economia” avaliada pela Qualis Periódico da CAPES no quadriênio 2013-2016 como B5 (em sociologia) e C (em ciência política e relações internacionais, direito, economia, ensino, história e linguística e literatura).

“migração” do ouro para os Estados Unidos e atacar os direitos sociais garantidos pela Constituição de 1988 que “[...] promete gratuidade para todos [...]”, mas o que “[...] vai conseguir entregar é mediocridade para todos.” (BELTRÃO, apud 1964: O BRASIL..., 2019, 2h02min47s).

Ainda em uma alocação ideológica político-econômica ultraliberal e conservadora, no filme encontram-se o filósofo Luiz Felipe Pondé (2012) autor do “Guia Politicamente Incorreto da Filosofia” e os jornalistas Fernão de Mesquita⁶⁹ e Willian Waack⁷⁰. Tal presença foi mais uma evidência da parcialidade do filme. Enquanto Pondé e Waack reforçaram a narrativa de conspiração gramscista no campo acadêmico, Mesquita ocupou-se de reforçar a generalização de que todo o Brasil apoiou o golpe de 1964 silenciando-se diante dos brasileiros que foram opositores ao golpe civil-militar. (1964: O BRASIL..., 2019). Entretanto, as participações de Borges, Beltrão, Pondé, Mesquita e Waack no filme figuraram mais pela representação de “autoridades cognitivas” (FROEHLICH, 2020) que a visibilidade midiática lhes outorgam, para legitimar o filme, do que pelo conteúdo de seus breves enunciados que juntos somam 4,4% da duração do longa-metragem.

As memórias subterrâneas de militares e civis também foram defendidas no filme por sujeitos como o coronel Luiz Ernani Caminha Giorgis, Olavo de Carvalho, Percival Puggina e Aristóteles Drummond. Para o coronel Giorgis (apud 1964: O BRASIL..., 2019), a fuga de Brizola e Goulart do país após o golpe de 1964, por ele chamado de “exoneração do cargo” foi considerada um reforço à narrativa de serem conspiradores. O coronel apresentou uma simplificação da narrativa de memória do período onde manteve silêncio acerca do contexto de perseguição aos chamados subversivos como exemplificado pelas movimentações militares de Mourão Filho e mais adiante pela cassação de direitos políticos pelo AI-5, ambos acontecimentos citados no filme (1964: O BRASIL..., 2019).

Em uma das primeiras falas do filme, Puggina (apud 1964: O BRASIL..., 2019, 4min44s) apresentou uma grande contradição na narrativa ao afirmar que “[...] é praticamente impossível que alguém que não tenha vivido a guerra fria tenha

⁶⁹Cuja família comanda o grupo responsável pelo Jornal O Estado de São Paulo, também chamado de Estadão.

⁷⁰Jornalista que foi demitido da Rede Globo após repercussão de episódio de preconceito racial registrado em vídeo, dos bastidores da cobertura da emissora da eleição de Donald Trump como presidente dos Estados Unidos em 2016, ter sido amplamente compartilhado e criticado em plataformas digitais. (APÓS..., 2017).

condições de avaliar as condições pelas quais foram possíveis os acontecimentos no mês de março de 1964 [...]” seguida de falas de atores que não viveram o período e são apresentados como especialistas. A frágil argumentação acompanhada de falácias lógicas, que como salientou Froehlich (2017) são comuns em discursos de propaganda, visou deslegitimar as narrativas historiográficas acadêmicas. Basicamente recorrente a discursos negacionistas, esse processo falacioso ocorreu por meio de ataque aos atores sociais que não recorreram ao que Napolitano (2015) chamou de “redes de sociabilidade privada” alinhados ao autoritarismo de extrema-direita para produzir informações sobre o período.

O conteúdo das afirmações de Puggina reafirmou uma alocação das políticas de Goulart à esquerda e que “[...] o Brasil não as queria [...]” (PUGGINA, apud 1964: O BRASIL..., 2019, 45min04s), restringindo a identificação de brasileiros aos apoiadores do golpe de 1964 e reforçando a narrativa pretensamente “nacionalista” e “patriota” (PICOLI; CHITOLINA; GUIMARÃES, 2020) do regime de (des)informação de extrema-direita. Puggina, que consta como colunista⁷¹ da página da web “Jornal da Cidade Online”⁷², finalizou sua participação de 4,44% da duração do filme com simplificação de conceitos envolvendo o nacionalismo, a estatização e a propriedade privada e com críticas à Constituição de 1988.

A curta participação de Aristóteles Drummond, em 0,73% da duração do filme, também foi marcada pela crítica à Constituição de 1988 com defesa emocionada do que chamou de “revolução de 1964”, ao considerar que a Carta Magna de 1988 “amarra o Brasil”. (DRUMMOND, apud 1964: O BRASIL..., 2019, 2h02min34s) No entanto, entre os atores cujas falas se apresentaram com mais carga emocional, Olavo de Carvalho se destacou, com uma participação em 7,83% do filme, por ser um ator social, autor e comentador de discursos reproduzidos por sujeitos que o veem

⁷¹Como consta no endereço eletrônico “<https://www.jornaldacidadeonline.com.br/blogs/82/percival-puggina>”. (PERCIVAL..., acesso em 14 nov. 2020).

⁷²A página “Jornal da Cidade Online” foi desmonetizada via Google Ads após campanha da “Sleeping Giants Brasil” diante de patrocinadores devido a intensa propagação de desinformação sob o formato de notícias falsas, que também foi alvo de investigação em processos judiciais e em uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) por suas práticas de desinformação. (REBELLO, 2020). O “Sleeping Giants Brasil” consiste em um grupo brasileiro derivado do “Sleeping Giants” dos Estados Unidos e tem por prática o combate à desinformação na web via identificação e publicização de monetização por grandes empresas a fim de suprimir fontes de lucro por publicidade de disseminadores de desinformação. O “Sleeping Giants Brasil” chegou a ser alvo de investigação pelo delegado Ricardo Filippi Pecoraro, cunhado do blogueiro Flávio Morgenstern, que de acordo com Audi, Martins e Demori (2020) ocorreu a fim de descobrir dados e endereços dos responsáveis pelo perfil “Sleeping Giants Brasil”.

como liderança ideológica. Desde sua atuação negacionista da ditadura na década de 1990 (MOREIRA, 2013), Olavo de Carvalho figurou entre os principais nomes da extrema-direita e a partir de 2007 passou a reunir sujeitos interessados em suas narrativas em seminários *online* (SILVA, 2018) que passaram a ser vendidos como “cursos”.

Entre os movimentos após as manifestações de junho de 2013 houve expansão da visibilidade de narrativas de extrema-direita por meio das plataformas digitais. Um fenômeno que somado às mudanças do mercado editorial em favor da maximização do lucro e diminuição de “[...] julgamentos editoriais voltados para a qualidade intelectual e literária das obras” (SCHAFFRIN, 2006, apud SILVA, 2018, p. 75) projetaram a imagem de Olavo de Carvalho e potencializaram a venda de seus livros. Como marco publicado ainda em 2013, Silva (2018) destacou o livro “O mínimo que você precisa saber para não ser um idiota”, um compilado de textos de Carvalho que atingiu mais de 100 mil exemplares vendidos em menos de dois anos.

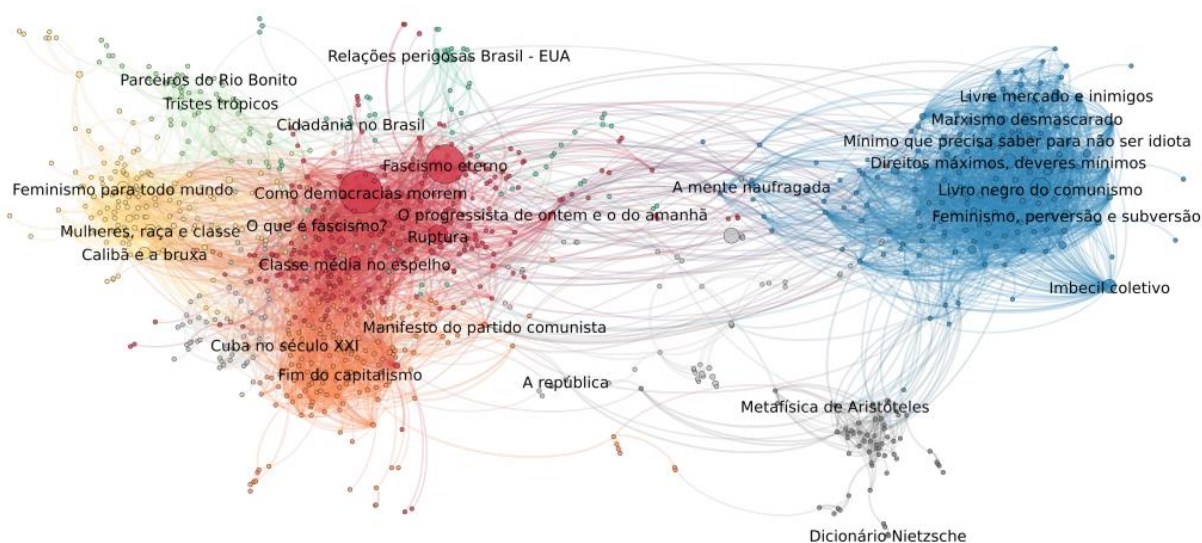
As manifestações cujo marco temporal apontou para junho de 2013 consistem em um fenômeno complexo para compreender suas dimensões e seus impactos na realidade brasileira em virtude da continuidade dos acontecimentos daquele ano no Tempo Presente. Sumariamente, Singer (2013) descreveu que foram manifestações convocadas pelo Movimento Passe Livre (MPL), a partir das plataformas digitais, com o objetivo de reduzir as passagens do transporte público na cidade de São Paulo e com adesão da classe média que atraíram a atenção de grande público. Ao passo que eram reprimidas por forças policiais e criminalizadas pela imprensa tradicional, nas plataformas digitais se disseminaram postagens de apoio e convocações para manifestações de insatisfação com a Copa das Confederações FIFA de 2013 próximas aos estádios de futebol, com múltiplas pautas sociais. (SINGER, 2013).

Entretanto, como frisou Tatagiba (2018, p. 114), no Brasil as direitas “[...] souberam ler o ‘espírito de junho’ e renovaram o seu repertório de ação, até então restrito à lógica eleitoral e ao lobby, para incluir o confronto político.”. Um confronto que se disseminou nas plataformas digitais fortalecendo enunciados das direitas e ampliando o antipetismo sob discursos de ódio, desinformação e negacionismos. Esses fenômenos fortaleceram agendas cada vez mais à direita, pela topologia política de Bobbio (1995), que de algum modo se relacionaram com os movimentos da Operação Lava-Jato criada em 2014, o Golpe de 2016 que destituiu Dilma Rousseff da Presidência da República e a eleição de Jair Bolsonaro em 2018.

Com a campanha e vitória eleitoral de Jair Bolsonaro em 2018, Monnerat e Sartori (2019) apontaram um aumento considerável nas vendas de livros do “guru do Bolsonarismo”, de 17,1 mil exemplares de setembro a dezembro de 2017 para 51,9 mil livros no mesmo período em 2018, o que evidenciou a relação ideológica e de mercado de Carvalho com a base de apoio extremista do presidente. Um fenômeno que foi acompanhado por vendas de outros autores de extrema-direita, mas em proporções menores do que as vendas de livros do “guru”, uma figura central entre as produções bibliográficas de direita no Brasil.

A influência de Olavo de Carvalho sobre as direitas foi corroborada pela pesquisa realizada por Heinen, Ribeiro e Ortellado (2020), conforme demonstra Figura 2, sobre vendas de livros de “política e ciências sociais” na plataforma digital da *Amazon*. A pesquisa apontou mais homogeneidade na aquisição de livros relacionados com alocações políticas de direita, diferente de alocações políticas de esquerda que foram identificadas sob agrupamentos mais heterogêneos. Na análise dos autores, a pesquisa “[...] sugere um padrão intenso de compra conjunta que atravessa todo o campo. Ou seja, as distinções internas do campo (entre conservadores e liberais por exemplo) são menos relevantes.”. (HEINEN; RIBEIRO; ORTELLADO, 2020, p. 5). Nesse cenário, Olavo de Carvalho figurou entre os autores centrais do agrupamento da direita (representado na cor azul) com as obras “O imbecil coletivo” (2018) e “O mínimo que você precisa saber para não ser um idiota” (2013).

FIGURA 2 – Resultados da polarização no mercado de livros de política e ciências sociais



Fonte: Heinen, Ribeiro e Ortellado (2020, p. 2).

No fenômeno denominado pós-verdade muitas narrativas conspiratórias foram afirmadas por Carvalho, que pode ser identificado com o que Froehlich (2020) denominou “falsa autoridade cognitiva”. As narrativas conspiratórias do extremista, entre outras, abrangem: memórias da caserna reproduzidas desde o grupo Ternuma na década de 1990 (MOREIRA, 2013); afirmações contrárias a vacinação (FERRAZ, 2019); questionamentos sobre o formato da Terra, afirmações sobre uso de fetos abortados na composição do adoçante do refrigerante Pepsi, reprodução de narrativas negacionistas antissemitas e anticomunistas (MAGALHÃES; SOUSA, 2019); e até negação da pandemia provocada pelo SARS-COV-2 com afirmação de sua vinculação em outras conspirações (LARA, 2020).

Ainda que se identifique como defensor do Estado de Israel, Carvalho reproduziu (DUGIN; CARVALHO, 2012) enunciados que acusaram judeus como partícipes de conspirações internacionais bolcheviques, “globalistas” e corresponsáveis pela perseguição antissemita da Alemanha nazista, que têm no bilionário financista e filantropo judeu George Soros um dos principais alvos das narrativas conspiratórias.

Os enunciados proferidos por Carvalho (apud 1964: O BRASIL..., 2019) no filme da Brasil Paralelo reproduziram essas ideias conspiratórias anticomunistas baseadas em interpretações simplificadas do livro “1964 - o elo perdido”. Tais falas apenas expressaram o grau de extremismo do “guru” da família Bolsonaro. O uso de recortes descontextualizados e o apelo à vieses de confirmação das memórias particulares do ator, entre insultos agressivos, reforçaram a ideia do golpe de 1964 como resposta às “guerrilhas”. Carvalho, em práticas que apresentam o que Froehlich (2020) chamou de “*deception*” e “*agnotology*”, negou a existência da sólida base documental das narrativas historiográficas acadêmicas em favor da reafirmação das memórias de extrema-direita militarista, atribuindo à academia as práticas de desinformação por ele desempenhadas.

A narrativa mística esteve presente na defesa do golpe de 1964 como salvação do país da “ameaça comunista”, mas foi seguida de vinculação do autoritarismo da ditadura militar (considerado a partir do AI-5) com uma alocação positivista “tecnocrática”. Essa “tecnocracia” teria sido subvertida com a infiltração “gramscista” e do “[...] negócio da Escola de Frankfurt [...]” que para essa narrativa dominaram a imprensa, a academia e o *show business*. (CARVALHO, apud 1964: O BRASIL..., 2019, 1h39min34s). Os enunciados proferidos pelo extremista, assim como em outras

narrativas conspiratórias por ele afirmadas, indicam a presença do “*Dunning-Kruger effect*”, um efeito que Froehlich (2020) explicitou como presente em enunciados conspiratórios utilizados por atores sociais que afirmam sobre algo sem ter conhecimento sobre o assunto ou sobre seu próprio desconhecimento. No entanto, não é possível afirmar mediante os dados obtidos quais enunciados e atores do filme manifestam o “*Dunning-Kruger effect*”, haja vista que muitos atores tiveram contato com a construção dos saberes acadêmico-científicos e desinformam deliberadamente.

Assim, os enunciados de Carvalho: criticam a repressão dos militares considerada por ele apenas no campo militar; minimizaram a censura sob a acusação de conspiração comunista infiltrada no regime; negam a atuação da oposição no processo de reabertura democrática, ocorrida para ele porque os militares “[...] tavam louco pra ir pra casa [...]” (CARVALHO, apud 1964: O BRASIL..., 2019, 1h57min35s); e ataca generalizadamente a oposição ao regime como guerrilheiros assassinos e sem “[...] sentimento humano com as pessoas que eles mataram.”. (CARVALHO, apud 1964: O BRASIL..., 2019, 2h03min53s). Há que se destacar a identificação da oposição ao autoritarismo de extrema-direita como “assassinos sem sentimento”, uma estigmatização presente do início ao fim do filme à luz das mesmas narrativas das bibliografias da caserna.

Sob a pretensa autoridade cognitiva de Carvalho, outro ator social que se destacou – com falas durante 6,57% do tempo fracionados em 20 recortes – no documento audiovisual em análise foi Rafael Alves da Silva, com o nome de Rafael Nogueira. Em uma entrevista à Gazeta do Povo (OLAVISTA..., 2020) em razão da sua nomeação à presidência da Biblioteca Nacional, pelo então secretário de cultura do governo Bolsonaro, Roberto Alvim⁷³, Nogueira afirmou ser “aluno” de Olavo de Carvalho e ter identificação com o monarquismo.

Os enunciados proferidos por Nogueira (apud 1964: O BRASIL..., 2019) eram fortemente marcados por falsas falas literais de sujeitos envolvidos nos processos históricos afirmados. Essa ação de informação foi base para conclusões estereotipadas com base no que se pretendeu afirmar, por exemplo, a figura de Luis Carlos Prestes como um vilão e Jânio Quadros como figura cômica. O uso de falas

⁷³Demitido no início de 2020 após ter, entre outras polêmicas, reproduzido a estética nazista com trechos do discurso do ministro de propaganda da Alemanha nazista, Joseph Goebbels, em vídeo veiculado para divulgar projetos da secretaria. (AS POLÊMICAS..., 2020).

literais foi adotado inclusive voltado a instituições como a União Democrática Nacional (UDN) que, crítica à política externa de Quadros, teria indagado “[...] o que que ele tá fazeno véio?” (NOGUEIRA, apud 1964: O BRASIL..., 2019, 39min08s). Decerto, essas afirmações não tendem a ser interpretadas em seu sentido literal, mas sua utilização pautou a reflexão de acontecimentos históricos em opiniões fortemente marcadas por apelos emocionais.

O deslocamento da racionalidade no processo de interpretação dos enunciados afirmados por Nogueira deslegitimou os processos eleitorais que conduziram Goulart à presidência e inverteu a caracterização antidemocrática como apresentado na fala de que “[...] Brizola tava armando toda uma espécie de revolução contra a, os grupos que queriam impedir a posse de Jango.” (NOGUEIRA, apud 1964: O BRASIL..., 2019, 43min59s). Assim, estendeu a deslegitimação às greves e mobilizações populares de apoio a Goulart à medida que generalizou a oposição ao presidente e o apoio ao golpe civil-militar de 1964, onde “[...] o governo militar tinha aceitação quase total [...]” com base “[...] nos vídeos que passavam na tv [...]” e nas vitórias esportivas sob a ditadura de Médici. (NOGUEIRA, apud 1964: O BRASIL..., 2019, 1h34min14s).

A representação maior da ideologia política monarquista no filme se deu com a breve participação de um membro da “família imperial brasileira” entre os atores primários, o deputado federal pelo Partido Social Liberal (PSL) Luiz Philippe de Orleans e Bragança. No entanto, sua atuação foi curta e voltada a afirmar que o Congresso à época queria “[...] uma intervenção militar e não a criação de um regime militar.” (BRAGANÇA, apud 1964: O BRASIL..., 2019, 1h13min35s).

Outro ator que teve uma curta participação foi o youtuber Bernardo Küster (apud 1964: O BRASIL..., 2019), restrito a questionar as narrativas de que o regime militar foi uma ditadura e houve uma “suposta” censura. Os questionamentos de Küster ocorreram junto de um ataque à Teologia da Libertação⁷⁴ e aos clérigos

⁷⁴A Teologia da Libertação consiste em uma perspectiva teológica adotada por membros da Igreja Católica Apostólica Romana e outras denominações religiosas cristãs no interior da América Latina após reflexões e debates posteriores ao Concílio Vaticano II (1962-1965), que introduziu mudanças da relação da Igreja de Roma com os fiéis e a realidade social. Após o Vaticano II, as Conferências Episcopais latino-americanas de Medellín, Colômbia, (1968) e Puebla, México, (1979) foram fundamentais para demarcação da opção preferencial pelos pobres e atenção às condições de miséria social na América Latina. Assim, teólogos e clérigos como Leonardo Boff e Frei Betto adotaram discussões teóricas e produções intelectuais a partir da década de 1970 em diálogo com a filosofia, a economia, a sociologia, a história e outros saberes em favor de uma compreensão alinhada à *práxis*, pela libertação dos pobres latino-americanos de condições de exclusão e opressão social. Nomes como Dom Pedro Casaldáliga, Dom Hélder Câmara, Dom Paulo Evaristo Arns se engajaram na luta em favor dos pobres, foram simpáticos à Teologia da Libertação e incentivaram as

alocados às esquerdas, reafirmando um catolicismo conservador comum a outros atores no filme, relativização das práticas de tortura e do autoritarismo dos militares. A participação desses atores sociais em práticas de desinformação não se restringiram ao filme. Bragança e Küster que tiveram uma participação em apenas 0,92% do tempo do filme, também são investigados no “inquérito das fake news” que apura desinformação e ataques voltados ao Supremo Tribunal Federal (STF) em plataformas digitais (BRANDINO, 2020).

A rede de desinformação dos atores do filme como Bernardo Küster, Silvio Grimaldo e Flávio Morgenstern, cujo “guia ideológico” afirmado é Olavo de Carvalho, atua no governo Bolsonaro diretamente com membros do Poder Executivo Federal, onde se inclui o ministro das Relações Exteriores Ernesto Araújo. No Itamaraty, a Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG) sob o governo Bolsonaro se tornou um ambiente de disseminação das narrativas de Carvalho e seus discípulos (MARTINS, 2020). Küster e Grimaldo atuam inclusive na página da web “Brasil Sem Medo”⁷⁵ idealizada por Olavo de Carvalho para disseminação de suas narrativas conspiracionistas. Assim, a desinformação que sob falsas autoridades cognitivas é legitimada por agentes do Estado também foram disseminadas no filme com a participação de Grimaldo em 3,91% e de Morgenstern com participação em 1,72% do filme.

Silvio Grimaldo (apud 1964: O BRASIL..., 2019, 1h02min06s) reafirmou o apoio generalizado, sem considerar partícipe da sociedade a parcela do povo que apoiava Goulart, de movimentos civis ao golpe de 1964 acompanhado da narrativa de que “[...] o país estava a um passo de entrar numa guerra civil [...]” e foi salvo pelos militares. Nesse contexto, reforçou a atribuição autoritária a Goulart, mas também realizou críticas ao AI-5 juntamente com apontamentos atribuídos a Lacerda em crítica ao regime. No entanto, reforçou a narrativa de “marxismo cultural” nas universidades e negou a “[...] repressão violenta dentro das universidades, de fecharem cursos, de

Comunidades Eclesiais de Base, reunindo clérigos, ordens religiosas, movimentos religiosos laicos e pastorais de base popular urbanas e rurais. As mobilizações pela Teologia da Libertação foram fortemente criticadas em disputas internas da Igreja Católica, de contraposições da teologia tradicional à censura vaticana e outras sanções religiosas que tiveram no então Cardeal Joseph Ratzinger (Papa emérito Bento XVI) da Congregação para Doutrina da Fé um de seus opositores declarados mais aguerridos. Diante da força da Teologia da Libertação na América Latina e da resistência conservadora, coube ao Papa João Paulo II mediar as sanções contra membros da Teologia da Libertação e a tolerância às suas proposições teológicas e sociais. (PEREIRA, 2013).

⁷⁵Como demonstram os endereços eletrônicos “<https://brasilsemmedo.com/author/bernardo/>” e “<https://brasilsemmedo.com/author/silvio/>”. (BERNARDO..., acesso em 13 nov. 2020; SILVIO..., acesso em 13 nov. 2020).

proibir publicação de livros [...]” ao passo que vinculou os professores e estudantes presos pela ditadura à guerrilha. (GRIMALDO, apud 1964: O BRASIL..., 2019, 1h46min49s). Por fim, a fala de Grimaldo também tentou dissociar a alocação dos militares à extrema-direita e recusar os 20 anos de duração da ditadura militar a partir de afirmações sobre o PT ser a única força política na redemocratização vinculando-o com “[...] aquelas várias correntes, é revolucionárias radicais.” (GRIMALDO, apud 1964: O BRASIL..., 2019, 1h55min16s).

Flávio Morgenstern, pseudônimo de Flávio Azambuja Martins, é blogueiro defensor do governo Bolsonaro com práticas de desinformação por meio de plataformas digitais. Sua proximidade com o governo lhe rendeu credenciais de jornalista para a posse de Jair Bolsonaro como presidente da República, mas não o livrou de uma condenação judicial cível com o pagamento de indenização de R\$120.000,00 pela disseminação de desinformação contra o cantor Caetano Veloso (AMADO, 2019). O blogueiro é próximo do também discípulo de Olavo de Carvalho (o assessor especial para assuntos internacionais do presidente Bolsonaro) Filipe G. Martins, que foi editor-adjunto de sua página na web “Senso Incomum” (FUCS, 2019).

A participação de Morgenstern (apud 1964: O BRASIL..., 2019) no filme se iniciou com falsa fala literal atribuída à Mao Tsé-Tung e associações generalizadas das esquerdas ao autoritarismo soviético como realizado pelo Orvil (FIGUEIREDO, 2009). Morgenstern reafirmou a “conspiração gramscista” para legitimar posicionamentos autoritários de extrema-direita e minimizar processos e lutas sociais de emancipação humana ao reproduzir a conspiração gramscista enunciada pelo general Coutinho (FIGUEIREDO, 2009). Em sua afirmação, Morgenstern alegou que Gramsci “[...] quer uma cultura onde você sempre vai repetir os mesmos termos. Porque que hoje toda a esquerda fala sempre ‘machismo, racismo e homofobia’? Isso é gramscismo.” (MORGENSTERN, apud 1964: O BRASIL..., 2019, 1h38min01s). Até que finaliza com ataques às universidades e de modo particular à área de História.

O ódio ao educador Paulo Freire é outra característica de sua atuação. Por exemplo, Fucs (2019) destacou que entre as afirmações extremistas de Morgenstern, em seu perfil na plataforma digital *Twitter*, o blogueiro chegou a defender a queima de livros de Freire como solução para a educação brasileira. Embora em sua fala aponte à “conspiração marxista gramscista” durante sua participação em 1,72% do filme, o negacionismo e a desinformação sobre a vida e a obra de Paulo Freire em produções

da Brasil Paralelo ficaram a cargo do historiador Thomas Giulliano⁷⁶, que teve participação de 5,95% na duração do filme.

O negacionismo da “teoria dos dois demônios” foi elencado por Giulliano (apud 1964: O BRASIL..., 2019, 1h06min39s) ao afirmar que “[...] todos queriam conspirar. A diferença é que a conspiração que foi exitosa foi a conspiração do exército [...]” e mesmo assim com intensa participação de “núcleos de esquerda” na oposição oficial do MDB. Giulliano fez apontamentos acerca dos festivais de música e poesia cujos artistas “[...] conseguiram dialogar muito melhor com o jovem [...]” (GIULLIANO, apud 1964: O BRASIL..., 2019, 1h34min39s) afirmando a oposição à ditadura como modismo cuja linguagem fortaleceu “[...] o movimento de contracultura” (GIULLIANO, apud 1964: O BRASIL..., 2019, 1h41min11s).

Em sua participação, Giulliano apresentou o desgaste impingido à ditadura devido: ao que chamou de “erro de alvo” na censura “moralista” do regime; à morte de Herzog; à inflação e seu impacto sobre a classe média; e às greves com destaque a greve do ABC. Por fim, criticou o tamanho do Estado cujo “aparelhamento” realizado pelos militares foi entregue aos sucessores e destacou o retorno do exílio de “[...] Brizola, Darcy Ribeiro, Paulo Freire, Fernando Henrique Cardoso, todos com teorias e mais do que isso, com uma base empírica que fez deles ícones [...]” seguido de críticas ao PCdoB e o que chamou de sua “essência maoísta”. (GIULLIANO, apud 1964: O BRASIL..., 2019, 1h59min26s).

Entre os atores sociais elencados para reproduzir as narrativas do “1964: o Brasil entre armas e livros” que se relacionam com agentes da base extremista de apoio ao governo Bolsonaro, encontra-se também o advogado Renor Oliver Filho, apontado por Scorel (2019) como colaborador do canal de extrema-direita “Terça Livre”, de Allan dos Santos⁷⁷, e revisor técnico do livro “1964 - o elo perdido: o Brasil nos Arquivos do Serviço Secreto Comunista” (KRAENSKI; PETRILAK, 2017) com prefácio de Olavo de Carvalho. Oliver Filho (apud 1964: O BRASIL..., 2019) iniciou sua participação no filme afirmando que o “aparato de repressão” dos países comunistas era controlado pelos soviéticos para introduzir os enunciados da narrativa de atuação do órgão de inteligência e contrainteligência tchecoslovaco (StB) no Brasil, apresentados como “prova” à narrativa principal de conspiração comunista. Essa

⁷⁶Autor dos livros “Desconstruindo Paulo Freire” lançado em 2017 e “Desconstruindo (ainda mais) Paulo Freire” lançado em 2019. (SANTOS, 2017, 2019).

⁷⁷Allan dos Santos também é investigado pelo “inquérito das fake news”. (BRANDINO, 2020).

conspiração foi reafirmada pela indução de proximidade de Goulart com a KGB (órgão de inteligência soviética) que “[...] dão a entender [...]” um plano de golpe comunista. (OLIVER FILHO, apud 1964: O BRASIL..., 2019, 52min37s).

A narrativa do livro “1964 - o elo perdido” foi utilizada por Oliver Filho para relativizar a repressão ditatorial sob afirmativas de que os militares atingiram “redes de agentes” da espionagem comunista tchecoslovaca e assim “[...] as listas de cassação, os atos interinstitucionais, até que não erraram muito.” (OLIVER FILHO, apud 1964: O BRASIL..., 2019, 1h14min12s). A presença de Oliver Filho correspondeu a 2,52% da duração do longa-metragem, onde ressaltou a condenação por crimes contra os direitos humanos realizados pelo autoritário regime socialista tchecoslovaco. No entanto, a narrativa foi utilizada para relativizar os crimes contra os direitos humanos cometidos pelo autoritário regime militar brasileiro através do conteúdo apresentado no “1964 - o elo perdido”.

O livro de Kraenski e Petrilák (2017) foi fundamental para as tentativas de legitimar a narrativa conspiratória principal e seu processo de construção possui relação direta com a página na web do coronel Ustra, <averdadesufocada.com>, através do então administrador da página Laudelino Lima. A participação de Lima no longa-metragem teve curta duração, com 1,02% do tempo do filme, mas foi fundamental para a tentativa de conectar as narrativas conspiratórias do “marxismo cultural” e a relativização da ditadura militar brasileira (1964-1985) com as narrativas elaboradas pelos autores do livro “1964 – o elo perdido”. (1964: O BRASIL..., 2019)

A fim de abordar as narrativas apresentadas no livro, o longa-metragem elencou os autores Mauro Abranches Kraenski e Vladimir Petrilák, o escritor polonês Leszek Pawlikowicz, o professor Petr Blažek (do Instituto para o Estudo de Regimes Totalitários da República Tcheca), o jornalista Andrzej Wojtas e Světlana Ptáčníková (Diretora do Arquivo de Serviços de Segurança de Praga) que juntos, totalizam 10,98% da duração do filme.

O autor do livro Mauro Abranches Kraenski iniciou sua participação com menção a buscas genéricas na web por ele realizadas sobre o comunismo no Brasil a partir das quais afirmou que as produções encontradas sobre o golpe de 1964 abordam apenas a “presença americana” e que somente Olavo de Carvalho “[...] falava sobre a importância do estudo [...]” sobre “[...] eventual atuação de países ou serviços de inteligência de países da chamada Cortina de Ferro”. (KRAENSKI, apud 1964: O BRASIL..., 2019, 25min23s). Kraenski apontou a coautoria de Vladimir

Petrilák e o caráter descritivo de sua pesquisa afirmando a atuação da StB diante de sujeitos e instituições brasileiras para reunir informações, recrutar colaboradores e fazer “política de influência”. Ao mesmo tempo, Kraenski evidenciou o desconhecimento da atuação de outros países socialistas no Brasil e não mencionou a atuação da inteligência dos países ocidentais que o mesmo afirmou ter encontrado em muitas obras – deslegitimadas por outros atores no filme sob a ideia conspiratória de “gramscismo cultural” – “na *internet*”.

Outro autor do livro “1964 - o elo perdido”, Vladimir Petrilák iniciou sua participação em outro idioma com falas legendadas. Nesse contexto foi reproduzida uma introdução sobre a ditadura implantada na Tchecoslováquia alinhada à URSS e mencionados aos documentos de arquivo da StB. Esses documentos foram apresentados juntamente com o chamado “diretório 1 da StB” como responsável pela atuação da inteligência em embaixadas e outros setores da política, da imprensa e de negócios no exterior. (1964: O BRASIL..., 2019, 28min43s).

Entretanto, a atuação foi apontada na edição do filme sem mencionar o contexto de práticas de serviços de inteligência de outros países para identificar possíveis particularidades do processo. Essa ausência de contexto se relaciona com a própria inexistência de metodologias de pesquisa alinhadas aos campos dos saberes acadêmico-científicos, por ser um trabalho independente sem “[...] apoio de nenhuma instituição, órgão científico ou governamental [...]” realizado por “pessoas privadas” (1964: O BRASIL..., 2019, 33min50s). Desse modo, reafirmando narrativas de memória a partir das “redes de sociabilidade privada” (NAPOLITANO, 2015) disseminadas em documentos bibliográficos e audiovisuais na *web*.

Mais do que uma simples ausência, essa inexistência de metodologia científica nas afirmações da Brasil Paralelo configuram um verdadeiro método de atuação dos negacionistas. Segundo essa retórica da negação, a cientificidade atribuída ao livro escrito por atores privados alheios às particularidades dos campos de saber acadêmico não invalida possíveis descrições e traduções realizadas pelos autores dos documentos de arquivo recuperados do Arquivo das Forças de Segurança, que são passíveis de análise. Entretanto, os enunciados destacados de modo isolado podem ser base para a prática de *paltering* (FROEHLICH, 2020), um tipo de desinformação em que afirmações verdadeiras podem ser veiculadas fora de contexto para favorecimento das narrativas defendidas.

A atribuição à StB por responsabilizar os EUA pelo golpe de 1964 e o silêncio diante de bibliografias e documentos de arquivo, cujas existências em outro momento do filme foram afirmadas por Kraenski, serviram de base para práticas de desinformação e negacionismo por outros atores como Olavo de Carvalho, que negou e desqualificou a extensa documentação e produção acadêmico-científica antagônicas às suas narrativas. (CARVALHO, apud 1964: O BRASIL..., 2019).

Andrzej Wojtas foi outro ator cuja participação, legendada, deliberadamente foi direcionada a tecer comentários alinhados à narrativa conspiratória do filme e comum à “era da desinformação” descrita por Froehlich (2020). As afirmações de Wojtas enunciavam que o livro “1964 - o elo perdido” representava a “realidade” e as produções acadêmicas, científicas, literárias, artísticas etc. que confrontavam a narrativa negacionista do filme eram “imaginações” e “falsificação”. Wojtas realizou um ataque generalizado com ofensas a sujeitos e instituições com acusações de corrupção, sem apresentação de provas e uma alocação desses sujeitos e instituições à conspiração “gramscista cultural”. (1964: O BRASIL..., 2019). Assim, suas ações no filme são compatíveis às práticas de desinformação descritas por Froehlich (2020) e ao negacionismo de extrema-direita frisado por Milman (2000).

Alguns atores sociais não fizeram afirmações deslocadas da realidade, mas suas falas foram descontextualizadas para conferir legitimidade à narrativa do filme em práticas de desinformação realizadas pela Brasil Paralelo denominada “*paltering*” (FROEHLICH, 2020). Světlana Ptáčnicková, única mulher a falar no filme, teve uma breve participação restrita a apresentar, de acordo com as legendas, a si mesma e ao Arquivo que salvaguarda os documentos descritos por Kraenski e Petrilák em seu livro:

Meu nome é Světlana Ptáčnicková diretora do Archiv Bezpečnostních Složek (Arquivo [sic] das Forças de Segurança) O Arquivo [sic] das Forças de Segurança é uma instituição, que foi criada através da Lei 181/2007 [sic] e une sob o mesmo telhado a manutenção, relatório e processamento de arquivos da STB do Regime Comunista da Tchecoslováquia, contendo 20 quilômetros de papel. Como, por exemplo: arquivos de inteligência e contraespionagem militar. (1964: O BRASIL..., 2019, 28min12s).⁷⁸

Ou seja, as falas de Ptáčnicková apenas constataram a origem dos documentos primários utilizados pelos autores do “1964 - o elo perdido” numa tentativa, pela Brasil

⁷⁸Conteúdo da legenda atribuída à fala de Ptáčnicková.

As palavras destacadas na enunciação das narrativas no filme indicam ações deliberadas de conectar narrativas de memórias negacionistas do passado reafirmadas no presente. Nesse prisma, as escolhas verbais também evocam os processos de afirmação desse passado conservador idealizado. A prática de afirmar o constante estado de guerra contra a “conspiração internacional comunista” foi elemento central das narrativas do filme.

Desse modo, as memórias dos generais na construção dessas narrativas evocaram: enunciados negacionistas vinculados a conspiração judaico-bolchevique afirmada no Plano Cohen do general integralista Olympio Mourão Filho (MENESES, 2019); narrativas de conspiração cultural internacional marxista (a partir de Antonio Gramsci) do general Sergio Augusto de Avellar Coutinho (FIGUEIREDO, 2009); e narrativas de obras literárias da caserna criadas para negar a pesquisa “Brasil: nunca mais”, das quais o relatório Orvil coordenado pelo à época coronel Agnaldo Del Nero Augusto foi basilar para as afirmações negacionistas (FIGUEIREDO, 2009; MOREIRA, 2013; SANTOS, 2016).

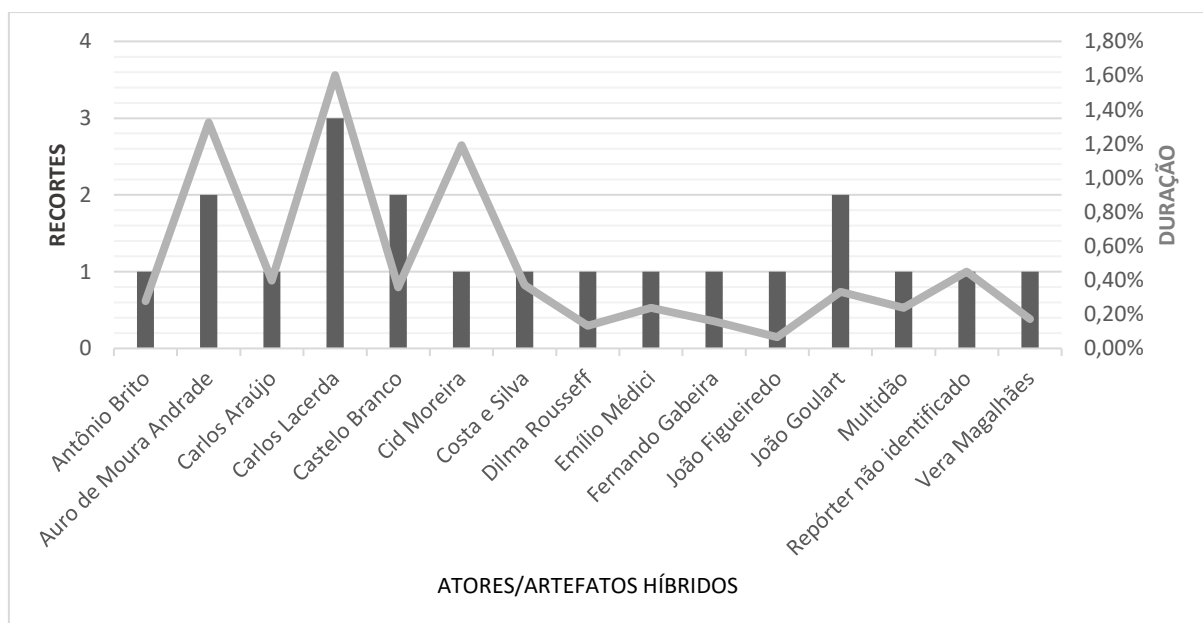
Os atores sociais entrevistados para o “1964: o Brasil entre armas e livros” são apresentados por Valerim como “dezenas de especialistas” que, como exposto, são predominantemente sujeitos que se relacionam entre si, estão alocados em uma mesma rede de sociabilidade privada e compõem um regime de informação. Os sujeitos da rede alinham uma narrativa de democracia associada à vitória sobre o comunismo que já existia na memória da caserna, mas foi amplificada pelo antipetismo intumescido a partir das manifestações de junho de 2013.

Como apontou Napolitano (2015), o antipetismo liberal proveniente da mídia tradicional e da oposição partidária de direita e as práticas sem autocritica do PT tiveram impacto no processo de mobilização social contrário ao partido. Entretanto, foi a intensa mobilização dos setores conservadores e ultraliberais alinhados a valores autoritários que se valeram de narrativas que, dos porões da ditadura militar conjuraram a obediência e a ordem para impor sua agenda política e econômica, fortalecida após a derrubada do governo de Dilma Rousseff. Nesse processo, atores sociais de extrema-direita organizados em redes globais ganharam visibilidade através da disseminação de autoritarismo negacionista e desinformação em afirmações emocionais, que alocaram às esquerdas estereotipadas a totalidade dos saberes acadêmico-científicos, socioculturais e atores sociais que contraponham seu projeto de poder.

As práticas de desinformação e os negacionismos no filme não se restringiram aos enunciados proferidos e contaram com reprodução de artefatos de sujeitos alheios ao filme, sejam audiovisuais (em 134 recortes de fala) ou imagens estáticas (em 110 recortes). Os fragmentos de documentos que foram veiculados, para conferir legitimidade aos enunciados, consistiram em: audiovisuais com sujeitos não participantes diretos do filme; manchetes de jornais predominantemente impressos e do período da ditadura militar; páginas ou recorte de páginas de documentos de arquivo relacionados com ações da StB e das esquerdas; uma única página de correspondência datilografada em inglês, exposta como argumento que apontou a interferência dos EUA no golpe de 1964; ilustrações e fotografias estáticas ou editadas para possuir movimento. (1964: O BRASIL..., 2019).

A inserção de artefatos audiovisuais contendo enunciados de sujeitos alheios ao filme, mas relacionados à narrativa, é compreendida enquanto ação de veiculação de atores/artefatos híbridos. Os documentos selecionados auxiliaram no processo de composição da narrativa do filme e foram descontextualizados ou acompanhados de narração de um ator primário para fortalecer a narrativa principal. A curta duração desses audiovisuais não demoveu a importância de sua veiculação para reafirmação dos enunciados proferidos. Como mostra a Figura 4, alguns atores/artefatos híbridos superaram o tempo de duração das falas de alguns atores primários e foram importantes para as práticas de desinformação do filme.

FIGURA 4 – Sujeitos presentes em audiovisuais reproduzidos pelo filme



Fonte: elaborado pelo autor.

A apresentação dos enunciados dos atores primários foi realizada com entrevistados e narrador enquadrados em imagem em alta resolução colorida e captação de áudio nítido. A captação sonora do filme demonstrou uma preocupação em comunicar as narrativas dos atores com alta nitidez acompanhadas de efeitos sonoros de apelo emocional, com oscilação de decibéis e instrumentos musicais para provocar sensações ao público.

Na narração de Valerim predominou apenas a voz do ator em artefatos audiovisuais com intenso uso de: sobreposição vermelha no canto inferior esquerdo; sobreposição de imagens piscando rapidamente e com inversão de cores; tons de cinza e colorido envelhecido, inclusive em imagens contemporâneas como de Dilma Rousseff e seu ex-marido Carlos Araújo; e retratação de sujeitos inseridos na narrativa com sobreposição na cor vermelha para associá-los às legendas. O único recorte audiovisual que não era de atores primários e foi reproduzido em alta resolução referia-se ao interior de um templo católico tradicional, reforçando na estética a glorificação do passado mítico religioso cujos valores estariam ameaçados por esse imaginário vermelho comunista envelhecido. (1964: O BRASIL..., 2019).

A adição de muitos recortes de jornais em curto espaço de tempo, impossibilitando a leitura do artefato, omitindo o contexto de censura em sua enunciação original e dificultando a identificação da fonte, se evidenciou também como uma ação com o objetivo de desinformar compatível com as práticas de compartilhamento e visualização de manchetes de notícias em plataformas digitais. A prática somada à sobreposição na cor vermelha de palavras destacadas nos artefatos manipularam o que seria lido para corresponder à narrativa do filme. Mesmo para o desenvolvimento do presente estudo, em que o filme foi reproduzido lenta e pausadamente, foram necessárias várias visualizações para conseguir identificar todos os artefatos. Entretanto, em muitas das manchetes veiculadas não é possível ler o texto do artefato nem identificar qual é o Jornal responsável pela veiculação da informação.

Entre os artefatos documentais usados na tentativa de conferir legitimidade às narrativas também esteve o livro “1964 - o elo perdido” (KRAENSKI; PETRILAK, 2017) que figurou ao fundo no cenário e nos enunciados de Oliver Filho. Os documentos do Arquivo das Forças de Segurança de Praga foram apresentados – em fragmentos de texto, em páginas completas e alocados na instituição arquivística – como provas da narrativa do filme. Em contrapartida, como observado nas falas do extremista político

Carvalho no filme, a produção defendeu a ausência de provas documentais nas narrativas acadêmico-científicas, corroborada pela apresentação de uma única correspondência em inglês afirmada pelo filme como a base dos enunciados de memória da ditadura militar produzidos pelos campos dos saberes acadêmico-científicos envolvidos na “conspiração gramscista”.

Assim, enunciados em documentos entendidos como artefatos foram empregados em premissas contrafactuais no processo de afirmação da narrativa de memória da caserna resultando em conclusões também contrafactuais. O uso deliberado dos artefatos no filme evidenciou a debilidade metodológica do processo de afirmação da cientificidade dos enunciados. Porém, as ações de informação, os artefatos e os enunciados afirmados pelos atores circunscritos em uma rede de memórias subterrâneas de extrema-direita compuseram no filme “1964: o Brasil entre armas e livros” um documento de propaganda alinhado aos interesses econômicos da Brasil Paralelo: da captação de assinantes para a sua plataforma de streaming; de visualização monetizada de seus produtos audiovisuais; e de difusão de dispositivos autoritários de extrema-direita.

O legado de políticas autoritárias da ditadura militar brasileira, sua continuidade jurídica e o antipetismo disseminado pela imprensa liberal e conservadora também contribuíram para o processo de fortalecimento do autoritarismo que, mediante as práticas de desinformação, modulação e manipulação nas plataformas digitais evocaram torturadores como heróis e um político fisiológico como salvador nacional. A verdade esvaziada de seu significado terminológico e circunscrita com o prefixo “pós” como “palavra do ano” em 2016 (OXFORD LANGUAGES, 2016) teve no voto do então deputado Jair Bolsonaro pelo impeachment de Dilma Rousseff uma amostra da infesta expansão de enunciados negacionistas que se consolidaram nos anos seguintes e foram disseminados pela Brasil Paralelo no filme “1964: o Brasil entre armas livros”.

O alcance da disseminação de enunciados falseados e a defesa de torturadores da Ditadura Militar no Brasil também foram impactados por processos sociais oriundos das práticas de detentores do poder de comunicar e possibilitar a comunicação através das plataformas digitais e também de seus dispositivos incididos sobre os sujeitos individualizados. O individualismo amplificado por práticas voltadas à obtenção de lucro pelas plataformas digitais e por seus anunciantes maximizaram narrativas negacionistas anteriormente relegadas pela memória hegemônica crítica a

ditadura às memórias subterrâneas de grupos extremistas. Através de criação e disponibilização de artefatos de captação de dados de usuários, modulação e manipulação de processos de engajamento de usuários em documentos das plataformas digitais, grupos locais potencializaram sua capacidade de organização e radicalização de seus enunciados conspiratórios em redes globais em benefício de atores sociais que encontraram nessa radicalização nichos políticos e de Mercado.

Os dispositivos das afirmações enunciadas pelos atores no documento condicionaram os conteúdos ao conjunto de crenças ideológicas alinhadas às alocações políticas de extrema-direita. Entre os dispositivos, os valores de “verdade revelada” com narrativas místicas emocionais oriundas do discurso essencialista (FROHMANN, 2004) e de crenças representacionistas colonialistas ultraliberales se evidenciaram no filme “1964: o Brasil entre armas e livros”. Passados míticos foram evocados por ações de informação alinhadas às práticas de desinformação (FROEHLICH, 2017; 2020) e aos negacionismos para afirmação de enunciados conspiratórios anticomunistas.

As ações de informação utilizadas na construção do documento pela Brasil Paralelo ou pela plataforma em que o filme foi veiculado (*YouTube*) ocorreram sob esses dispositivos e estão circunscritas enquanto unidade das práticas de (des)informação. A articulação em favor da reprodução de enunciados de propaganda a fim de obtenção de lucro foi instrumentalizada para obtenção e manutenção do poder pela extrema-direita. A rede que compõe essa articulação envolve: a produtora Brasil Paralelo via aquisição de sócios e monetização de anúncios visualizados no vídeo; os atores que falam no filme e ampliam visibilidade de sua própria imagem mediante o público-alvo; a plataforma *YouTube* que veicula o filme e vende anúncios para serem exibidos no mesmo; e empresas que veiculam sua imagem junto desses conteúdos.

Por sua veiculação na plataforma *YouTube* o documento audiovisual também está sujeito aos dispositivos da plataforma no ambiente do ciberespaço que sob o capitalismo de vigilância: circunscreve as ações de *upload*, modulação da informação, nomeação dos documentos, interação com usuários individualizados etc.; constituem um conjunto de práticas a partir de diretrizes que legitimam os interesses econômicos da empresa *Google*; e submetem os usuários ao fenômeno da “toca do coelho” (FROEHLICH, 2020) através de recomendações para gerar engajamento, pelas quais modulam o acesso aos conteúdos da plataforma para direcionamento de anúncios, o

que para Tufekci (2018, apud FROEHLICH, 2020) beneficiou conteúdos conspiratórios.

A visibilidade de enunciados conspiratórios que emergem dos dispositivos da plataforma, pelo fenômeno da “toca do coelho”, também apresentam atores e artefatos híbridos: algoritmos não-humanos programados por humanos para execução de ações de informação alinhadas às relações de poder e saber por eles legitimadas, a partir da interação dos usuários da plataforma com os documentos digitais nela veiculados. No entanto, os dispositivos, atores, artefatos e ações da plataforma digital não estão dissociados dos elementos vinculados aos enunciados do conteúdo do documento audiovisual recomendado pela plataforma e operam por meio de ações de modulação e manipulação na plataforma resultantes de práticas de controle advindas do “capitalismo de vigilância” (SOUZA; AVELINO; SILVEIRA, 2018).

A profusão de práticas de falseamento e manipulação deliberada de enunciados em favor de ideias conspiratórias e negacionismos no filme “1964: o Brasil entre armas e livros” expõem este documento como materialidade da desinformação e o tornam um documento de propaganda de extrema-direita. As práticas no processo de criação, *upload*, recuperação e acesso do documento nas plataformas digitais foram fundamentais para a enunciação do documento audiovisual negacionista. As relações de saber e de poder da rede de dispositivos, artefatos e atores evidenciaram o modo como o documento interfere nas disputas de memórias e esquecimentos sobre a ditadura militar brasileira e demonstram como este é um dispositivo de legitimação do autoritarismo de extrema-direita.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A compreensão do objeto de análise por uma expansão interpretativa da base teórica de Bernd Frohmann e da perspectiva pós-estruturalista de análise do documento circunscrito em determinado regime de informação consistiram na principal justificativa para a composição dos objetivos da pesquisa. Essa escolha teórica pós-estruturalista adotada não recusa os saberes fundamentados pelo estruturalismo, mas os compreende de modo relacional, circunstancial. Ou seja, entende-se que pelas relações de saber e poder se convencionaram dimensões estruturais entendidas como processos sistêmicos de manutenção/ruptura do poder. Entretanto, adotou-se uma concepção em que as relações discursivas não são rompidas, mas rarefeitas e reagrupadas em favor ou desfavor dos sujeitos nestas relações.

A escolha epistemológica de remeter à Ciência da Informação uma pesquisa transdisciplinar com outros saberes das Ciências Humanas e Sociais apontou um caminho de pesquisa à luz de compreensões teóricas de base crítica e genealógica da materialidade da informação, o documento, em temáticas emergentes na contemporaneidade como a disseminação de desinformação, de negacionismos e de autoritarismo pelas redes. Uma materialidade que se manifesta no ciberespaço sob diversos formatos documentais e são profundamente conectadas com as escolhas dos detentores de saber e poder no capitalismo de vigilância.

Sob essa perspectiva o objetivo geral correspondeu à análise das relações de saber e poder e de memória e esquecimento sobre a ditadura militar brasileira em um documento audiovisual veiculado na plataforma digital *YouTube*, especificamente o filme da produtora Brasil Paralelo “1964 – o Brasil entre armas e livros” e sua relação com a emersão do autoritarismo na chamada pós-verdade. Mediante base teórica pós-estruturalista na Ciência da Informação em diálogos interdisciplinares com pensadores de saberes da História e da Sociologia, como a História do Tempo Presente, a Sociologia Política, a Sociologia da Informação e da Tecnologia etc., a presente pesquisa revela o reconhecimento de que o objetivo geral foi atendido.

A delimitação do presente estudo enunciou como primeiro objetivo específico a apresentação de aportes teórico-metodológicos basilares à execução da pesquisa. Assim, no terceiro capítulo da dissertação foi apresentado o referencial epistemológico pertinente aos discursos da verdade centralizado em Frohmann e suas reflexões de

base wittgensteiniana e foucaultiana sobre o esvaziamento da primazia da informação em favor do documento e sobre os discursos essencialistas, representacionalistas e das práticas.

Ainda no terceiro capítulo ocorreram: a discussão sobre a gênese dos Regimes de Informação em Frohmann, com a elementar interpretação de González de Gómez sobre o autor; uma reflexão crítica e genealógica da relação dos sujeitos individualizados com as máquinas, evidenciando a emersão do período industrialista onde se fortaleceu o Iluminismo que se destacou no processo de compreensão do fenômeno da pós-verdade; exposição das bases teóricas sobre a construção de memórias, silêncios e esquecimentos nessas relações em que também foram discutidas as dinâmicas dos sujeitos no processo de enunciação de narrativas da verdade no ciberespaço.

O quarto capítulo tratou de expor os aportes teóricos críticos sobre a pós-verdade refletida enquanto manifestação autoritária de recusa ao Iluminismo ao passo que é herdeira de ideais autoritários que o processo civilizatório europeu implementou. Foram apresentadas as bases de emersão da compreensão dos negacionismos enquanto narrativas anticientíficas e anti-intelectuais revestidas de falseamentos de enunciados deliberadamente para a defesa de processos autoritários alocados predominantemente na extrema-direita em um recorte ocidental.

A gênese do negacionismo anti-histórico, que tentou atribuir a si uma superfície de revisionismo histórico e vigora em narrativas negacionistas da ditadura militar brasileira, foi demarcada pela recusa do reconhecimento da alteridade proveniente das relações de saber e poder no racismo estrutural enunciado no processo colonizador europeu e pela negação de processos autoritários e antissemitas da extrema-direita europeia com centralidade no negacionismo do Holocausto cometido pelos nazistas. Com a demarcação de matrizes do negacionismo anti-histórico, no quarto capítulo ainda foram apresentadas reflexões sobre as práticas de desinformação compreendidas a partir das taxonomias de Froehlich. Desse modo, o primeiro objetivo específico foi atendido.

O segundo objetivo específico demarcou a identificação de práticas de desinformação, modulação da informação e negacionismos da ditadura militar brasileira presentes no filme da Brasil Paralelo e como este documento se relaciona com o autoritarismo político. Para atender a este objetivo foi dispendida a pré-análise com a construção de formulário para coleta e organização dos dados referentes ao

conteúdo do documento audiovisual analisado. Com a base teórico-metodológica adotada e os resultados das pesquisas bibliográfica e documental foram identificados documentos e práticas autoritárias de desinformação e negacionismos. O estudo de caso, por sua vez, possibilitou a identificação de atores, ações de informação, dispositivos, artefatos e como esses elementos do regime de informação se relacionam com os sujeitos e enunciados previamente expostos nas disputas de memórias da ditadura militar brasileira, permitindo o cumprimento deste objetivo.

A análise das relações de saber e de poder e de memória e esquecimento na construção do discurso no filme da Brasil Paralelo, que consistiu no terceiro objetivo específico, foi atendida com a aplicação de um olhar crítico e genealógico sobre a manifestação das relações discursivas do/no documento. Assim, o que fundamentou o cumprimento do objetivo foi a interpretação crítica e genealógica de afirmações enunciadas em documentos de sujeitos autoritários alinhados às extremas-direitas no século XX e início do século XXI, que constituíram a base de reagrupamento discursivo de enunciados negacionistas na narrativa do documento audiovisual “1964 – o Brasil entre armas e livros” e possibilitaram a construção da análise proposta.

O quarto e último objetivo específico, correspondente à proposta de uso do campo da Ciência da Informação como sustentação teórica combativa à desinformação, ao negacionismo e ao autoritarismo, foi atendido através da ampliação teórico-metodológica crítica e genealógica dos estudos do documento voltada aos ambientes das plataformas digitais com suas ambiências e narrativas. Os apontamentos sobre os perigos da desinformação, dos negacionismos e do autoritarismo para os campos de saberes acadêmico-científicos foram analisados por meio do filme e puderam evidenciar como documentos podem ser modulados e a informação pode ser deliberadamente manipulada com alcance maximizado pelas redes de sociabilidade globais no ciberespaço em favor da ascensão e manutenção de poder de sujeitos e discursos autoritários.

O problema da pesquisa tratou de questionar como um documento audiovisual pode ser utilizado como dispositivo de legitimação do autoritarismo político nas relações de saber e poder e de memória e esquecimento acerca da ditadura militar brasileira, especificamente o filme da produtora Brasil Paralelo “1964 – o Brasil entre armas e livros”. O questionamento central da dissertação previamente afirmou as hipóteses de que se tratava de um documento voltado a legitimar o autoritarismo

propelido pelos grupos de extrema-direita ascensos ao Poder Executivo Federal com a vitória de Jair Bolsonaro em 2018.

Desse modo, pela base teórico-metodológica adotada coube ao pesquisador expor como esse processo de legitimação do autoritarismo ocorreu através de práticas de desinformação na enunciação de narrativas negacionistas da ditadura militar brasileira via documentos. A análise dos resultados por meio da circunscrição de atores, dispositivos, artefatos, ações e práticas no regime de informação do/no documento audiovisual confirmaram as hipóteses e atenderam às necessidades de descrição do funcionamento do regime de informação.

O desenvolvimento metodológico da pesquisa exploratória e descritiva de abordagem qualitativa teve uma preocupação em manter a base epistemológica no campo da Ciência da Informação em diálogo interdisciplinar com outros campos de saber das Ciências Humanas e Sociais. Assim, ainda na etapa de pré-análise foi adotada a análise de conteúdo de Bardin para formulação do problema e dos objetivos da pesquisa onde o documento audiovisual foi visualizado e o material para análise foi preparado.

Devido às limitações do pesquisador no uso de métodos digitais de coleta de dados multimídia de documentos audiovisuais, o processo foi intermediado pela geração de um formulário no *Google Forms* e o tratamento e a visualização de dados com o *Microsoft Excel* e o *wordclouds.com*. O preenchimento dos formulários digitais ocorreu por múltipla escolha e textualmente, divididos por recortes de fala dos atores sociais no documento, onde também foram transcritas as falas e outros elementos audiovisuais que pudessem auxiliar no estudo de caso. Ainda que o preenchimento dos formulários tenha possibilitado a geração de planilhas que auxiliaram na interpretação dos dados do filme, o procedimento foi muito demorado e também aberto para preenchimento de dados textuais dificultando o processo de análise. O procedimento seria inviável para pesquisas que adotassem como objetos de análise documentos audiovisuais maiores em número e proporção devido ao tempo que necessitaria para preenchimento e análise manual. Desse modo, a elaboração e utilização desse procedimento se restringe ao estudo de caso de documentos audiovisuais menores em número e proporção.

A realização de pesquisas bibliográficas e documentais no ciberespaço se constitui como outro desafio no processo de seleção das bases de dados a serem utilizadas. Foram escolhidas as bases de dados *Web of Science*, *Scopus (Elsevier)*,

SciELO, BDTD e Brapci para recuperação de referencial bibliográfico e documental, mas foi necessária a indicação de referências por pares de produções acadêmicas de grande relevância teórica e que não se encontravam indexados nas bases de dados. A dificuldade de recuperação de produções acadêmico-científicas das Ciências Humanas e Sociais ligadas aos temas nas bases de dados pesquisadas contrastou com a facilidade de acesso a enunciados conspiratórios, práticas de desinformação e narrativas negacionistas nas plataformas digitais. Entretanto, os documentos recuperados foram fundamentais para a presente pesquisa.

A construção mediante aporte teórico-metodológico de base foucaultiana para a análise crítica e genealógica dos discursos foi realizada com mais facilidade pelo pesquisador devido a familiaridade teórica. Porém, por se tratar de uma pesquisa de abordagem qualitativa em um estudo de caso, foi necessário dispender mais atenção à construção da análise em virtude das próprias limitações que a observação qualitativa possui para que a argumentação sob a ótica do pesquisador se posicionasse epistemologicamente embasada a partir das evidências.

A alocação dos elementos analisados no estudo de caso em um regime de informação limitou-se a uma interpretação a partir de Frohmann, o que ocorreu devido às limitações de conhecimento (adquirido durante a pesquisa) do pesquisador (proveniente das Ciências Sociais) dentro do campo da Ciência da Informação. Desse modo, em virtude do curto prazo próprio da pesquisa de mestrado e os impactos dos acontecimentos do ano de 2020 sobre o pesquisador, outras perspectivas teórico-metodológicas de Regimes de Informação como González de Gómez na Teoria Crítica não foram abordadas com mais profundidade, ficando restrita à interpretação da autora sobre a vertente pós-estruturalista de Frohmann.

Os processos da condução da pesquisa e suas limitações evidenciaram elementos passíveis de investigação acadêmico-científica que não couberam ao recorte da dissertação analisar, mas se constituem como encaminhamentos para futuras pesquisas. Entre as necessidades epistemológicas que podem resultar em outras pesquisas está a ampliação conceitual de documento e a construção de um aporte teórico-metodológico de base pós-estruturalista que contribua para uma Teoria Crítica do Documento sob essa perspectiva.

Em superação inclusive de relações de saber e poder colonialistas de produções acadêmico-científicas eurocêntricas, caucasianas e patriarcais, outro caminho epistemológico se dá pela identificação e crítica de aportes filosóficos da

informação e do documento de base colonialista e construção de perspectivas que privilegiem as produções acadêmico-científicas pensadas a partir de “epistemologias do Sul”. Um outro ponto que também se revelou desafiador e passível de análise estão as pesquisas voltadas a solucionar as limitações metodológicas e que podem se alinhar com as matrizes epistemológicas também recomendadas.

Em pesquisas qualitativas do campo de saberes das Ciências Humanas e Sociais, a análise de dinâmicas das narrativas de memória, sobretudo da História do Tempo Presente, do/no ciberespaço se constitui como um grande desafio que pode ser auxiliado com procedimentos digitais de pesquisa. Nesse ponto, sob o campo da Ciência da Informação, o desenvolvimento de pesquisas que possibilitem recuperar procedimentos digitais voltados para as pesquisas de Humanidades ou realizar um mapeamento dos enunciados de memória na *web* também possibilitariam contribuições relevantes para o campo.

Sob o prisma pós-estruturalista e/ou decolonial é possível pesquisar sobre as implicações colonialistas sobre a Ciência da Informação, bem como desenvolver ontologias que possibilitem reduzir impactos das relações de dominação colonialista, auxiliar no processo de democratização dos saberes e ascensão social de sujeitos subalternizados e/ou identificar procedência de enunciados de desinformação e negacionismo em documentos multimídia.

As drásticas contingências sociais e epidemiológicas ocorridas durante o ano de 2020 e vigentes quando estas linhas foram escritas reforçaram o caráter genocida que a união de práticas de desinformação, negacionismos e narrativas autoritárias disseminadas pelas plataformas digitais desempenha. Isto posto, torna-se urgente pensar iniciativas que possam articular os saberes epistemológicos com os saberes de novas tecnologias. Mesmo diante de adversidades individuais e coletivas enquanto pesquisadores, o enfrentamento ao obscurantismo ultrapassa a disputa de narrativas e torna-se fundamental para salvar vidas e salvaguardar a memória e os saberes da Humanidade. Desse modo a principal provocação para pesquisas futuras aponta para o desenvolvimento de pesquisas interdisciplinares e transdisciplinares, com uso de métodos mistos e que, entre práticas de saber acadêmico, não falte empatia para enfrentar as ameaças aos saberes acadêmico-científicos com um olhar atento às pessoas subalternizadas pelas redes de poder manifestas no “capitalismo de vigilância”.

O desenvolvimento da pesquisa foi um processo desafiador por ser um campo novo para o pesquisador, pela urgência dos temas abordados e também pelas crises que emergiram em 2020. Acerca destes desafios, estas palavras finais salientam que a união de saberes das Ciências Humanas e Sociais com saberes da Cibernética, da Ciência da Computação e de outros saberes acadêmico-científicos têm, sob o prisma deste pesquisador, na Ciência da Informação seu ponto de convergência que tem por missão salvaguardar mais do que registros: salvaguardar a memória, o trabalho e a luta de pensadoras e pensadores basilares à formação e ao fortalecimento do campo; se posicionar em combate aos fantasmas do autoritarismo, do negacionismo e da desinformação; e promover a construção de um mundo pacífico centrado em práticas de democratização dos saberes.

REFERÊNCIAS

1964: O BRASIL entre armas e livros. Direção: Filipe Valerim e Lucas Ferrugem. Produção: Henrique Zingano. [Porto Alegre]: Brasil Paralelo, 2 abr. 2019. YouTube, (127min). Publicado pelo canal Brasil Paralelo. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=yTenWQHRPIg&t=269s>. Acesso em: 28 ago. 2020

ALMEIDA, S. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro: Editora Jandaíra, 2020.

AUGUSTO, A. D. N.; MACIEL, L. (Org.); NASCIMENTO, J. C. do. (Org.) **Orvil**: tentativas de tomada do poder. São Paulo: Schoba, 2012.

ALVES, T. D. S.; BEZERRA, A. C. Informação, política e poder: 20 anos do conceito de “regime de informação” em Maria Nélida González de Gómez. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 20., 2019, Florianópolis. **Anais** [...]. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2018 Disponível em: <https://conferencias.ufsc.br/index.php/enancib/2019/paper/view/1086/528>. Acesso em: 26 jan. 2021.

AMADO, G. Redes de notícias falsas mudam de perfil e agora apostam na defesa e promoção do governo Bolsonaro. **Época**, [Rio de Janeiro], 11 fev. 2019. Disponível em: <https://epoca.globo.com/guilherme-amado/redes-de-noticias-falsas-mudam-de-perfil-agora-apostam-na-defesa-promocao-do-governo-bolsonaro-23435073>. Acesso em: 13 nov. 2020.

APÓS comentário racista, William Waack tem contrato rescindido pela Globo. **UOL**, São Paulo, 22 dez. 2017. Disponível em: <https://tvefamosos.uol.com.br/noticias/redacao/2017/12/22/apos-comentario-racista-william-waack-e-demitido-da-globo.htm>. Acesso em: 12 dez. 2020.

ARAÚJO, R. F. de. Atores e ações de informação em redes sociais na internet: pensando os regimes de informação em ambientes digitais. **DataGramZero**, [s. l.], v. 15, n. 3, 2014. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/8239>. Acesso em: 17 ago. 2020.

AS POLÊMICAS de Roberto Alvim, secretário de Bolsonaro que perdeu cargo após vídeo associado a nazismo. **BBC News Brasil**, [São Paulo], 17 jan. 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-51153391>. Acesso em: 20 out. 2020

AUDI, A.; MARTINS, R. M.; DEMORI, L. Delegado que investigou Sleeping Giants é cunhado de editor de site bolsonarista. **The Intercept Brasil**, [s. l.], 22 ago. 2020. Disponível em: <https://theintercept.com/2020/08/22/delegado-investigacao-sleeping-giants-cunhado-flavio-morgenstern-senso-incomum/>. Acesso em: 14 nov. 2020.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2002.

BARRANECHEA, M. A. de. Nietzsche e a genealogia da memória social. *In*: GONDAR, J.; DODEBEI, V. (Eds.). **O que é memória social?**. Rio de Janeiro: Contra Capa: PPGMS/UNIRIO, 2005.

BAUER, C. S. La dictadura cívico-militar brasileña en los discursos de Jair Bolsonaro: usos del pasado y negacionismo. **Relaciones Internacionales**, La Plata, Argentina, v. 28, n. 57, p. 37-51, 2019. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/204792>. Acesso em: 22 set. 2020.

BERNARDO Küster. **Brasil Sem Medo**, [s. l.], [s. d.]. Disponível em: <https://brasilsemmedo.com/author/bernardo/>. Acesso em: 13 nov. 2020.

BEZERRA, E. P. et al. Regime de informação: abordagens conceituais e aplicações práticas. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 22, n. 2, p. 60-86, 11 ago. 2016. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/57935>. Acesso em: 28 ago. 2020.

BOBBIO, N. **Direita e esquerda**: razões e significados de uma distinção política. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995.

BRADSHAW, S.; HOWARD, P. N. **The global disinformation order**: 2019. Global inventory of organized social media manipulation. Oxford: The Computational Propaganda Project at the Oxford Internet Institute: University of Oxford, 2019. Disponível em: <https://comprop.oii.ox.ac.uk/wp-content/uploads/sites/93/2019/09/CyberTroop-Report19.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2020.

BRANDINO, G. Veja o que se sabe contra investigados no inquérito das fake news do Supremo. **Folha de São Paulo**, [São Paulo], 8 jun. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/06/veja-o-que-se-sabe-contra-investigados-no-inquerito-das-fake-news-do-supremo.shtml>. Acesso em: 13 nov. 2020.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Relatório**: volume 1, Brasília, DF, p. 1-976, 2014. Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/>. Acesso em: 22 jan. 2019.

BRASIL. Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979. Concede anistia e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 28 ago. 1979. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6683.htm>. Acesso em: 26 jan. 2021.

BRASIL. Lei nº 9.140, de 04 de dezembro de 1995. Reconhece como mortas pessoas desaparecidas em razão de participação, ou acusação de participação, em atividades políticas, no período de 2 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 05 dez. 1995. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9140.htm>. Acesso em: 26 jan. 2021.

BRASIL. Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002. Regulamenta o art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 14 nov. 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10559.htm. Acesso em: 26 jan. 2021.

BRASIL. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 18 nov. 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm. Acesso em: 26 jan. 2021.

BRASIL. Lei nº 12.528, de 18 de novembro de 2011. Cria a Comissão Nacional da Verdade no âmbito da Casa Civil da Presidência da República. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 18 nov. 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12528.htm. Acesso em: 26 jan. 2021.

BRASIL. Casa Civil. Portaria nº 204, de 13 de maio de 2009. Cria o "Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985) - Memórias Reveladas", no âmbito do Arquivo Nacional da Casa Civil da Presidência da República. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 14 maio 2009. Disponível em: <http://dspace.mj.gov.br/handle/1/1822>. Acesso em: 26 jan. 2021.

BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. **Direito à verdade e à memória**: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. Brasília, DF: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007. 400p. Disponível em: <https://bibliotecadigital.mdh.gov.br/jspui/handle/192/459>. Acesso em: 28 ago. 2020.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Arguição de descumprimento de preceito fundamental nº 153. **Relatório**. Arguente: Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil. Arguido: Presidente da República e outros. Relator: Ministro Eros Grau. Brasília, DF, 28 abr. 2010. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticianoticiastf/anexo/adpf153.pdf>. Acesso em: 26 jan. 2021.

BRASIL. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas. Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação. Edital 01, de 21 de dezembro de 2018: [regulamenta a seleção de discentes para ingresso ao mestrado acadêmico em Ciência da Informação em 2019]. Vitória, n. 1, 21 dez. 2018. Disponível em: https://cienciadainformacao.ufes.br/sites/cienciadainformacao.ufes.br/files/field/anexo/edital_01-2018_retificado_-_ppgci.pdf. Acesso em: 2 mar. 2021.

BUCKLAND, M. K. What is a “document”? **Journal of the American society for Information Science (JASIS)**, [s. l.], v. 48, p. 804-809, 1997.

CALLIARI, M. Perigos da Percepção 2017. **Ipsos**, [s. l.], 7 dez. 2017. Disponível em: <https://www.ipsos.com/pt-br/perigos-da-percepcao-2017>. Acesso em: 28 ago. 2020.

CALLIARI, M. Perigos da Percepção 2018. **Ipsos**, [s. l.], 4 jan. 2019. Disponível em: <https://www.ipsos.com/pt-br/perigos-da-percepcao-2018>. Acesso em: 28 ago. 2020.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, v. 1, 2002.

CASTELLS, M. **A Galáxia da Internet**: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

DUGIN, A.; CARVALHO, O. de. **Os EUA e a nova ordem mundial**: um debate entre Alexandre Dugin e Olavo de Carvalho. Campinas: Vide Editorial, 2012.

ECO, Umberto. O fascismo eterno. *In*: **Cinco escritos morais**. 4. ed. Rio de Janeiro: Record, p. 29-53, 2000.

EPSTEIN, J. Deal with the devil: libertarian reformers and authoritarian nationalists battle it out to reshape Brazil. **Reason**, [Los Angeles], v. 51, n. 3, p. 44–50, 1 jul. 2019. Disponível em: <https://reason.com/2019/06/01/deal-with-the-devil/>. Acesso em: 22 out. 2020.

ESCOREL, E. A direita na tela. **Piauí**, [São Paulo], maio 2019. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/direita-na-tela/>. Acesso em: 12 nov. 2020.

EVANGELIUM secundum Ioannem. *In*: **Nova Vulgata, Novum Testamentum**. Civitas Vaticana: Bibliorum Sacrorum Editio, [s. d.]. Disponível em: http://www.vatican.va/archive/bible/nova_vulgata/documents/nova-vulgata_nt_evangelium_ioannem_lt.html#8. Acesso em: 28 ago. 2020.

FAGUNDES, P. E. **A Ofensiva Verde**: A Ação Integralista Brasileira no estado do Rio de Janeiro. (1932-1937). 2009. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <http://www.dominionpublico.gov.br/download/texto/cp092116.pdf>. Acesso em: 23 out. 2020.

FAGUNDES, P. E. A extrema-direita nos golpes militares do Cone Sul: Patria Y Libertad (Chile), Triple A (Argentina) e a Juventud Uruguay de Pie (Uruguai). **Boletim do Tempo Presente**, [Rio de Janeiro], n. 04, 2013. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/tempopresente/article/view/4196>. Acesso em: 26 out. 2020.

FAGUNDES, P. E. Os arquivos da repressão no Brasil e no Cone Sul: uma análise historiográfica. **Dimensões**, [Vitória], n. 41, 2018. Disponível em:

<https://www.periodicos.ufes.br/dimensoes/article/view/21850>. Acesso em: 12 fev. 2021.

FAGUNDES, P. E. **Anistia**: das mobilizações das mulheres na ditadura militar às recentes disputas sobre o passado. Vitória: Milfontes, 2019.

FERNANDES, G. C. Ações de informação e práticas documentárias como políticas difusas de memória. **InCID**, [Ribeirão Preto, SP], v. 2, n. 1, p. 208–226, 7 jun. 2011. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/incid/article/view/42342>. Acesso em: 28 ago. 2020.

FERRAZ, L. Movimento antivacina: como combater essa onda que ameaça sua saúde?. **Revista Galileu**, [São Paulo], 2 out. 2019. Disponível em: <https://revistagalileu.globo.com/Ciencia/Saude/noticia/2019/10/movimento-antivacina-como-combater-essa-onda-que-ameaca-sua-saude.html>. Acesso em: 11 dez. 2020.

FICO, C. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. **Revista Tempo e Argumento**, [Florianópolis], v. 9, n. 20, p. 05-74, 31 maio 2017. Disponível em: <http://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180309202017005>. Acesso em: 28 ago. 2020.

FIGUEIREDO, L. **Olho por olho**: os livros secretos da ditadura. Rio de Janeiro: Record, 2009.

FLECK, L. **Gênese e desenvolvimento de um fato científico**. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2010.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 5. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

FOUCAULT, M. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: NAU: PUCRio-Dpto de Letras, 2003.

FOUCAULT, M. **Em Defesa da Sociedade**: curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FRIGO, D. **Circulação de sentidos e a memória da ditadura civil-militar no acontecimento o “Voto de Jair Bolsonaro” no impeachment de Dilma Rousseff**. 2018. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria. 2018. Disponível em: <http://repositorio.ufsm.br/handle/1/16890>. Acesso em: 22 set. 2020.

FROELICH, T. J. A not-so-brief account of current information ethics: the ethics of ignorance, missing information, misinformation, disinformation and other forms of

deception or incompetence. **BiD**, Barcelona, España, n. 39, 2017. Disponível em: <http://bid.ub.edu/en/39/froehlich.htm>. Acesso em: 28 ago. 2020.

FROEHLICH, T. J. Ten lessons for the age of disinformation. *In: Navigating fake news, alternative facts, and misinformation in a post-truth world*. [United States of America]: IGI Global, p. 36-88, 2020.

FROHMANN, B. Taking policy beyond Information Science: applying the actor network theory for connectedness: information, systems, people, organizations. *In: ANNUAL CONFERENCE CANADIAN ASSOCIATION FOR INFORMATION SCIENCE*, 23., Edmond, Alberta. **Anais** [...]. Edmond, Alberta: CAIS/ACSI, Jun. 1995.

FROHMANN, B. **Deflating information**: from science studies to documentation. Toronto: University of Toronto Press Incorporated, 2004.

FROHMANN, B. O caráter social, material e público da informação. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*, 7., Marília, SP. **Anais** [...]. Marília: Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, 2006. Disponível em: <http://repositorios.questoesemrede.uff.br/repositorios/handle/123456789/829>. Acesso em: 20 jan. 2021.

FUCS, J. Filipe G. Martins, o ‘jacobino’ que chegou ao Planalto, **Estadão**, [São Paulo], 12 jan. 2019. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,filipe-g-martins-o-jacobino-que-chegou-ao-planalto,70002677215>. Acesso em: 13 nov. 2020.

GASPAR, M. O fiador. **Piauí**, [São Paulo], n. 144, set. 2018. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-fiador/>. Acesso em: 26 out. 2020.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. Metodologia de pesquisa no campo da Ciência da Informação. **DataGramaZero**, [s. l.], v. 1, n. 6, p. 1-11, dez. 2000. Disponível em: <https://ridi.ibict.br/bitstream/123456789/127/1/GomesDataGramaZero2000.pdf>. Acesso em: 21 jan. 2020.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. Novas fronteiras tecnológicas das ações de informação: questões e abordagens. **Ciência da Informação**, [Rio de Janeiro], v. 33, n. 1, 18 jun. 2004. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1068>. Acesso em: 20 jan. 2021.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. Regime de informação: construção de um conceito. **Informação & Sociedade: Estudos**, [João Pessoa], v. 22, n. 3, 1 dez. 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/14376>. Acesso em: 28 ago. 2020.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. Reflexões sobre a genealogia dos regimes de informação. **Informação & Sociedade: Estudos**, [João Pessoa], v. 29, n. 1, 27 mar. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/44357>. Acesso em: 16 out. 2020.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Edições Vértice: Revista dos Tribunais, 1990.

HEINEN, E. D.; RIBEIRO, M. M.; ORTELLADO, P. Nota técnica 4: polarização no mercado de livros de política e ciências sociais. **Monitor do Debate Político no Meio Digital**, Grupo de Políticas Públicas para o Acesso à Informação da EACH-USP, São Paulo, 12 mar. 2020. Disponível em: <https://www.monitordigital.org/2019/09/17/nota-tecnica-04/>. Acesso em: 17 fev. 2021.

HUNT, E. K. **História do pensamento econômico**: uma perspectiva crítica. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

KRAENSKI, M. A.; PETRILAK, V. **1964 - o elo Perdido**: o Brasil nos arquivos do serviço secreto comunista. Campinas: Vide Editorial, 2017.

KRAUSE-VILMAR, D. A negação dos assassinatos em massa do nacional-socialismo: desafios para a ciência e para a educação política. *In*: MILMAN, L.; VIZENTINI, P. F. (Eds.). **Neonazismo, negacionismo e extremismo político**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000.

LARA, M. Guru bolsonarista, Olavo de Carvalho mente que não há mortes confirmadas por coronavírus. **Estadão**, [São Paulo], 23 mar. 2020. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,guru-bolsonarista-olavo-de-carvalho-mente-que-nao-ha-mortes-confirmadas-por-coronavirus,70003244326>. Acesso em: 10 dez. 2020.

LATOUR, B.; WOOLGAR, S. **A vida de laboratório**: a produção dos fatos científicos. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1997.

LE GOFF, J. **História e memória**. Campinas: UNICAMP, 1990.

LOPES, B. D. C. M.; BEZERRA, A. C. Entre hiperinformação e desinformação: o “fio de Ariadne” para a preservação da informação na web. **Liinc em Revista**, [Rio de Janeiro], v. 15, n. 1, 28 jun. 2019. Disponível em: <http://revista.ibict.br/liinc/article/view/4605>. Acesso em: 22 set. 2020.

MACIEL, C. **Negros no Espírito Santo**. 2. ed. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2016.

MAGALHÃES, J. C.; SOUSA, B. Os textos de Olavo de Carvalho que revelam seu estranho ódio aos judeus. **The Intercept Brasil**, [s. l.], 22 nov. 2019. Disponível em: <https://theintercept.com/2019/11/22/olavo-odio-a-judeus/>. Acesso em: 22 out. 2020.

MARINHO, M. H. Pesquisa Video Viewers: como os brasileiros estão consumindo vídeos em 2018. **Think with Google**, [Brasil], set. 2018. Disponível em: <https://www.thinkwithgoogle.com/intl/pt-br/tendencias-de-consumo/pesquisa-video-viewers-como-os-brasileiros-estao-consumindo-videos-em-2018/>. Acesso em: 28 ago. 2020.

MARTINS, R. M. A ignorância infectou o Itamaraty. **The Intercept Brasil**, [s. l.], 17 maio 2020. Disponível em: <https://theintercept.com/2020/05/17/ignorancia-infectou-itamaraty-olavo-de-carvalho/>. Acesso em: 13 nov. 2020.

MENESES, S. Negacionismos e histórias públicas reacionárias: os usos abusivos do passado em tempos de pós-verdade. **OPSIS**, [Catalão, GO], p. 1-9, 31 dez. 2019. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/Opsis/article/view/55707>. Acesso em: 28 ago. 2020.

MERTON, R. K. **Ensaio de sociologia da ciência**. São Paulo: Associação Filosófica Scientiæ Studia: Editora 34, 2013.

MILMAN, L. Negacionismo: Gênese e desenvolvimento do extermínio conceitual. *In*: MILMAN, L.; VIZENTINI, P. F. (Eds.). **Neonazismo, negacionismo e extremismo político**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000.

MISES, L. von. **Liberalismo**: segundo a tradição clássica. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010. Disponível em: <https://www.mises.org.br/Ebook.aspx?id=35>. Acesso em: 10 set. 2020.

MONNERAT, A.; SARTORI, C. Vendas de livros de Olavo de Carvalho triplicam desde eleição. **Estadão**, [São Paulo], 19 jan. 2019. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,vendas-de-livros-de-olavo-de-carvalho-triplicam-desde-eleicao,70002686383>. Acesso em: 16 fev. 2021.

MOREIRA, F. T. **“Só os Vitoriosos Esqueceram”**: Intelectuais de direita e as disputas pela memória da ditadura civil-militar brasileira. 2013. Dissertação (Mestrado em História) – Curso de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Seropédica, RJ, 2013. Disponível em: <https://tede.ufrj.br/handle/jspui/2788>. Acesso em: 22 set. 2020.

MOTA, A. de A. **Neoliberalismo e repressão no Chile**: os degredados na ditadura militar (1973-1990). 2020. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-08072020-173228/>. Acesso em: 12 fev. 2021.

MOURAO Filho, Olimpio. *In*: DICIONÁRIO histórico-biográfico brasileiro. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, [s. d.]. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/mourao-filho-olimpio>. Acesso em: 23 out. 2020

NAPOLITANO, M. Recordar é vencer: as dinâmicas e vicissitudes da construção da memória sobre o regime militar brasileiro. **Antíteses**, Londrina, PR, v. 8, n. 15, p. 9-44, 22 nov. 2015. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses/article/view/23617>. Acesso em: 28 ago. 2020.

NASCIMENTO, A. do. **O genocídio do negro brasileiro**: processo de um racismo mascarado. 3. ed. São Paulo: Perspectivas, 2016.

NORA, P. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. **Projeto História**: revista do programa de estudos pós-graduados de história, traduções, São Paulo, v. 10, dez. 1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/viewFile/12101/8763>. Acesso em: 28 ago. 2020.

OLAVISTA, monarquista, mas não terraplanista: as ideias de Rafael Nogueira para a Biblioteca Nacional. **Gazeta do Povo**, [Curitiba], 7 jan. 2020. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/olavista-monarquista-mas-nao-terraplanista-as-ideias-de-rafael-nogueira-para-a-biblioteca-nacional/>. Acesso em: 20 out. 2020.

OXFORD LANGUAGES. **Oxford Word of the Year 2016**. [Oxford, United Kingdom]: Oxford University Press, 2016. Disponível em: <https://languages.oup.com/word-of-the-year/2016/>. Acesso em: 28 ago. 2020

PALACIOS, A. 10 coisas que você talvez não saiba sobre a ditadura de Pinochet. **Época**, [Rio de Janeiro], 10 set. 2018. Disponível em: <https://epoca.globo.com/10-coisas-que-voce-talvez-nao-saiba-sobre-ditadura-de-pinochet-23054621>. Acesso em: 12 fev. 2021.

PERCIVAL Puggina. **Blog Jornal da Cidade Online**. [Passo Fundo, RS], [s. d.]. Disponível em: <https://www.jornaldacidadeonline.com.br/blogs/82/percival-puggina>. Acesso em: 14 nov. 2020.

PEREIRA, D. R. P. **Concepções da história na Teologia da Libertação e conflitos de representação na Igreja Católica (1971-1989)**. 2013. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Feira de Santana. Feira de Santana, BA, 2013. Disponível em: <http://www2.uefs.br/pgh/docs/Dissertacao/Disserta%C3%A7%C3%A3oDanillo.pdf>. Acesso em: 14 fev. 2021.

PICOLI, B. A.; CHITOLINA, V.; GUIMARÃES, R. Revisionismo histórico e educação para a barbárie. **Revista UFG**, [Goiânia], v. 20, 29 out. 2020. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/revistaufg/article/view/64896>. Acesso em: 02 nov. 2020.

POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. **Revista Estudos Históricos**, [Rio de Janeiro], v. 2, n. 3, p. 3-15, jan/jun. 1989. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2278>. Acesso em: 28 ago. 2020.

PONDÉ, L. F. **Guia politicamente incorreto da filosofia**. Alfragide: Leya, 2012.

QUEM somos. **Instituto Liberal**. [Rio de Janeiro], [s.d.]. Disponível em: <https://www.institutoliberal.org.br/quem-somos/#1486659062080-14655254-9b74>. Acesso em: 13 fev. 2021.

REBELLO, A. Alvo de CPI, site de fake news com 903 anunciantes perde apoio com campanha. **UOL**, São Paulo, 21 maio 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/05/21/alvo-de-cpi-site-de-fake-news-com-903-anunciantes-perde-apoio-com-campanha.htm>. Acesso em: 14 nov. 2020.

REVEL, J. **Michel Foucault**: conceitos essenciais. São Carlos, SP: Claraluz, 2005.

REVOLTA comunista de 1935. In: DICIONÁRIO histórico-biográfico brasileiro. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, [s. d.]. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/revolta-comunista-de-1935>. Acesso em: 02 mar. 2021.

RIOCENTRO, atentado do. In: DICIONÁRIO histórico-biográfico brasileiro. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, [s. d.]. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/riocentro-atentado-do>. Acesso em: 30 abr. 2021.

SANTOS, C. G. dos. **Das armas às letras**: os militares e a constituição de um campo memorialístico de defesa à ditadura empresarial-militar. 2016. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/175898>. Acesso em: 22 set. 2020.

SANTOS, T. G. F. dos. **Desconstruindo Paulo Freire**. Porto Alegre: História Expressa, 2017.

SANTOS, T. G. F. dos. **Desconstruindo (ainda mais) Paulo Freire**. Porto Alegre: História Expressa, 2019.

SEARA, B. PSC contrata marqueteiro para candidatura de Flavio Bolsonaro. **Extra Online**, [Rio de Janeiro], 29 mar. 2016. Disponível em: <https://extra.globo.com/noticias/extra-extra/psc-contrata-marqueteiro-para-candidatura-de-flavio-bolsonaro-rv1-1-18973302.html>. Acesso em: 09 nov. 2020.

SE BOLSONARO acha que vai tirar o lado liberal e continuar com o mesmo apoio, está enganado, diz presidente do Instituto Mises. **BBC News Brasil**, [São Paulo], 14 ago. 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-53774028>. Acesso em: 09 nov. 2020.

SEITZ, M. Os segredos da colônia alemã que uniu nazismo, abuso sexual de crianças e tortura em nome de Pinochet. **BBC News Brasil**, [São Paulo], 25 jul.

2016. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-36882123>. Acesso em: 12 fev. 2021.

SILVA, L. N. O mercado editorial e a nova direita brasileira. **Teoria e Cultura**, [Juiz de Fora, MG], v. 13, n. 2, p. 73-84, 20 dez. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/TeoriaeCultura/article/view/12430>. Acesso em: 16 fev. 2021.

SILVA, D. D. GRÁCIO, M. C. C. Índice h de Hirsch: análise comparativa entre as bases de dados *Scopus*, *Web of Science* e *Google Acadêmico*. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 23, p. 196-212, 27 jan. 2017. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/68010>. Acesso em: 27 fev. 2021.

SILVA, S. J. da. Prefácio à segunda edição. *In*: **Negros no Espírito Santo**. 2. ed. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, p. 29-43, 2016.

SILVEIRA, S. A. da. Para analisar o poder tecnológico como poder político. 2011. *In*: **Cultura, política e ativismo nas redes digitais**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2014.

SILVIO Grimaldo. **Brasil Sem Medo**, [s. l.], [s. d.]. Disponível em: <https://brasilsemmedo.com/author/silvio/>. Acesso em: 13 nov. 2020.

SINGER, A. Brasil, junho de 2013: classes e ideologias cruzadas. **Novos estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 97, p. 23-40, nov. 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-33002013000300003>. Acesso em: 16 fev. 2021.

SOELLA, G. M. **A interface antropologia, psicanálise e neurociência na análise do sujeito biopsicossocial**. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Sociais) – Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2016.

SOUZA, J.; AVELINO, R.; SILVEIRA, S. A. da (Eds.). **A sociedade de controle: manipulação e modulação nas redes digitais**. São Paulo: Hedra, 2018.

SOBRE o Instituto. **Instituto Ludwig von Mises Brasil**, São Paulo, [s. d.]. Disponível em: <https://www.mises.org.br/About.aspx>. Acesso em: 13 fev. 2021.

AUGUSTINE. Confessions, 1,3 - 1,4. **Ateneo Pontificio Regina Apostolorum**, [Civita Vaticana], [s. d.]. Disponível em: http://www.vatican.va/spirit/documents/spirit_20000707_agostino_en.html. Acesso em: 28 ago. 2020.

TATAGIBA, L. Entre as ruas e as instituições: os protestos e o impeachment de Dilma Rousseff. **Lusotopie**, [s. l.], v. 17, n. 1, p. 112-135, 10 set. 2018. Disponível em: https://brill.com/view/journals/luso/17/1/article-p112_8.xml. Acesso em: 16 fev. 2021.

TURIN, R. Os tempos da independência: entre a história disciplinar e a história como serviço. **Almanack**, Guarulhos, SP, n. 25, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2236-463325ef00120>. Acesso em: 22 set. 2020.

VIDAL-NAQUET, P. **Os assassinos da memória**: um Eichmann de papel e outros ensaios sobre o revisionismo. Campinas: Papirus, 1988.

WEBER, M. **A ética protestante e o “espírito” do capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras: Schwarcs, 2007.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

APÊNDICE A – FORMULÁRIO DE PREPARAÇÃO DO MATERIAL PARA ANÁLISE

QUADRO 7 – Elementos do formulário

Questão	Dados	Tipo de dados	Justificativa
Momento inicial do recorte.	-	Preenchimento manual de duração (00:00:00).	Evidencia o momento exato, na duração do filme, que determinado enunciado inicia.
Ordem.	-	Preenchimento de resposta curta em algarismos arábicos.	Evidencia a sequência numérica em que o enunciado se encontra.
Nome.	-	Texto de resposta curta.	Evidencia o nome do ator social que fala.
País.	Brasil; República Tcheca; Alemanha; Polônia; Outros.	Múltipla escolha.	Evidencia o país com o qual o ator social se relaciona com mais destaque no filme.
Profissão atribuída na legenda.	-	Texto de resposta curta.	Evidencia a profissão relacionada ao ator social.
Legenda	-	Texto de resposta longa.	Evidencia a legenda apresentada pelo próprio filme junto ao enunciado do ator social.
Tipo de audiovisual.	Narração; Ator social falando para a câmera; Ator social entrevistado; Reprodução de vídeo/áudio; Reprodução de imagens.	Caixas de seleção.	Evidencia como o enunciado do ator social foi exibido.
Outros elementos no recorte.	Livros; Vídeos; Recortes e prints de jornais; Fotografias; Ilustrações; Figura em movimento; Sobreposição de	Caixas de seleção.	Evidencia quais elementos aparecem no vídeo além dos próprios atores sociais.

	imagens; Imagens piscando ou aparição rápida de imagem.		
Cor.	Colorido; Sépia; Preto e branco/tons de cinza.	Caixas de seleção.	Evidencia o padrão de cor usado no recorte.
Iluminação.	Baixa; Ambiente; Estourada; Sobreposição na cor vermelha.	Caixas de seleção.	Evidencia o padrão de iluminação utilizado no recorte.
Expressões faciais.	Positivas (alegria, tranquilidade, riso etc.); Negativas (tristeza, medo, raiva etc.); Ambígua; Oscilando.	Múltipla escolha.	Evidencia as expressões faciais do ator social no momento da fala.
Vídeo exibido.	Antigo (até 1988); Atual (a partir de 1989); Com áudio; Sem áudio.	Caixas de seleção.	Evidencia mais dados relativos a vídeos não-originais apresentados.
Descrição do vídeo.	-	Texto de resposta longa.	Evidencia detalhes de vídeo não-original veiculado.
Manchetes de jornais.	Antigo (até 1988); Atual (a partir de 1989) impresso; Eletrônico.	Caixa de seleção.	Evidencia a natureza da manchete veiculada.
Descrição da manchete.	-	Texto de resposta longa.	Evidencia detalhes de manchetes veiculadas.
Imagem.	Fotografia; Ilustração.	Caixa de seleção.	Evidencia o tipo de imagem veiculada.
Descrição da imagem.	-	Texto de resposta longa.	Evidencia elementos descritivos da imagem veiculada.
Livro na cena.	Impresso; Digital (ebook).	Caixa de seleção.	Evidencia qual tipo de livro foi exibido em destaque durante o recorte.

Descrição do livro.	-	Texto de resposta longa.	Evidencia elementos descritivos do livro veiculado.
Documento de arquivo.	Da Tchecoslováquia; do Brasil; Fragmentos; Página.	Caixa de seleção.	Evidencia elementos dos documentos de arquivos utilizados.
Descrição do documento de arquivo.	-	Texto de resposta longa.	Evidencia elementos descritivos do documento utilizado.
Voz.	Alta nitidez; Baixa nitidez; Captação antiga; Captação contemporânea; Tom baixo; Tom ameno; Tom elevado.	Caixa de seleção.	Evidencia qualidade do áudio da voz dos atores sociais.
Efeitos sonoros.	Fundo musical calmo; Fundo musical agitado; Música com voz calma; Música com voz agitada; Sons de guerra; Som alto; Som mediano; Som baixo; Efeito suspense, apreensão etc.; Efeito festivo; Efeito cômico; Gritos; Aplausos.	Caixa de seleção.	Evidencia os efeitos sonoros presentes durante o recorte do filme.
Transcrição.	-	Texto de resposta longa.	Transcrição do áudio do recorte.

Fonte: elaborado pelo autor.